



Parricídio: Um estudo exploratório

Maria João Santos Lage

**Dissertação orientada pela Professora Doutora Maria Isabel
Correia Dias**

Setembro de 2017

Agradecimentos

Começo por agradecer à Prof. Doutora Isabel Dias, orientadora deste estudo, que sempre acreditou e demonstrou interesse neste projeto, e ainda pelo apoio e ajuda prestada ao longo desta aventura.

À Dra. Paula Leão e à Dra. Olga Marques, pela disponibilidade e pela ajuda que me prestaram sempre que necessitei.

Às funcionárias das secções de reclusos do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo e do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, pela amabilidade com que sempre me receberam.

A todas as pessoas que aceitaram realizar as entrevistas que foram essenciais para a realização deste estudo.

Aos meus pais, por terem acreditado que valia a pena continuar a estudar e principalmente por acreditarem em mim, e ainda pelo apoio e paciência incondicional mesmo nos momentos mais complicados.

Ao Gonçalo, pelo apoio, paciência, pelas palavras de incentivo e compreensão durante todo este trabalho.

À Raquel, por ter estado sempre presente e disponível, por ser a minha “companheira de guerra” e me ter ajudado tanto ao longo destes meses.

E por fim, a todos os meus familiares e amigos que demonstraram interesse neste estudo e me ajudaram no que podiam.

Resumo

O presente estudo teve como objetivo principal a elaboração de um perfil das pessoas que estão a cumprir pena de prisão ou medida de segurança pela prática de parricídio, no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo e no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, tendo sido analisados os parricídios consumados e os parricídios na forma tentada.

A amostra foi constituída por 10 parricidas, sendo que a maioria eram homens, solteiros, com idades compreendidas entre os 22 e os 56 anos de idade, de etnia caucasiana e nacionalidade portuguesa, sem descendentes ou com apenas um. Os agressores tinham habilitações literárias que habitualmente variavam entre o 1º e o 3º ciclo do ensino básico, geralmente estavam desempregados ou empregados, embora não se saiba se estes empregos eram ou não estáveis. Usualmente os parricidas tinham sido diagnosticados com uma doença do foro mental, sendo a esquizofrenia a mais comum. Verificaram-se 11 vítimas, sendo a maioria mulheres, com idades compreendidas entre os 60 e os 79 anos de idade. As armas mais utilizadas foram as facas, seguindo-se os martelos.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas (através do Teste de Fisher) no que se refere à associação entre a presença de doença do foro mental no agressor e o tipo de parricídio assim como na associação entre a presença de testemunhas e o tipo de parricídio. No entanto, parece haver uma associação entre a presença de abusos ou maus tratos por parte da vítima ou de outro familiar, isto é, da presença de violência no seio familiar, e o cometimento de parricídios na forma tentada. Neste caso, foi caracterizada a variável nos parricídios consumados e nos parricídios na forma tentada.

Complementarmente foram realizadas entrevistas a uma parricida que está a cumprir pena de prisão e a duas profissionais dos Estabelecimentos Prisionais onde ocorreu o estudo.

Palavras-chave: Homicídio; Filhos; Agressores; Pais; Vítimas

Abstract

The main objective of this study was the elaboration of a profile of the people who are serving prison sentences or a security measure for the practice of parricide, in the Estabelecimento Prisional de Santa do Bispo and in the Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, parricide and attempted parricide were analyzed.

The sample was consisted of 10 parricides, the majority of whom were single men, aged between 22 and 56 years, of caucasian ethnicity and Portuguese nationality, without descendants or with only one. The perpetrators had literacy levels that usually ranged between 1st and 3rd cycle, were generally either unemployed or employed, although it is not known whether these jobs were stable or not. Usually parricides had been diagnosed with a mental illness, schizophrenia being the most common. There were 11 victims, most of them women, aged between 60 and 79 years. The most used weapons were the knives, followed by the hammers.

No statistically significant differences (through Fisher's Test) were found regarding the association between the presence of mental illness in the aggressor and the type of parricide as well as in the association between the presence of witnesses and the type of parricide. However, there appears to be an association between the presence of abuse or maltreatment by the victim or another relative, this is, the presence of violence within the family and the attempted parricide. In this case, the variable was characterized in parricide and attempted parricide.

Complementarily, interviews were conducted with a parricide who is serving a prison sentence and two professionals from the Prison Institutions where the study took place.

Keywords: Homicide; Sons; Offenders; Parents; Victims

Índice

Introdução	9
Capítulo 1 – Enquadramento Teórico	11
1.1. Os diversos grupos de parricidas	11
1.2. Características gerais dos parricidas e das suas vítimas	13
1.3. Parricidas adultos.....	15
1.4. Fatores de risco	15
1.5. Características do crime	17
1.6. Matricídio e Patricídio	19
1.7. Madrasticídio e Padrasticídio	24
1.8. Duplo Parricídio	26
1.9. Enquadramento Legal.....	27
1.10 Parricídio em Portugal.....	32
1.11 I(ni)mputabilidade e reincidência dos parricidas	34
Capítulo 2 – Estudo Empírico	35
2.1. Objetivos do estudo	35
2.2. Metodologia	36
2.2.1. Procedimentos metodológicos	36
2.2.2. Procedimentos estatísticos.....	38
Capítulo 3 – Resultados	39
3.1. – Caracterização da amostra em estudo	39
3.1.1. - Amostra dos parricidas.....	39
3.1.2. – Consumo de medicação e de substâncias aditivas antes do parricídio.....	41
3.1.3. – Apoio psicológico e psiquiátrico antes do parricídio	42
3.1.4. – Antecedentes criminais dos parricidas.....	44
3.1.5. – Amostra das vítimas	45
3.1.6. – Amostra dos parricidas no que se refere ao ato criminoso	48
3.2. – Comparação dos parricídios consumados com os parricídios na forma tentada...	62

3.2.1. – Associação entre a existência de violência no seio familiar e o tipo de parricídio cometido	62
3.2.2. – Associação entre a existência de historial psiquiátrico e o tipo de parricídio cometido	63
3.2.3. – Associação entre a existência de testemunhas e o tipo de parricídio cometido	64
3.3. – Análise das entrevistas	64
3.3.1. – Entrevista realizada à reclusa parricida	64
3.3.2. – Comparação entre a informação que consta no processo e a que foi apurada através da entrevista	67
3.4. – Análise das entrevistas aos profissionais dos Estabelecimentos Prisionais	69
Capítulo 4 – Discussão dos Resultados	71
Capítulo 5 - Conclusão	78
6 - Referências Bibliográficas	82
Anexos	85
Anexo A	86
Anexo B	94
Anexo C	95
Anexo D	105
Anexo E	109
Anexo F	110
Anexo G	111
Anexo H	117

Lista das Tabelas e Quadros

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica e económica dos parricidas.....	40
Tabela 2 – Caracterização do consumo de medicação e de substâncias aditivas dos parricidas.....	41
Tabela 3 – Caracterização do apoio psicológico e psiquiátrico anterior ao parricídio...	43
Tabela 4 – Caracterização dos antecedentes criminais dos parricidas.....	44
Tabela 5 – Caracterização da idade da primeira vítima aquando do parricídio.....	45
Tabela 6 – Caracterização das vítimas.....	46
Tabela 7 – Caracterização da idade com que o agressor cometeu parricídio.....	49
Tabela 8 – Caracterização do ato criminoso (Parricídio).....	49
Tabela 9 – Caracterização do dos limites das medidas de segurança e idade com que o agressor começou a cumprir a pena de prisão/medida de segurança.....	52
Tabela 10 – Caracterização do parricídio.....	53
Tabela 11 – Caracterização do número de outras vítimas.....	55
Tabela 12 – Caraterização do ato parricida.....	56
Quadro 1 – Caracterização da variável “Abusos ou Maus Tratos por parte da(s) vítima(s) ou de outro familiar sobre o Agressor” para os Parricídios Consumados e os Parricídios na Forma Tentada.....	63
Quadro 2 – Presença de Doença do Foro Mental no Agressor – Tipo de Parricídio.....	63
Quadro 3 – Teste de Fisher.....	64
Quadro 4 – Testemunhas – Tipo de Parricídio.....	64
Quadro 5 – Teste de Fisher.....	65

Lista dos Anexos

Anexo A – Artigos do Código Penal e Código do Processo Penal mencionados no Enquadramento Legal..... **Erro! Marcador não definido.**

Anexo B – Consentimento Informado para os Parricidas **Erro! Marcador não definido.**

Anexo C – Ficha de Recolha de Dados..... **Erro! Marcador não definido.**

Anexo D – Guião da Entrevista a realizar aos Parricidas **Erro! Marcador não definido.**

Anexo E – Guião da Entrevista a Responsáveis/Profissionais do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo e do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo

..... **Erro!**

Marcador não definido.

Anexo F – Consentimento Informado para os Responsáveis/Profissionais do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo e do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo..... **Erro! Marcador não definido.**

Anexo G – Sinopse da Entrevista realizada à Reclusa Parricida **Erro! Marcador não definido.**

Anexo H – Sinopse da Entrevista realizada à profissional Ana e à profissional Patrícia **Erro! Marcador não definido.**

Introdução

A palavra parricídio tem origem latina de *parus* que significa relativo a *caedere* que dá origem ao sufixo *cide*, que por sua vez, significa assassino (Raymond et al., 2015). Está relacionada com a morte de um parente próximo (Heide, 1995). Apesar disso, e de forma crescente, este termo tem sido utilizado como sinónimo da morte de um dos pais (Heide, 1995). Como tal o parricídio é um dos tipos de violência doméstica que acaba de forma fatal que ocorre com menos frequência (Dantas et al., 2014). É um termo que se aplica ao homicídio de um ou de ambos os pais, que podem ser os pais biológicos, madrastas/padrapos ou pais adotivos (Dantas et al., 2014). Dentro do parricídio, quando se fala do assassinato da mãe, referimo-nos a atos de matricídio e quando se fala do assassinato do pai referimo-nos a atos de patricídio (Boots and Heide, 2006). Se ocorrer a morte de ambos os pais trata-se de um duplo parricídio (Hillbrand et al., 1999). Alguns estudos referem que o matricídio corresponde à morte da mãe ou da madrasta e o patricídio à morte do pai ou do padrasto (Diem and Pizarro, 2010). Para efeitos da presente revisão utiliza-se o termo matricídio para a morte da mãe, patricídio para a morte do pai, madrasticídio (stepmatricide) para a morte da madrasta e padrasticídio (steppatricide) para a morte do padrasto.

Os casos de parricídio que os media costumam noticiar são considerados como estando mais fora do normal e como sendo mais preocupantes, especialmente aqueles em que existe mais do que uma vítima e diversos agressores e ainda os que são perpetrados por jovens e mulheres (Heide and Boots, 2007). No entanto, na grande parte dos parricídios somente existe uma vítima (Campobasso et al., 2015; Hillbrand et al., 1999) e um agressor (Hillbrand et al., 1999).

O parricídio é um dos tipos de homicídio que ocorre com pouca frequência (Campobasso et al., 2015). Estima-se que somente 1% a 4% de todos os homicídios são parricídios (Hillbrand et al., 1999; Marleau et al., 2003). Heide (2013a; 2014) refere que os parricídios representam 2% a 3% de todos os homicídios ocorridos nos Estados Unidos da América. Neste país, por semana, cerca de 5 pais são assassinados pelos seus filhos biológicos, e em média, mais de 100 pessoas por ano são presas por matarem os pais (Heide, 2013a; 2014). Os estudos sobre o parricídio realizados na Europa indicam que a sua ocorrência é inferior a 4% relativamente a todos os homicídios solucionados (Hillbrand et al., 1999; Shon and Targonski, 2003). Considera-se que o parricídio representa entre 20% a 30% de todos os homicídios praticados por indivíduos psicóticos

(Millaud et al., 1996). Alguns estudos indicam que o número de parricídios tem vindo a diminuir ao longo do tempo (Walsh et al., 2008) ou pelo menos não têm vindo a aumentar (Heide and Petee, 2007a).

Em diversos estudos foram estudadas as diferenças existentes entre os parricídios e as tentativas de parricídio. Alguns estudos indicam que os casos de parricídio e de tentativa de parricidas apresentam diferenças (Heide and Frei, 2010). Contudo, outros dizem que é possível estudá-los conjuntamente uma vez que existem poucas disparidades entre estes dois grupos de agressores, isto é, estes dois grupos de agressores são idênticos (Marleau et al., 2003; Newhill, 1991; Weisman and Sharma, 1997). Marleau et al. (2003) referem que estas disparidades se constatarem no que toca à realização de ameaças, à existência de uma história de violência no seio familiar e ainda a presença de pensamentos suicidas depois do crime. Marleau et al. (2003) apuraram ainda que os agressores que cometeram parricídio na forma tentada parecem ter maior tendência para fazer ameaças à vítima antes do crime, a ter uma história de violência no seio familiar e apresentam menos pensamentos suicidas após o crime do que os agressores que cometeram parricídio consumado. Referem também que o facto de terem existido ameaças anteriormente à agressão pode estar relacionado com a sobrevivência da vítima, isto é, por exemplo, com a capacidade da vítima se defender ou com a intensidade da agressão (Marleau et al., 2003). Por seu turno, Weisman and Sharma (1997) verificaram que os agressores que cometeram parricídio na forma tentada têm mais frequentemente historial psiquiátrico, testemunhas no local do crime e escassez de resposta relativamente aos seus atos do que os agressores que praticaram parricídio consumado. Apesar do que já se apurou, continua a ser necessário realizar mais estudos sobre estas diferenças apontadas e qual é o seu verdadeiro significado (Marleau et al., 2003).

Neste sentido, o objetivo principal deste estudo é a elaboração de um perfil das pessoas que estão a cumprir pena de prisão ou medida de segurança pela prática de parricídio, para tal o estudo foi realizado no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo e no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo. Foram estudados parricídios consumados mas também os parricídios na forma tentada.

Por último, a presente dissertação, é composta pelas seguintes partes: no primeiro capítulo, procede-se ao enquadramento teórico sobre os diversos grupos de parricidas; as características gerais dos parricidas e das suas vítimas; os parricidas adultos; os fatores de risco; as características do crime e as várias formas de parricídio (matricídio, patricídio, madrasticídio, padrasticídio e duplo parricídio); o enquadramento legal deste crime no

nosso país; o parricídio em Portugal, e por fim, analisa-se a questão da i(ni)mputabilidade e reincidência dos parricidas. No segundo capítulo, é apresentado o estudo empírico realizado incluindo os objetivos do mesmo e a metodologia acionada; no terceiro são apresentados os resultados obtidos e no capítulo seguinte procede-se à sua discussão, comparando-os sempre que possível com os dados presentes na literatura. No quinto capítulo, são apresentadas as principais conclusões desta investigação.

Capítulo 1 – Enquadramento Teórico

1.1. Os diversos grupos de parricidas

Na atualidade já não há certezas relativamente à idade em que é mais frequente o cometimento do parricídio (Buyuk et al., 2010). Os agressores podem ser crianças, adolescentes ou adultos (Dantas et al., 2014). Não referindo os casos que envolvem abuso fiduciário ou outras motivações que fazem com que o agressor apresente problemas do foro psiquiátrico (Raymond et al., 2015), geralmente os diversos autores estão de acordo em dividir os parricidas em dois grupos, os parricidas adolescentes e os parricidas adultos (Marleau et al., 2006; Raymond et al., 2015). Estes grupos são muito distintos no que toca às suas características clínicas e relativamente a psicopatologias (Hillbrand et al., 1999; Myers and Vo, 2012).

É de evidenciar que os adolescentes que cometem parricídio se destacam dos outros parricidas essencialmente no que toca à motivação para o crime e a doenças mentais (Buyuk et al., 2010). No caso dos parricídios cometidos por adolescentes, regra geral, existe uma história familiar de abuso de forma contínua (quer seja sobre o agressor, quer sobre outros elementos da família) (Diem and Pizarro, 2010; Heide and Boots, 2007). Estes abusos ocorrem frequentemente na infância (Myers and Vo, 2012) e de forma severa (Hart and Helms, 2003). A motivação para o crime costuma ser a ânsia de acabar com os abusos de que são vítimas (Buyuk et al., 2010; Marleau et al., 2006; Raymond et al., 2015) considerando esta ação como uma espécie de última opção para acabar com a violência (Heide, 1995). Contudo, nem todos os adolescentes maltratados cometem parricídio (Malmquist, 2010). Pode dizer-se que a maioria destes jovens não mata os pais (Myers and Vo, 2012). Os parricidas adolescentes na sua maioria não apresentam sinais e sintomas clínicos da existência de uma doença psicótica (Heide, 1995; Malmquist, 2010), ao contrário dos parricidas adultos (Malmquist, 2010). Não se verificou que a

psicopatia tenha contribuído para que os jovens que tinham sido abusados cometessem parricídio (Myers and Vo, 2012).

Nos parricidas adultos, um fator de risco de extrema importância é a presença de doença mental (Diem and Pizarro, 2010; Heide and Boots, 2007; Marleau et al., 2006). Entre 60% a 90% dos agressores apresentam doença psiquiátrica (Bourget et al., 2007; Hillbrand et al., 1999; Liettú et al., 2012; Menezes, 2010), sendo na sua maioria perturbações psicóticas (Bourget et al., 2007; Liettú et al., 2009; Marleau et al., 2003; Menezes, 2010; Millaud et al., 1996; Raymond et al., 2015; Sahin et al., 2016; Weisman and Sharma, 1997).

A perturbação mental mais frequente nos agressores é a esquizofrenia (Bourget et al., 2007; Diem and Pizarro, 2010; Millaud et al., 1996; Raymond et al., 2015), a qual, segundo Baxter et al. (2001) e Marleau et al. (2003) está presente em mais de metade dos indivíduos com doença mental que cometem este tipo de crime. Millaud et al. (1996) e Newhill (1991) referem que os agressores com esquizofrenia apresentavam sintomas de psicose na altura do cometimento do crime, seguindo-se a depressão (Bourget et al., 2007; Diem and Pizarro, 2010).

A esquizofrenia paranoide aparece como sendo a patologia mais prevalente, estando presente em cerca de 40% a 80% dos parricidas psicóticos (Bourget et al., 2007; Liettú et al., 2009; Marleau et al., 2006; Marleau et al., 2003). Esta doença destaca-se por os indivíduos perderem a noção da realidade (Marleau et al., 2006; Marleau et al., 2003). No entanto, existem outros estudos que referem que apenas uma minoria dos agressores são considerados psicóticos e que habitualmente os diagnósticos são de perturbação depressiva major, perturbação bipolar ou algum tipo de perturbação de comportamento (Malmquist, 2010). Estão ainda presentes frequentemente em comorbilidade problemas de abuso de substâncias (Malmquist, 2010). No estudo de Yoon et al. (2012) verifica-se que os parricídios apenas ocorrem quando os agressores estão nas fases maníacas da perturbação bipolar. Contudo, não pode ser esquecido o risco existente do cometimento de homicídio por parte destes doentes contra os familiares nas fases depressivas (Yoon et al., 2012). Por outro lado, o estudo de Sahin et al. (2016) indica o contrário, isto é, que a maioria dos parricidas adultos não têm doenças mentais, todavia, quando estas existem são predominantemente perturbações psicóticas.

1.2. Caraterísticas gerais dos parricidas e das suas vítimas

As caraterísticas dos agressores e das vítimas e a natureza dos ataques têm-se mantido ao longo dos tempos (Heide and Petee, 2007a; Heide and Petee, 2007b).

Os homens estão mais propensos a cometer parricídio (Bourget et al., 2007; Buyuk et al., 2010; Heide, 1993a; Heide and Petee, 2007a; Hillbrand et al., 1999; Hillbrand and Cipriano, 2007; Marleau et al., 2006; Marleau et al., 2003; Menezes, 2010; Millaud et al., 1996; Raymond et al., 2015; Sahin et al., 2016; Shon and Roberts, 2010; Walsh et al., 2008; Weisman et al., 2002). Talvez seja por isso que a maior parte das amostras dos estudos são só com indivíduos do sexo masculino (Liettu et al., 2010). O número de homens que comete parricídio em relação ao número de mulheres pode ser de 6:1 (Marleau et al., 2003) ou mesmo de 7:1 (Walsh et al., 2008). É mais frequente os homens cometerem patricídio do que matricídio (Hillbrand and Cipriano, 2007; Shon and Targonski, 2003). No entanto, o estudo de Millaud et al. (1996) contradiz os dados anteriores, referindo que é mais frequente serem as mulheres a cometerem parricídio.

Alguns estudos indicam que geralmente os parricidas são adultos (Bourget et al., 2007; Dantas et al., 2014; Hart and Helms, 2003; Heide, 1993a) enquanto outros indicam que são jovens adultos (Sahin et al., 2016). A maioria dos estudos mostram que a idade média dos parricidas é entre os 20 e os 35 anos de idade (Bourget et al., 2007; Heide, 1993a; Heide and Petee, 2007a; Palermo, 2010; Raymond et al., 2015; Sahin et al., 2016). Heide and Petee (2007a) referem que a idade média dos patricidas é de 25 anos, enquanto nos matricidas é de 30 anos. Outro estudo indica que a idade média dos patricidas era um pouco mais elevada que a dos matricidas (Sahin et al., 2016). A maioria dos parricidas analisados em diversos estudos são de etnia caucasiana (Bourget et al., 2007; Heide, 1993a; 1995; Heide and Petee, 2007a; Palermo, 2010; Walsh et al., 2008; Weisman et al., 2002), contudo não são hispânicos (Heide, 1993a; 1995). No entanto, as mães mortas parecem ter mais tendência para serem de etnia branca do que os pais mortos (Heide and Petee, 2007a).

Muitos dos agressores são solteiros (Marleau et al., 2003; Millaud et al., 1996; Raymond et al., 2015; Sahin et al., 2016; Weisman et al., 2002), não têm emprego (Marleau et al., 2003; Millaud et al., 1996; Raymond et al., 2015; Sahin et al., 2016) ou empregos estáveis (Weisman et al., 2002), sofrem de uma doença mental considerada grave (Raymond et al., 2015) e, geralmente, vivem com a vítima na altura do crime (Bourget et al., 2007; Marleau et al., 2003; Millaud et al., 1996; Raymond et al., 2015). O facto de os agressores

viverem com as vítimas pode significar que muitos deles ainda são dependentes dos pais e/ou têm um relacionamento complexo com eles, inclusive do ponto de vista afetivo (Marleau et al., 2003).

No que diz respeito à ausência de um emprego estável, tal pode ser devido ao quadro de doença mental dos indivíduos, ao abuso de substâncias ou ainda às dinâmicas próprias do contexto familiar (Weisman et al., 2002).

A literatura sugere existirem diversas características que aparentam estar relacionadas com o parricídio psicótico (Bourget et al., 2007; Hillbrand et al., 1999; Menezes, 2010), normalmente estes parricidas têm cerca de 30 anos de idade (Bourget et al., 2007; Wick et al., 2008), são solteiros e desempregados (Millaud et al., 1996), coabitam com a vítima e têm uma relação de dependência hostil (Newhill, 1991; Singhal and Dutta, 1992), assim sendo apresentam tendências anteriores para serem violentos com as suas vítimas (Baxter et al., 2001). Muitas vezes os sintomas de psicose ativa estão presentes na altura em que ocorreu o crime e existe uma motivação persecutória (Bourget et al., 2007; Heide and Petee, 2007a; Liettu et al., 2009; Marleau et al., 2003; Menezes, 2010).

Os agressores que cometem parricídio pertencem geralmente a um estatuto socioeconómico médio e não costumam ter histórico criminal (Dakhlaoui et al., 2009; Heide, 1993a; Hillbrand et al., 1999; Raymond et al., 2015) ou de violência (Heide, 1993a; Hillbrand et al., 1999). No entanto, outros estudos indicam que é frequente existir historial violento nos agressores (Raymond et al., 2015), com a presença de ameaças às vítimas (Raymond et al., 2015; Weisman et al., 2002) e agressões (Weisman et al., 2002). Apenas uma pequena percentagem dos parricidas têm o ensino médio como habilitação literária (Raymond et al., 2015). Os dados relacionados com o consumo de álcool e/ou outras drogas antes do crime variam entre cerca de menos de um terço (Dakhlaoui et al., 2009) e entre quase metade dos parricidas (Millaud et al., 1996; Raymond et al., 2015). A maioria dos pacientes não têm descendentes (Raymond et al., 2015).

Relativamente às vítimas pode dizer-se que têm, em média, idades compreendidas entre os 50 e os 60 anos (Bourget et al., 2007; Heide and Petee, 2007a; Menezes, 2010; Raymond et al., 2015). Fegadel and Heide (2017) corroboram estes dados indicando que as vítimas são usualmente de meia-idade. Todavia, estes dados não estão de acordo com o indicado num outro estudo, onde é referido que as mães e os pais com cerca de 40 anos de idade é que se encontram em maior risco de serem assassinados pelos filhos (Shon and Targonski, 2003). Usualmente as vítimas de parricídio costumam ser de etnia caucasiana (Bourget et al., 2007; Fegadel and Heide, 2017; Heide, 1995; Heide and Petee, 2007a;

Shon and Targonski, 2003; Walsh et al., 2008), constatando-se uma fraca prevalência de vítimas hispânicas (Heide, 1995).

1.3. Parricidas adultos

Neste presente ponto serão discutidas, essencialmente, questões relacionadas com parricidas adultos e quando oportuno faz-se uma breve comparação com os parricidas adolescentes.

A inclusão de indivíduos na amostra em que o fator idade não é considerado pode ser um erro (Heide and Frei, 2010), uma vez que as armas do crime utilizadas variam conforme a idade do parricida (Heide, 1993b; Heide and Petee, 2007b) e a dinâmica motivacional que leva ao crime também (Heide, 1995; Hillbrand and Cipriano, 2007; Marleau et al., 2006).

Os parricidas adultos habitualmente fazem mais vítimas, apresentam mais doenças mentais, que muitas vezes parecem ser o motivo para o cometimento do crime, têm um historial de doenças mentais consideradas graves, incluindo sintomas psicóticos (Heide and Boots, 2007). Os indivíduos adultos fazem mais ameaças às vítimas ou a membros da família do que os adolescentes e apresentam um historial relacionado com comportamentos violentos (Marleau et al., 2006).

Por seu turno, os adolescentes optam mais frequentemente por utilizar uma arma de fogo do que os adultos (Heide, 1993b; Heide and Petee, 2007b; Marleau et al., 2006); nas suas agressões é mais comum a presença de testemunhas e apresentam uma taxa maior de agressão sobre ambos os pais (Marleau et al., 2006). Tal comportamento pode justificar-se por o agressor viver com ambos os pais (Marleau et al., 2006).

1.4. Fatores de risco

Podem considerar-se três tipos de parricidas, se as motivações para o crime forem observadas, ou seja, pode indicar-se os indivíduos que sofrem de doenças mentais graves, os indivíduos que matam os pais para cessar o abuso grave e constante de que são vítimas e por último, os indivíduos que são antissociais de uma forma perigosa ou psicopatas, que como não apresentam empatia, acabam por assassinar os pais de maneira a conseguirem, por exemplo, mais dinheiro, uma herança ou mais liberdade (Heide, 2013b).

Estão presentes fatores de risco como o abuso de álcool ou de outras substâncias por parte do autor ou da vítima (Bourget et al., 2007; Hillbrand et al., 1999; Millaud et al., 1996;

Myers and Vo, 2012), historial de violência (pela vítima ou agressor) (Bourget et al., 2007; Dantas et al., 2014; Hillbrand et al., 1999; Myers and Vo, 2012) e ainda conflitos internos na família que já existiam há muito tempo (Bourget et al., 2007; Sahin et al., 2016; Weisman et al., 2002) e que podem ser referentes a questões financeiras, por exemplo (Heide and Petee, 2007a; Heide and Petee, 2007b; Hillbrand et al., 1999; Millaud et al., 1996). Existem ainda registos de ameaças feitas à vítima (Hillbrand et al., 1999) especialmente em parricidas adultos (Marleau et al., 2006).

No caso de matricídio, a existência de uma relação de elevada dependência e de uma dominância e hostilidade que ocorre ao mesmo tempo, isto é, de abuso psicológico (Bourget et al., 2007; Diem and Pizarro, 2010; Marleau et al., 2006) também representam fatores de risco.

Como indicam Millaud et al. (1996) e Bourget et al. (2007), a proximidade geográfica costuma ser um fator de risco em casos de tensão no contexto familiar. A distância entre os parricidas que têm doenças mentais e os seus pais pode ser positiva e benéfica (Millaud et al., 1996).

No estudo de Marleau et al. (2006) é referido que a maioria dos parricidas adultos estavam a receber tratamento psiquiátrico antes da agressão. O risco de ocorrer parricídio é exacerbado quando existem doenças mentais que não estão diagnosticadas (Bourget et al., 2004) ou quando os indivíduos já diagnosticados não são tratados (Hillbrand and Cipriano, 2007; Millaud et al., 1996). A inexistência da perceção e o facto de os pacientes não tomarem a medicação estão entre os motivos que originam o parricídio (Bourget et al., 2007). A maioria destes doentes tinham deixado de tomar a medicação de forma regular ou tinham feito uma interrupção no uso da medicação prescrita nos meses que antecederam a agressão (Bourget et al., 2007; Hillbrand et al., 1999; Marleau et al., 2006; Marleau et al., 2003; Raymond et al., 2015). Está provado que o não cumprimento do tratamento é um fator muito importante no cometimento do crime (Bourget et al., 2007; Hillbrand and Cipriano, 2007; Millaud et al., 1996).

É comum os indivíduos que têm doenças mentais serem influenciados por sintomas psicóticos na altura do cometimento do parricídio (Liettu et al., 2009). Existe ainda alguns parricidas que na altura do cometimento da agressão tiveram um primeiro episódio psicótico (Marleau et al., 2006). Nestes casos o que habitualmente motiva os ataques são delírios persecutórios ou a síndrome de Capgras (Bourget et al., 2007). Pensa-se que esta síndrome está presente em quase 4% de todos os pacientes psicóticos (Bourget and Whitehurst, 2004). A síndrome de Capgras existe quando o indivíduo considera que uma

das pessoas que conhece, habitualmente alguém que conhece bem e tem uma relação próxima ou um local, foi trocado por um impostor (Bourget and Whitehurst, 2004). Este impostor, usualmente, é muito parecido fisicamente com a pessoa original, isto é, a pessoa que o indivíduo conhece (Todd et al., 1981). É necessário referir que este impostor apenas existe na imaginação do agressor.

Uma possível explicação para o parricídio consiste na existência de um relacionamento conflituoso com os seus pais (Hillbrand and Cipriano, 2007). Em alguns casos, o que precipitou o parricídio foi uma reprimenda por parte das vítimas (Ahn et al., 2012; Raymond et al., 2015), um pedido de dinheiro (Raymond et al., 2015), o facto de quererem internar o parricida com doença mental contra a sua vontade (Ahn et al., 2012; Raymond et al., 2015) ou a insistência em tomar a medicação (Ahn et al., 2012).

A justificação mais encontrada para a ocorrência dos duplos parricídios foi a junção da existência de doença mental, principalmente esquizofrenia, com criminalidade e os conflitos existentes no seio da família (Weisman et al., 2002). No entanto, não parece haver indícios da existência de abusos ou maus tratos contra os parricidas (Weisman et al., 2002). A maioria destes parricidas têm familiares com um historial psiquiátrico, não apresentam um historial no mundo do crime e é raro o abuso ou dependência de drogas (Weisman et al., 2002).

1.5. Características do crime

Segundo vários estudos, consegue-se perceber que os crimes ocorrem habitualmente em casa (Baxter et al., 2001; Bourget et al., 2007; Dakhlaoui et al., 2009; Dantas et al., 2014; Raymond et al., 2015), que costuma ser da vítima e que em muitos casos o agressor também lá vive (Baxter et al., 2001; Raymond et al., 2015) e que não é costume a presença de testemunhas (Bourget et al., 2007). Outros estudos indicam que os crimes são frequentemente muito violentos, verificando-se a existência de desmembramentos, decapitações, mutilações e canibalismo (Raymond et al., 2015).

A maioria dos estudos indicam que as armas do crime mais utilizadas nos parricídios são armas de fogo (Myers and Vo, 2012; Shon, 2010; Shon and Targonski, 2003; Walsh et al., 2008; Weisman et al., 2002). Porém, outros estudos referem o uso de facas (Sahin et al., 2016), armas cortantes em geral (Dakhlaoui et al., 2009; Liettu et al., 2012), armas afiadas (Liettu et al., 2012; Raymond et al., 2015) e instrumentos contundentes (Menezes, 2010). Outros métodos utilizados nestes crimes são indicados por vários autores como as

agressões repetidas (Raymond et al., 2015), estrangulamento (Raymond et al., 2015) e instrumentos afiados (Shon, 2010).

No estudo de Shon (2010), é referido que o veneno foi utilizado em parricídios em que existiam ganhos financeiros a longo prazo, quer fossem heranças, terrenos, propriedades ou dinheiro referente a seguros. Nestes casos, verificou-se que os agressores planearam o crime, começando por separar os seus pais, já de uma certa idade, dos restantes elementos da família e das pessoas que constituíam as suas redes de apoio e transferindo os seus títulos e ações antes de os matarem (Shon, 2010).

Os adolescentes em comparação com os adultos são mais propensos a usar uma arma de fogo, armas estas que costumam estar disponíveis nas suas casas (Heide, 2013b; Myers and Vo, 2012). Alguns autores levantaram a hipótese da disparidade física entre as partes estar de certa forma relacionada com a utilização deste tipo de armas (Heide, 1993b; 2014; Heide and Petee, 2007a; Heide and Petee, 2007b; Liettu et al., 2012; Shon, 2010). A “hipótese da força física” indica que onde existe uma grande diferença de tamanho e força entre os agressores e as vítimas, os agressores utilizam um certo tipo de armas, como é o caso das armas de fogo, para ultrapassar as diferenças estruturais entre ambos (Shon, 2010). Os adultos são por norma mais fortes do que os jovens, e os homens são indicados como sendo mais fortes do que as mulheres (Heide and Petee, 2007b). Assim segundo a “hipótese da força física”, as armas de fogo seriam utilizadas especialmente nos patricídios, onde é espectável que exista uma maior diferença de tamanho e força entre o agressor e a vítima (Heide and Petee, 2007b; Shon, 2010). Não obstante esta hipótese, é preciso compreender que a utilização de armas de fogo não demonstra, obrigatoriamente que estas foram escolhidas a nível estratégico, pois os parricidas são mais fracos que as suas vítimas (Shon, 2010).

Por outro lado, quando a escolha recai sobre instrumentos afiados, não se pode afirmar que tal se deveu ao facto de o agressor não se preocupar com uma possível resistência por parte da vítima, pelo contrário tal pode suceder (Shon, 2010). Os casos em que foram utilizadas armas de fogo podem ter sido premeditados enquanto os casos em que se verifica a utilização de facas ou da força física para o cometimento do crime parecem ter sido mais impulsivos (Weisman et al., 2002). No entanto, em alguns estudos verifica-se que o uso de armas de fogo não foi maioritariamente premeditado, o que faz com que o uso destas armas possa não estar associado ao defendido pela “hipótese da força física” (Shon, 2010).

Apesar do indicado anteriormente, é possível verificar que em alguns estudos as armas de fogo raramente são utilizadas (Dakhlaoui et al., 2009; Millaud et al., 1996; Raymond et al., 2015) ou não são utilizadas em nenhum dos parricídios em estudo (Menezes, 2010). Estes dados fazem sentido uma vez que em alguns países existem limitações para a aquisição e utilização de armas de fogo (Dakhlaoui et al., 2009). Um outro motivo para que se verifique, em alguns casos, um baixo nível de uso de armas de fogo deve-se ao facto de tais estudos serem sobre indivíduos com doenças mentais (Heide and Petee, 2007b), os quais devido à sua doença têm um acesso reduzido às armas, pois são considerados como tendo um elevado risco de violência (Sahin et al., 2016). Assim, é importante estudar então não só as armas utilizadas nos homicídios mas também a intenção e premeditação por parte dos agressores (Shon, 2010).

Nos casos em que o parricida mata mais elementos da família (frequentemente os irmãos), tal pode dever-se ao facto de depois do pai ou da mãe serem agredidos, os outros elementos da família, que são testemunhas do crime e/ou tentam interceder, acabam também por serem atacados (Shon and Roberts, 2010).

Existem outros casos em que os agressores quando percebem o que acabaram de fazer ficam imobilizados no local do crime, aparentando estar arrependidos (Shon and Roberts, 2010).

Por seu turno, grande parte dos estudos com dados relativos a suicídios de parricidas indicam que estes tinham pensamentos suicidas (Liettu et al., 2010) e alguns chegaram mesmo a tentar acabar com a sua vida antes ou logo após o cometimento do crime (Liettu et al., 2010; Raymond et al., 2015). O homicídio seguido de suicídio relativamente ao crime de parricídio ocorre habitualmente devido ao ressentimento, raiva, ciúmes e divergências na família (Palermo, 2010).

1.6. Matricídio e Patricídio

Existem estudos que apontam em sentidos contrários no que toca ao facto de ser maior a prevalência de matricídio ou de patricídio. Geralmente, o patricídio é um tipo de parricídio que ocorre mais frequentemente que o matricídio (Bourget et al., 2007; Buyuk et al., 2010; Dantas et al., 2014; Heide, 1993a; Heide and Petee, 2007a; Hillbrand et al., 1999; Liettu et al., 2010; Marleau et al., 2006; Marleau et al., 2003; Sahin et al., 2016; Walsh et al., 2008). Noutros estudos, verificou-se o contrário, isto é, o matricídio é mais frequente que o patricídio (Ahn et al., 2012; Campobasso et al., 2015; Heide and Frei,

2010; Raymond et al., 2015). Uma possível explicação para estes dados obtidos nos estudos referidos serem tão diferentes pode ser as disparidades existentes nas populações que foram estudadas (Raymond et al., 2015). Os agressores que apresentam doenças mentais cometem mais vezes matricídio do que patricídio (Ahn et al., 2012; Baxter et al., 2001; Menezes, 2010; Millaud et al., 1996).

Quando se considera só os parricídios cometidos por indivíduos psicóticos, a literatura indica uma grande diferença que está relacionada com quem costumam ser as vítimas (Marleau et al., 2003). Nestes casos é possível verificar que o matricídio ocorre tantas ou mais vezes que o patricídio (Baxter et al., 2001; Liettu et al., 2009; Sahin et al., 2016). Em alguns casos é devido à predominância de esquizofrenia nos agressores (Raymond et al., 2015). A presença da esquizofrenia aumenta o risco de os indivíduos matarem a mãe (Millaud et al., 1996). Gillies (1965) refere que o matricídio é um “crime esquizofrénico” (p.1093).

De seguida será aprofundado um pouco o fenómeno do matricídio e do patricídio.

As teorias psicodinâmicas exploraram diversas explicações para o parricídio principalmente quando a vítima deste crime é a mãe (Marleau et al., 2006). Acredita-se que a chave para compreender o matricídio passa pelo apego exagerado à mãe, neste caso o homicídio é percebido como sendo uma forma de acabar com este apego doentio (Holcomb, 2000).

Existem três tipos de matricidas, o primeiro refere-se a parricidas jovens que não possuem doenças psiquiátricas mas a sua família é muito disfuncional, existindo muitas vezes abusos (Holcomb, 2000; Schug, 2011). Nestes casos a mãe é dominadora e o pai é passivo ou não está presente (Holcomb, 2000; Schug, 2011). O segundo refere-se aos parricidas mais velhos que possuem doenças mentais crónicas e que são extremamente dependentes da mãe (Holcomb, 2000; Schug, 2011). Neste caso, não existe abuso e na altura do cometimento do crime o agressor pode estar psicótico (Holcomb, 2000; Schug, 2011). Estes matricidas são extremamente dependentes da vítima devido aos contornos da sua doença mental (Holcomb, 2000). O último refere-se um tipo de matricida que se caracteriza por ser uma junção dos dois tipos apresentados anteriormente, isto é, refere-se a casos em que o agressor foi abusado, a mãe é dominadora, o pai é passivo ou não está presente (Holcomb, 2000; Schug, 2011) e o agressor é psicótico (Holcomb, 2000). Este último tipo de matricida exerce frequentemente uma violência excessiva na morte da mãe (Holcomb, 2000). Contudo, não costuma fazer mais vítimas, sendo geralmente a mãe, a única vítima

da agressão (Holcomb, 2000). Mais recentemente, um estudo corroborou o último dado apresentado, isto é, que a mãe é habitualmente a única vítima do crime (Adinkrah, 2017). Existem quatro causas que podem estar relacionadas com o matricídio: a presença de doença mental (Adinkrah, 2017; Bourget et al., 2007), o abuso por parte da mãe (Bourget et al., 2007), a compaixão existente pela mãe (Bourget et al., 2007) e a intoxicação com álcool e/ou drogas (Bourget et al., 2007). Os matricídios podem ainda ser motivados devido ao abuso psicológico ou a nível sexual de forma explícita ou secreta (Heide, 1995), a conflitos familiares ou a acusações de que a vítima é uma feiticeira (Adinkrah, 2017). Alguns estudos indicam que os indivíduos mais propícios a praticar matricídio são jovens (Holcomb, 2000) com esquizofrenia (Baxter et al., 2001; Holcomb, 2000; Millaud et al., 1996; Schug, 2011), solteiros, que estão socialmente isolados e vivem com as suas mães que são dominadoras, têm alguma deficiência ou são frágeis (Holcomb, 2000). Os agressores que sofrem de esquizofrenia geralmente matam mais as mães que os pais (Bourget et al., 2007; Millaud et al., 1996). Existem, no entanto, outros diagnósticos associados ao matricídio como é o caso das perturbações de humor (Weisman and Sharma, 1997), o abuso de substâncias (Adinkrah, 2017; Weisman and Sharma, 1997) e ainda as perturbações da personalidade (Weisman and Sharma, 1997).

As mulheres cometem geralmente matricídio (Baxter et al., 2001). Estas agressoras costumam ser solteiras, de meia-idade, estão isoladas da sociedade, vivem com a vítima que é dominante e a relação entre elas e a vítima é do tipo dependente e hostil (Baxter et al., 2001).

Nos matricídios cometidos pelos filhos, verificou-se que quase todos os crimes foram cometidos em casa da vítima, que em muitos casos também é o espaço onde o agressor vive, as armas do crime mais utilizadas são instrumentos contundentes, facas e armas de fogo (Bourget et al., 2007). Por seu turno, estes agressores costumam ser adultos (Heide and Frei, 2010). O estudo de Adinkrah (2017) embora não fosse focado só no matricídio praticado por homens (contudo estes representavam 81% dos agressores) obteve resultados semelhantes no que se refere ao local do crime e ao facto dos matricidas serem adultos, sendo que as idades variavam entre os 20 e os 39 anos, sendo a idade média de 31 anos.

Wick et al. (2008) acrescentam que os crimes costumam ocorrer principalmente no quarto ou na cozinha e que são usadas habitualmente armas para cometer o crime. A utilização de armas parece estar relacionada à sua facilidade de aquisição, isto é, em alguns países como o Gana, esta aquisição é muito difícil e como tal as armas não são utilizadas para

cometer matricídio (Adinkrah, 2017). Porém, a asfixia pode ser a forma utilizada para matar as mães (Wick et al., 2008). Por vezes é utilizada mais violência do que a necessária para cometer o crime (Dogan et al., 2010; Schug, 2011). Mais recentemente no estudo de Adinkrah (2017) verificou-se que o excesso de violência está sempre presente nos matricídios.

A maioria dos matricídios não apresentam nenhum sinal prévio de aviso de que tal acontecimento vai ocorrer (Bourget et al., 2007), contudo existem casos onde a maioria dos matricídios parecem ter sido planeados como se verifica por exemplo, no estudo de Adinkrah (2017), onde se observou ainda que os agressores atuaram sozinhos, matando as suas mães à noite ou durante a mesma.

As vítimas de matricídio habitualmente são idosas, tendo entre os 61 e os 69 anos de idade (Bourget et al., 2007; Wick et al., 2008). Num estudo mais recente, verificou-se que a maioria das vítimas tinha entre os 50 e os 79 anos de idade, sendo que a idade média encontrada foi de 63 anos (Adinkrah, 2017). As vítimas costumam ser ainda intrusivas, deixar os seus filhos mal vistos e têm uma relação ambivalente com estes (Heide and Frei, 2010). Apurou-se ainda que as vítimas e os agressores apresentavam problemas socioeconómicos, isto é, pertenciam a um nível socioeconómico baixo (Adinkrah, 2017). Os homicídios em massa, cerca de 10% dos casos, ocorreram frequentemente em casos de matricídio (Shon and Roberts, 2010). Estes homicídios podem acontecer com ou sem planeamento, ocorrem geralmente em casa, começam com conflitos que levou a agressões, as vítimas são essencialmente pessoas que tentavam interceder ou são testemunhas do parricídio (Shon and Roberts, 2010).

Os métodos escolhidos para cometer matricídio foram os instrumentos afiados (Heide and Petee, 2007b), as armas de mão (Heide and Petee, 2007a; Heide and Petee, 2007b), métodos de ataque em que existe mais contacto íntimo com a vítima (Shon, 2010), facas (Heide, 1993b; Millaud et al., 1996), instrumentos cortantes (Adinkrah, 2017; Heide, 1993b), instrumentos contundentes (Heide, 1993b), instrumentos perfuro cortantes (Adinkrah, 2017) e armas pessoais (Heide, 1993b).

No que toca aos patricídios pode dizer-se que tanto os rapazes como as raparigas apresentam um pico de cometimento deste crime a meio da adolescência (Walsh et al., 2008).

Nos patricídios cometidos pelos filhos, verifica-se que quase todos os crimes são cometidos em casa da vítima, que é também em muitos casos onde o agressor vive (Bourget et al., 2007). Os métodos escolhidos para cometer patricídio são geralmente as

armas de fogo (Heide, 1993b; 2014; Heide and Petee, 2007a; Heide and Petee, 2007b; Liettu et al., 2012; Shon, 2010; Shon and Targonski, 2003), mas também se verifica casos em que são usadas facas (Bourget et al., 2007; Millaud et al., 1996) ou instrumentos contundentes (Bourget et al., 2007).

Na maioria dos patricídios já tinha existido anteriormente sinais prévios de aviso (Bourget et al., 2007).

Heide and Petee (2007b), Heide (1993b), Hillbrand et al. (1999) e Liettu et al. (2012) referem que os pais têm maior probabilidade de serem mortos através de armas de fogo do que as mães. No entanto, no estudo de Millaud et al. (1996) não foram encontradas diferenças significativas a este nível.

Nos matricidas a maior motivação para o crime é a doença mental e nos patricidas os conflitos que existem há muito tempo (Liettu et al., 2009). Nos crimes contra o pai existem mais vezes ameaças realizadas à vítima (Liettu et al., 2009).

Os matricidas apresentam mais vezes doenças psicóticas, principalmente esquizofrenias paranoides, do que os patricidas (Liettu et al., 2009). Estes últimos apresentam mais perturbações da personalidade, principalmente a perturbação borderline (Liettu et al., 2009).

Quando os parricidas são adultos e têm doenças mentais graves as vítimas são frequentemente as mães (Bourget et al., 2007; Hillbrand et al., 1999; Millaud et al., 1996; Weisman and Sharma, 1997). Por outro lado, quando os parricidas são adolescentes ou não têm doenças mentais graves as vítimas são particularmente os pais (Bourget et al., 2007; Hillbrand et al., 1999; Millaud et al., 1996; Weisman and Sharma, 1997). No entanto, a maioria dos agressores que cometem matricídio e patricídio apresentam pensamentos delirantes (Bourget et al., 2007). Verifica-se que antes dos matricídios os agressores tinham com mais regularidade contactos com psicólogos ou psiquiatras do que antes dos patricídios (Bourget et al., 2007). Por diversas vezes, o álcool e outras drogas estavam relacionadas com perturbações psiquiátricas nos patricidas e nos matricidas (Liettu et al., 2009). Cerca de 13% dos matricidas apresentavam-se intoxicados aquando o cometimento do crime, já nos matricidas verificou-se uma presença de intoxicação em quase 20% dos agressores (Bourget et al., 2007).

Nos casos em que a vítima foi o pai, este foi descrito como sendo opressor, agressivo e prepotente, quando a vítima é a mãe esta era vista como sendo demasiado protetora, prepotente e intrusiva (Dakhlaoui et al., 2009). A relação entre os parricidas adultos e os seus pais é descrita como sendo caracterizada pela existência de hostilidade, dependência

(Millaud et al., 1996; Raymond et al., 2015) e por ser muito conturbada (Hillbrand et al., 1999).

1.7. Madrasticídio e Padrasticídio

Alguns estudos indicam que as vítimas são usualmente os pais biológicos (Boots and Heide, 2006; Heide, 1993a; Marleau et al., 2003). Apesar disso é necessário estudar os casos em que as vítimas são as madrastas e os padrastos. Existem alguns estudos que juntam as mães e as madrastas nas suas análises. Esta inclusão pode apresentar alguns riscos (Heide and Frei, 2010).

De seguida serão apresentados inicialmente algumas diferenças encontradas entre os casos em que a vítima é a mãe ou a madrasta e os casos em que é o pai ou o padrasto.

Em grande parte da literatura relacionada com parricídios cometidos por mulheres têm como vítimas as mães, no entanto é rara a informação em que as vítimas são as madrastas (Heide, 2013a).

O madrasticídio é muito menos frequente que o matricídio (Heide, 2013a). As mães e as madrastas são essencialmente de etnia caucasiana (Heide, 2013a). Quando as vítimas são as madrastas verifica-se que estas e os agressores são mais novos do que quando as vítimas são as mães (Heide, 2013a). A maior parte das madrastas são mortas por agressores que têm, em média, menos de 25 anos, facto este que só se verifica em 35% dos casos de matricídio (Heide, 2013a). Como tal, parece ser possível indicar que as madrastas apresentam um menor risco de serem mortas quando os seus enteados chegam à idade adulta, enquanto as mães parecem estar em maior risco nesta fase da vida dos filhos (Heide, 2013a). Estas diferenças podem ser explicadas se considerarmos a existência de relações conflituosas entre madrastas/enteados e mães/filhos (Heide, 2013a). Com efeito, os enteados muitas vezes só mantêm contactos com as madrastas enquanto vivem com elas, já os filhos têm uma maior tendência para se manterem em contacto com as mães e, por vezes, existe a esperança de a relação entre ambos vir a melhorar com o passar do tempo (Heide, 2013a). Paralelamente, o risco de matricídio aumenta conforme a idade dos filhos que têm doenças mentais também vai aumentando (Heide, 2013a).

A maioria das mães e madrastas foram assassinadas pelos filhos ou enteados do sexo masculino já na idade adulta (Heide, 2013a). Por seu turno, a maioria dos matricidas cometeram o crime sozinhos (Heide, 2013a). É de realçar que em grande parte dos crimes, a mãe ou a madrasta foram as únicas vítimas (Heide, 2013a). A existência de várias

vítimas ou com vários agressores são casos excepcionais (Heide, 2013a). No parricídio praticado por raparigas menores de idade em que as vítimas são as madrastas, é mais frequente a existência de diversos agressores do que quando o crime é praticado por rapazes (Heide, 2013a).

Verifica-se que quando as vítimas são as madrastas as armas de fogo são mais utilizadas do que quando são as mães as vítimas (Heide, 2013a).

A literatura existente sobre vítimas do sexo masculino de parricídio limita-se quase exclusivamente à morte dos pais e, como tal, há muito pouca informação acerca da morte dos padrastos (Heide, 2014).

O patricídio é mais frequente que o padrastricídio (Heide, 2014). Os pais e padrastos assassinados são geralmente de etnia caucasiana (Heide, 2014). Contudo, os padrastos são mais frequentemente de etnia negra e mais jovens (Heide, 2014). Quando as vítimas são os padrastos e os agressores os enteados verifica-se que são frequentemente mais novos do que comparado com os patricidas e as suas vítimas (Heide, 2014). Quase 70% dos padrastos e 54% dos pais foram mortos pelos enteados e filhos, respetivamente, com menos de 25 anos de idade (Heide, 2014). Estes dados indicam que a probabilidade dos padrastos serem mortos vai sendo cada vez menor quando o enteado chega à idade adulta (Heide, 2014). Já no caso dos pais é quase igual a quantidade de parricídios que ocorre em idade jovem ou adulta do agressor, por isso, não se deve ignorar nenhuma fase da vida do mesmo. No caso dos patricídios e padrastricídios, estes foram habitualmente as únicas vítimas do crime (Heide, 2014). Os agressores são essencialmente os filhos/enteados adultos (Heide, 2014). Os jovens especialmente do sexo feminino estão mais envolvidos em casos em que a agressão teve vários ofensores para matar os pais do que os adultos (Heide, 2014). As parricidas adultas também estão mais vezes envolvidas em homicídios contra os padrastos onde existem cúmplices do que os parricidas adultos (Heide, 2014).

As armas de fogo são as mais utilizadas nos parricídios de padrastos (Heide, 2014).

A literatura indica que os parricidas jovens matam os seus pais/padrastos porque são eles próprios vítimas de abuso e a morte do abusador é a única forma do abuso acabar (Heide, 2014).

Os pais e os padrastos são frequentemente mortos através da utilização de armas de fogo do que as mães e as madrastas independentemente do facto de os agressores serem jovens ou adultos (Heide, 1993b).

1.8. Duplo Parricídio

Nos estudos onde é contemplado o duplo parricídio observa-se que este é sempre o tipo de parricídio menos frequente (Raymond et al., 2015; Sahin et al., 2016). O estudo de Weisman and Sharma (1997) indica que estes representam cerca de um décimo de todos os parricídios.

O duplo parricídio é um crime cometido geralmente por homens (Bourget et al., 2007; Heide, 1993b; Sahin et al., 2016; Weisman et al., 2002), caucasianos (Fegadel and Heide, 2015), solteiros (Baxter et al., 2001; Marleau et al., 2003; Menezes, 2010; Sahin et al., 2016), com cerca de 21 anos de idade (Fegadel and Heide, 2015), que têm esquizofrenia ou outras perturbações psicóticas (Bourget et al., 2007; Heide, 2013b). Estes parricidas apresentam uma baixa habilitação literária (Baxter et al., 2001; Marleau et al., 2003; Menezes, 2010; Sahin et al., 2016), não têm emprego (Baxter et al., 2001; Marleau et al., 2003; Menezes, 2010; Sahin et al., 2016) e cometem o crime sozinhos (Fegadel and Heide, 2015). Weisman et al. (2002) acrescentam que estes agressores estavam com sintomas psicóticos na altura do crime ou apresentavam algum motivo antissocial para realizarem estas agressões, como é o caso dos ganhos monetários.

As mulheres, apenas aparecem representadas como sendo cúmplices do crime, isto é, as mulheres não cometem este crime sozinhas (Weisman et al., 2002). O mesmo não se verificou no estudo de Fegadel and Heide (2015) onde é indicado que existem mais jovens e mulheres envolvidos nos duplos parricídios com vários agressores do que em crimes só com um agressor. Os jovens que cometem duplo parricídio são acontecimentos muito raros, no entanto alguns casos foram relatados na literatura (Heide, 1993b; Myres and Vo, 2012). Estes parricidas costumam ter sido abusados de forma severa e estão muito deprimidos (Heide, 2013b). Foram encontradas ainda outras duas situações nos casos em que existiam diversos agressores para o cometimento do duplo parricídio: os jovens que mataram os pais depois destes não terem aprovado os seus namorados e a morte dos pais devido à existência de um benefício (Fegadel and Heide, 2015).

O segundo homicídio nos duplos parricídios pode ser considerado como sendo um ataque tão desejado como o primeiro; ou como a continuação da violência que resulta das diversas forças situacionais e emocionais da violência (Shon and Roberts, 2010); ou é apenas uma forma de tentar esconder o primeiro homicídio, matando uma possível testemunha (Myers and Vo, 2012; Shon and Lee, 2016).

Os duplos parricídios podem ser divididos de uma forma prudente: os parricídios em que as duas mortes ocorrem ao mesmo tempo e no mesmo local e os parricídios que ocorrem em locais diferentes (Shon and Lee, 2016). Nos casos em que os homicídios são cometidos no mesmo local, o segundo homicídio ocorre porque esta vítima ouviu a anterior e ao ir verificar o que se passava, acabou também por se tornar uma vítima ou mesmo não sabendo o que aconteceu em casa acaba por ser igualmente vítima (Shon and Lee, 2016). Pode dizer-se que a segunda vítima acaba por ser morta para que o agressor não seja apanhado pela polícia (Shon and Lee, 2016). No entanto, o agressor quando comete este segundo homicídio não pensa nas consequências do mesmo (Shon and Lee, 2016).

As dinâmicas relacionadas com o primeiro e o segundo parricídio têm que ser estudadas tendo em conta a intenção do agressor, a utilização de armas e o comportamento no local do crime (Myers and Vo, 2012). Estas dinâmicas não costumam ser estudadas, pois os homicídios costumam acontecer quase ao mesmo tempo principalmente quando são utilizadas armas de fogo (Myers and Vo, 2012). No entanto, nem em todos os países o acesso a armas de fogo é igual. Nos Estados Unidos da América o seu acesso é relativamente fácil, porém, noutros países o mesmo não se verifica (Shon and Lee, 2016). Por isso, é importante estudar-se estas dinâmicas com maior rigor (Shon and Lee, 2016). Nestas agressões fatais contra ambos os pais é habitual o agressor recorrer ao uso de diversas armas (Shon and Lee, 2016).

A sequência temporal dos ataques esclarece ainda informações acerca do estado mental do agressor na altura do cometimento do crime e a intenção para o mesmo (Shon and Lee, 2016). Os agressores que cometeram duplo parricídio e que têm doenças mentais não abandonaram a cena do crime nem procuraram esconder que tinham sido eles os assassinos, isto pode querer indicar que estes indivíduos não tinham noção dos atos que cometeram (Weisman et al., 2002).

1.9. Enquadramento Legal

Como foi referido anteriormente, o parricídio é um tipo de violência doméstica. O crime de violência doméstica está previsto no artigo 152º do Código Penal Português (CP). Este artigo no seu número 1 refere que este crime se aplica a quem de forma repetida ou não, praticar maus tratos físicos ou psíquicos, estando aqui incluídos os castigos corporais, privações de liberdade e ofensas sexuais. Na alínea c) estão referidos os progenitores de

descendente comum em 1º grau como sendo as vítimas deste tipo de violência. Para efeitos do número 1 deste artigo, é indicado que ao agente pode ser aplicada uma pena de prisão de 1 a 5 anos, mas apenas se uma pena mais gravosa não lhe puder ser aplicada devido a outra disposição legal. No número 3 do artigo na alínea b) está mencionado que se os atos previstos no número 1 resultarem na morte da vítima, o agente é punido com uma pena que pode variar entre os 3 e os 10 anos de prisão. É importante ainda indicar o número 4 deste artigo, uma vez que no mesmo é referido que podem ser aplicadas ao arguido algumas penas acessórias, como é o caso da proibição de uso e porte de armas. O parricídio não é um crime que esteja tipificado de forma específica no CP. No entanto, pode enquadrar-se em 2 tipos legais de crimes, o homicídio (art.131º CP) e o homicídio qualificado (art.132º CP).

O artigo 131º do CP refere que qualquer pessoa que mate outra, é punido com pena de prisão que pode variar dos 8 aos 16 anos.

O artigo 132º do CP menciona no número 1 que a morte de outra pessoa, se for provocada em contextos de especial censurabilidade ou perversidade, este crime é punido com pena de prisão que pode variar dos 12 aos 25 anos. É importante realçar que 25 anos de pena de prisão é a pena máxima que se pode aplicar no nosso país. No número 2 deste artigo, estão indicadas as diversas situações que podem ser consideradas como sendo aos olhos na lei enquadráveis no crime de homicídio qualificado. Para o caso do parricídio é de destacar a alínea a), que regula as situações em que o agente do crime é descendente, ascendente, adotado ou adotante da vítima.

É oportuno referir outros 2 artigos do CP, nomeadamente os artigos 31º e 32º.

O artigo 31º refere as razões que podem levar a que um facto que seja considerado crime não seja punível. Assim sendo, neste artigo no seu número 1, está indicado que um determinado facto não pode ser punido quando a ilicitude do mesmo é excluída através de ordem jurídica. No número 2 deste artigo estão indicados os casos em que esta exclusão de ilicitude é possível. Na alínea a) vem referida a legítima defesa.

O segundo artigo define quando é que determinada ação pode ser considerada como tendo sido realizada em legítima defesa. Assim sendo, o artigo 32º do CP indica que um facto pode ser considerado como sendo legítima defesa quando é uma forma essencial para afastar uma agressão ilegal referente a interesses juridicamente protegidos que esteja a ocorrer naquele momento contra si ou terceiros.

Para além dos artigos mencionados antes, adicionalmente devem referir-se os artigos relacionados com a inimputabilidade, designadamente os artigos 19º e 20º.

O artigo 19º está relacionado com a inimputabilidade devido à idade da pessoa que cometeu os atos ilícitos. Neste artigo está indicado que os menores de 16 anos são inimputáveis.

O artigo 20º, por sua vez, está relacionado com a inimputabilidade por anomalia psíquica. No número 1 deste artigo é referido que todos os indivíduos que devido a uma anomalia psíquica, forem incapazes, na altura do cometimento do crime, de avaliar a ilicitude do seu ato ou de se determinar de acordo com essa avaliação são considerados inimputáveis. No número 2 é indicado que quem devido a uma anomalia psíquica grave, não accidental e que tem efeitos que não domina, e que não possa ser censurado por isso, tiver na altura do cometimento do facto, a capacidade para avaliar a ilicitude do ato que cometeu ou para se determinar de acordo com essa avaliação sensivelmente diminuída pode ser considerado como sendo inimputável. O número 3 menciona que se for comprovada a incapacidade do individuo para ser afetado pelas penas, isto pode consistir uma das situações que está prevista no número anterior. O número 4 indica que a imputabilidade não é excluída, se a anomalia psíquica tiver sido provocada pelo individuo com intenção de cometer o facto ilícito.

No que concerne às medidas de coação, estas estão elencadas no Código de Processo Penal (CPP) desde do artigo 196º até ao 202º, começando pelo Termo de identidade e residência, passando pela Caução, Obrigação de apresentação periódica, Suspensão do exercício de profissão, de função, de atividade e de direitos, Proibição e imposição de condutas, Obrigação de permanência na habitação e acabando na Prisão preventiva.

O artigo 196º é referente ao Termo de identidade e residência, no seu número 1 está mencionado que a autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal sujeitam a termo de identidade e residência lavrado no processo a todos os indivíduos que forem constituídos arguidos, mesmo que já tenham sido identificados nos termos do artigo 205º. Já no número 4, é referido que a aplicação desta medida de coação é sempre feita de forma cumulativa com outras presentes no CP.

O artigo 197º refere-se à Caução. No seu número 1 é referido que se o crime imputado ao arguido for punível com pena de prisão, o juiz pode impor ao arguido a obrigação de prestar caução. No número 2, está indicado que se o arguido não puder prestar caução ou tiver grandes dificuldades ou inconvenientes em a prestar, o juiz pode, oficiosamente ou a requerimento, substituir esta medida por outra(s), exceto pela prisão preventiva ou pela obrigação de permanência na habitação, que legalmente se encaixem no caso em concreto. A(s) medida(s) de coação que o juiz optar por aplicar em vez da coação,

será/serão acrescentada(s) às que já tinham sido impostas. No número 3 deste artigo, está estabelecido que a fixação do montante da caução é decidida consoante os fins de natureza cautelar a que se destina, a gravidade do crime imputado, o dano por este causado e a condição socioeconómica do arguido.

O artigo 198º é referente à Obrigação de apresentação periódica, no número 1 é referido que se o crime imputado for punível com pena de prisão de máximo superior a 6 meses, o juiz pode impor ao arguido a obrigação de se apresentar a uma entidade judiciária ou a um órgão de polícia criminal em determinados dias e horas que são estabelecidos anteriormente, tendo em conta as exigências profissionais do arguido e o local onde este habita. No número 2 deste artigo está indicado que esta medida de coação pode ser cumulada com qualquer outra, exceto com a obrigação de permanência na habitação e com a prisão preventiva.

O artigo 199º refere-se à Suspensão do exercício de profissão, de função, de atividade e de direitos, no seu número 1, é referido que se o crime imputado for punível com pena de prisão de máximo superior a 2 anos, o juiz pode impor ao arguido, cumulativamente, se for caso disso, com qualquer outra medida de coação, a suspensão do exercício: a) de profissão, função ou atividade, públicas ou privadas; b) do poder parental, da tutela, da curatela, da administração de bens ou da emissão de títulos de crédito. Esta suspensão do exercício pode ser feita sempre que a interdição do respetivo exercício possa vir a ser decretada como efeito do crime imputado.

O artigo 200º é referente à Proibição e imposição de condutas. No número 1 deste artigo, está descrito que se existirem fortes indícios de prática de crimes doloso punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos, o juiz pode impor ao arguido, cumulativamente ou separadamente, os vários tipos de obrigações a que este pode ser sujeito. Estas obrigações podem estar relacionadas com a não permanência em determinado lugar; não se ausentar de determinado local ou mesmo do país; não contactar certas pessoas ou frequentar determinados locais; não adquirir ou usar, ou se for definido assim que o arguido deve entregar armas ou outros objetos e utensílios que tenha consigo e que possam facilitar a prática de outro crime; e ainda pode ser sujeito, depois do seu consentimento prévio, a tratamento de dependência de que este sofra e que tenha favorecido a prática do crime, em instituição adequada.

O artigo 201º refere-se à Obrigação de permanência na habitação, no seu número 1, é mencionado que se o juiz considerar que as medidas referidas anteriormente são inadequadas ou insuficientes, pode impor ao arguido a obrigação de não se ausentar, ou

de não se ausentar sem autorização, da habitação própria ou de outra em que esteja a viver ou, nomeadamente quando tal se justifique, em instituição adequada a prestar-lhe apoio social e de saúde, se existirem fortes indícios de prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos. No número 2, é referido que esta medida de coação é cumulável com a obrigação de não contactar, por qualquer meio, com determinadas pessoas. No 3º e último número deste artigo, está exposto que para a fiscalização do cumprimento das obrigações referidas no número 1 e 2, podem ser utilizados meios técnicos de controlo à distância, nos termos previstos na lei. O artigo 202º é referente à Prisão preventiva, no seu número 1 é mencionado que se for considerado que são inadequadas ou insuficientes para aquele caso em específico, as medidas referidas nos artigos anteriores, o juiz pode impor ao arguido a prisão preventiva quando: a) existirem fortes indícios da prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a 5 anos ; b) existirem fortes indícios de prática de crime doloso que corresponda a criminalidade violenta; c) existirem indícios de prática de crime doloso de terrorismo ou que corresponda a criminalidade altamente organizada punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos; d) existirem indícios da prática de crime doloso de ofensa à integridade física qualificada, furto qualificado, dano qualificado, burla informática e nas comunicações, recetação, falsificação ou contrafação de documento, atentado à segurança de transporte rodoviário, que sejam puníveis com pena de prisão com limite máximo superior a 3 anos; e) existirem fortes indícios da prática de crime doloso de detenção de arma proibida, detenção de armas e outros dispositivos, produtos ou substâncias em locais proibidos ou crime cometido com arma, nos termos do regime jurídico das armas e munições, puníveis com pena de prisão com limite máximo superior a 3 anos; f) se tratar de pessoa que tiver penetrado ou que esteja de forma irregular em território nacional, ou contra a qual estiver em curso processo de extradição ou expulsão. No número 2 deste artigo, é ainda exposto que se o arguido que deve ser sujeito a prisão preventiva sofrer de anomalia psíquica, o juiz pode impor, ouvido o defensor e, sempre que possível, um familiar, que, enquanto a anomalia persistir, em vez da prisão preventiva deve ser aplicado o internamento preventivo em hospital psiquiátrico ou outro estabelecimento análogo adequado, adotando as cautelas necessárias para prevenir os perigos de fuga e de cometimento de novos crimes.

Relativamente às medidas de segurança e mais especificamente ao internamento de inimputáveis é importante referir dois artigos que estão contemplados no CP. O artigo 91º que é referente aos pressupostos para ocorrer o internamento e a duração mínima do

mesmo. Já o artigo seguinte está relacionado com a cessação e a prorrogação do internamento.

O artigo 91º no seu número 1 estabelece que quem tiver cometido um facto ilícito tipificado na lei e for considerado como sendo inimputável, segundo os termos indicados no artigo 20º do CP, é mandado internar pelo tribunal num estabelecimento de cura, tratamento ou segurança, sempre que, devido à presença de animália psíquica e da gravidade dos atos ilícitos praticados, existir fundado receio de que este individuo venha a cometer outros factos do mesmo género. O número 2 deste artigo refere que quando o facto ilícito praticado pelo inimputável corresponde um crime contra as pessoas ou a crime de perigo comum que são puníveis com pena de prisão superior a cinco anos, o internamento deste tem uma duração mínima de três anos, salvo se a sua libertação se se revelar compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social.

O artigo 92º no seu número 1 refere que sem prejuízo do que é indicado no número 2º do artigo anterior, o internamento termina quando o tribunal verificar que cessou o estado de perigosidade criminal que deu origem ao mesmo. No número 2 deste artigo é mencionado que o internamento não pode ultrapassar o limite máximo da pena correspondente ao tipo de crime que foi praticado pelo inimputável. Por último, o número 3 do artigo 92º refere que se o facto ilícito praticado pelo inimputável corresponder a um crime punível com pena superior a oito anos e o perigo do cometimento de novos factos do mesmo género for de tal modo grave que seja desaconselhável a libertação do inimputável, o internamento pode ser prorrogado por períodos sucessivos de dois anos até que se verifique a situação referida no número 1.

Todos os artigos presentes no CP e no CPP que foram mencionados anteriormente estão sob a sua forma original, isto é, tal e qual encontram-se na legislação apresentada no Anexo A.

1.10 Parricídio em Portugal

Em Portugal foi realizado em 2014 um estudo retrospectivo sobre o parricídio da autoria de Dantas, Santos, Dias, Dinis-Oliveira e Magalhães. Consistiu na análise de relatórios de autópsias de vítimas deste tipo de crime realizadas na zona Norte do Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses durante o período de 9 anos, entre 2003 e 2011, e ainda nos resultados do julgamento de cada um destes casos (Dantas et al., 2014). O parricídio é um crime pouco conhecido e raro e isso verifica-se neste estudo, uma vez que

apenas foram encontrados 7 casos dentro de todos os homicídios ocorridos, o que representa apenas 1,7% (Dantas et al., 2014). É importante referir que possam ter acontecido mais crimes desta natureza, contudo se o relatório de autópsia não tinha qualquer tipo de informação sobre o alegado autor do crime, estes casos acabaram por ser excluídos (Dantas et al., 2014). Os critérios escolhidos para a inclusão neste estudo foram os seguintes: a existência de informação policial ou social de que a vítima foi morta por um filho ou filha biológico ou adotado ou um enteado e a confirmação presente no relatório de autópsia de que foi uma morte violenta infligida por terceiros (Dantas et al., 2014). Este estudo concluiu que as vítimas são predominantemente homens, caucasianos com idades compreendidas entre os 44 e os 80, sendo que a idade média é de 59 anos (Dantas et al., 2014). Pelo menos 4 das vítimas apresentavam um historial de abuso de substâncias (sendo 1 abuso de drogas e 3 abuso de álcool) e estavam sob a influência das mesmas aquando da sua morte (Dantas et al., 2014). Também neste estudo foi possível verificar que as principais vítimas de parricídio são os pais biológicos (Dantas et al., 2014). Relativamente aos agressores foi observado que são todos caucasianos, com idades entre os 16 e os 56, sendo a média de idades de 29 anos (Dantas et al., 2014). No entanto, é importante realçar que 4 dos 7 agressores tinham até 21 anos, isto é, mais de metade dos agressores são muito jovens (Dantas et al., 2014). A maioria dos agressores vivia com a vítima, verificava-se a existência de doenças psicopatológicas em 3 destes agressores, 1 com esquizofrenia e 2 com depressão, existia ainda uma história de violência doméstica em 3 casos (Dantas et al., 2014). As circunstâncias do crime de parricídio neste estudo foram as seguintes: todos os ataques fatais ocorreram em casa (3 em casa da vítima e 4 em casa da vítima e do agressor), a sua maioria com a presença de testemunhas, os instrumentos utilizados foram armas de fogo (em dois casos) e armas cortantes (facas, vidros e foices) nos restantes (Dantas et al., 2014). Apenas 1 dos agressores depois de cometer o crime fugiu do local e nenhum tentou o suicídio após o crime (Dantas et al., 2014). As lesões fatais foram encontradas no tórax, pescoço, cabeça e abdómen; sendo o local mais comum o pescoço e a cabeça (Dantas et al., 2014). Por seu turno, foram encontradas lesões defensivas em 5 casos (Dantas et al., 2014). Os resultados judiciais para os 7 casos variaram entre o arquivamento do processo, homicídio involuntário, homicídio, homicídio e tentativa de homicídio (Dantas et al., 2014). As penas de prisão aplicadas foram entre os 7 meses e os 23 anos (Dantas et al., 2014).

1.11 I(ni)mputabilidade e reincidência dos parricidas

Relativamente à imputabilidade e inimputabilidade em casos de parricídio, a informação é muito parca. Existe pouca informação no que concerne às decisões judiciais nos casos de parricídio (Weisman and Sharma, 1997). Nos casos em que o adolescente está exposto a violência doméstica, acabando por ser também uma vítima, o parricídio pode ser considerado como legítima defesa (Hillbrand and Cipriano, 2007). Para se provar que o parricida agiu em legítima defesa, tem que se comprovar que este tinha uma percepção de perigo iminente para si ou para os outros e que o uso da força utilizada no parricídio foi a indispensável para se proteger ou proteger outrem (Hillbrand and Cipriano, 2007).

Os adultos com problemas psiquiátricos são muitas vezes considerados como inimputáveis (Hillbrand et al., 1999; Marleau et al., 2006; Weisman and Sharma, 1997). No estudo de Raymond et al. (2015) verifica-se que em relação aos parricidas que estavam internados apenas um foi declarado imputável, sendo condenado a 6 anos de pena de prisão pela morte da mãe (Raymond et al., 2015). Todos os outros foram considerados inimputáveis, pois não tinham capacidade para compreender as suas ações ou para perceber quão erradas foram as suas decisões/atos (Raymond et al., 2015). Cerca de 70% dos parricidas descreveram o seu ato como sendo em legítima defesa devido a ameaças a nível físico ou a uma aniquilação psicológica (Raymond et al., 2015). No estudo de Wick et al. (2008), cerca de metade dos agressores foram considerados como não sendo culpados do crime devido à presença de doença mental ou algum tipo de deficiência.

No estudo de Heide (1993a) relativamente à classificação dos crimes de parricídio verifica-se que a polícia classificou uma grande maioria dos patricídios, dos padrastricídios, dos matricídios e dos madrastricídios como sendo assassinatos.

Relativamente à reincidência pode dizer-se que os parricidas muito raramente costumam voltar a ter comportamentos violentos (Raymond et al., 2015). Pode ainda indicar-se que não se verifica que os agressores voltem a cometer o crime de homicídio (Raymond et al., 2015). Estes agressores não costumam reincidir, pois o motivo que os levou a cometerem homicídio cessa com a morte da vítima (Bourget et al., 2007; Dantas et al., 2014). Os autores justificam esta baixa reincidência de comportamentos violentos devido ao fim dos seus impulsos agressivos ou homicidas (Raymond et al., 2015).

Capítulo 2 – Estudo Empírico

2.1. Objetivos do estudo

O objetivo geral desta investigação consiste na elaboração de um perfil das pessoas que estão a cumprir pena de prisão ou medida de segurança pela prática de parricídio. De seguida, serão apresentados de uma forma mais pormenorizada, os diversos objetivos específicos do presente estudo:

- Caraterizar os parricidas a nível socio demográfico e económico
- Caraterizar o consumo de medicação e de substâncias aditivas dos parricidas
- Caraterizar o apoio psicológico e/ou psiquiátrico existente nos parricidas antes do cometimento do parricídio
- Caraterizar os antecedentes criminais dos parricidas
- Caraterizar a relação entre os parricidas e as suas vítimas incluindo a existência de violência doméstica
- Caraterizar o ato criminoso, isto é, o parricídio
- Comparar a amostra dos parricídios consumados com a amostra dos parricídios na forma tentada relativamente à existência de abusos ou maus tratos no seio familiar do agressor, historial psiquiátrico do agressor e a existência de testemunhas no local do crime
- Analisar as representações e significados atribuídos por uma reclusa parricida do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo ao crime e comparar a informação com a presente no processo da mesma
- Analisar as opiniões e representações sociais de duas profissionais de dois Estabelecimentos Prisionais (Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo e Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo) sobre os parricidas e o modo como o sistema prisional lida com este tipo de reclusos

2.2. Metodologia

No plano metodológico foi adotada uma abordagem mista, ou seja, foram mobilizados procedimentos quantitativos e qualitativos, tal como de seguida se explicita.

2.2.1. Procedimentos metodológicos

Previamente à consulta dos processos dos reclusos nos dois estabelecimentos prisionais, onde decorreu este estudo, foi necessário realizar um requerimento para a Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais a solicitar autorização para a realização do presente estudo. Este processo foi muito moroso, o que conduziu a uma entrada tardia nos estabelecimentos prisionais cooperantes.

Após a autorização do estudo, iniciamos a consulta do processo da reclusa presa por ter cometido parricídio no estabelecimento prisional feminino, seguindo-se a realização da entrevista. Posteriormente, realizamos a consulta dos processos disponíveis no estabelecimento prisional masculino. Não foi possível realizar entrevistas aos reclusos correspondentes, uma vez que estes eram todos inimputáveis e como tal, não estavam em condições para fornecerem o seu consentimento livre e informado (Anexo B) o qual é indispensável para a realização das entrevistas.

Os dados foram recolhidos entre junho e julho de 2017, no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (masculino) e no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo (feminino), através do preenchimento da ficha de recolha de dados elaborada pela investigadora. O método de amostragem consiste numa amostra não probabilística por conveniência.

A ficha de recolha de dados (Anexo C) está dividida em 3 partes: A) Parricidas, (na parte inicial estão presentes informações referentes aos agressores incluindo a sua situação socio demográfica e económica, consumo de medicação, álcool e estupefacientes, contacto com psicólogos/psiquiatras; antecedentes criminais); B) Vítimas, (na segunda parte está presente a situação socio demográfica, relação com os agressores e ainda a presença de doenças do foro mental e de álcool e/ou estupefacientes aquando a sua morte; C) Factos relativos ao parricídio, (na última parte, está presente informação sobre o tipo de parricídio; idade do agressor aquando do ato criminoso; medida de coação aplicada; tipo(s) legal/legais de crime pelo qual o agressor foi condenado; i(ni)mputabilidade do agressor; aplicação e duração da pena de prisão ou medida de segurança; há quanto tempo estão presos ou a cumprir medida de segurança; coabitação do agressor e da vítima;

descrição do parricídio; motivos subjacentes; premeditação; testemunhas; presença de doenças do foro mental e de álcool e/ou estupefacientes aquando do ato criminoso e, por último, o seu comportamento após o parricídio).

No âmbito da descrição do parricídio existem quatro questões que importa explicar: primeiro porque é que se optou pela colocação do internamento preventivo como medida de coação? Embora o internamento preventivo não apareça como sendo uma medida de coação isolada, acabou por se colocar desta forma para tentar compreender se era muitas vezes aplicadas, o que não era possível se só se indicasse a opção prisão preventiva.

A segunda questão está relacionada com o número de outras vítimas, a terceira com a altura do dia em que ocorreu o parricídio e a última com o excesso de violência presente na morte da vítima. Para efeitos deste estudo, foi considerado como outra vítima, as pessoas que foram agredidas ou mortas depois do cometimento do parricídio, isto é, no seguimento do mesmo. Na questão relacionada com a altura do dia em que ocorreu o parricídio é relevante referir os critérios utilizados para definir as várias partes do dia. Assim, neste estudo, a manhã corresponde ao horário do dia entre as 06:00 e as 11:59; a tarde é entre as 12:00 e as 17:59 e, por último, a noite/madrugada começa às 18:00 e acaba às 05:59. Relativamente ao excesso de violência presente na morte da vítima, como o próprio nome indica, só se aplica às vítimas mortais considerando-se, ao mesmo tempo, que se usou de mais violência do que a necessária para a prática do homicídio, por exemplo, um número exagerado de golpes efetuados ou ter continuar a esfaquear a vítima depois de esta já estar morta. Por último, é importante expor que só foram consideradas testemunhas do crime, as pessoas que testemunharam efetivamente o parricídio, isto é, que viram o facto criminoso.

As entrevistas realizadas são de natureza semiestruturada e têm meramente um estatuto complementar. Pelos motivos antes mencionados, apenas foi possível realizar uma entrevista a uma reclusa que teve por base um guião (Anexo D) elaborado pela investigadora. Foram ainda efetuadas duas entrevistas a profissionais dos referidos estabelecimentos prisionais, cujo guião se apresenta no Anexo E. Tais guiões ofereceram à investigadora um grau de estruturação mínimo durante a condução das entrevistas, podendo integrar novas questões emergentes no decurso das mesmas. Também estas entrevistas foram realizadas somente depois das entrevistadas terem assinado o consentimento informado, essencial para a elaboração das mesmas (Anexo F).

2.2.2. Procedimentos estatísticos

No presente estudo, os dados recolhidos a partir da análise dos processos dos reclusos foram tratados e trabalhados estatisticamente através do *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS, versão 24). Foi realizada inicialmente uma análise descritiva dos dados, seguida da aplicação do Teste de Fisher.

A maioria das variáveis são qualitativas, e por isso, de escala nominal e ordinal.

Capítulo 3 – Resultados

Tendo em conta os objetivos específicos que foram estabelecidos anteriormente, neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos.

3.1. – Caracterização da amostra em estudo

A caracterização da amostra em estudo foi realizada através da consulta de 10 processos, todos eles provenientes de casos de parricídio. A presente investigação recorreu a uma amostra não probabilística de conveniência, sendo que dos 10 processos consultados, 5 eram pelo cometimento de Homicídio Qualificado (art.132º do CP), 2 pelo cometimento de Homicídio (art.131º do CP), 2 pelo cometimento de Homicídio Qualificado na Forma Tentada (art.132º do CP) e 1 pelo cometimento de Homicídio na Forma Tentada (art.131º do CP). Na amostra dos parricidas encontram-se todos os agressores, isto é, todos os indivíduos que cometeram parricídio independentemente de ser sob a forma consumada ou tentada.

3.1.1. - Amostra dos parricidas

Para constituição desta amostra supramencionada foi considerado o seguinte critério de inclusão: a) estarem a cumprir pena de prisão ou medida de segurança nos estabelecimentos prisionais selecionados devido à prática de parricídio na forma consumada ou tentada.

Como foi referido a amostra é constituída por 10 indivíduos, que são maioritariamente do sexo masculino, de etnia caucasiana e de nacionalidade portuguesa. Apenas 2 indivíduos são de etnia negra e de nacionalidade angolana. No que toca à naturalidade dos mesmos, verifica-se que o Porto é o distrito mais representado.

Os indivíduos são geralmente solteiros, quando há informação sobre os descendentes, é possível verificar que habitualmente não têm filhos ou têm apenas um. No entanto, importa referir que esta variável tem um elevado número de informação desconhecida (40%). Relativamente às habilitações literárias da maioria dos indivíduos, tem que se destacar três grupos que estão representados de igual forma, nomeadamente o 1º ciclo, o 2º ciclo e o 3º ciclo. Em relação à ocupação profissional anterior ao cometimento do parricídio constata-se que 40% dos indivíduos estavam desempregados, 40% estavam empregados, não se sabendo se o emprego era estável, e 20% estavam reformados. Por

último, no que concerne à situação socioeconómica só existe informação em 2 dos casos, sendo que num deles é referido que a mesma é satisfatória e noutro que é dependente de terceiros. Na tabela 1 apresenta-se a caracterização dos parricidas no plano sociodemográfico e económico.

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica e económica dos parricidas (N=10)

	n	%
Sexo		
Masculino	9	90
Feminino	1	10
Etnia		
Caucasiana	8	80
Negra	2	20
Naturalidade		
Aveiro	1	10
Bragança	1	10
Leiria	1	10
Lisboa	1	10
Porto	3	30
Santarém	1	10
Sem nacionalidade Portuguesa	2	20
Nacionalidade		
Portuguesa	8	80
Angolana	2	20
Estado Civil		
Solteiro	9	90
Divorciado/Separado	1	10
Número de Filhos		
0	2	20
1	3	30
4	1	10
Desconhecido	4	40
Habilitações Literárias		
1ºCiclo	3	30
2ºCiclo	3	30
3ºCiclo	3	30
Ensino Secundário	1	10
Ocupação Profissional Anterior		
Desempregado	4	40
Empregado	4	40
Reformado	2	20

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica e económica dos parricidas (N=10) (cont.)

	Frequência	Percentagem
Emprego era estável¹		
Desconhecido	4	40
Situação Socioeconómica		
Satisfatória	1	10
Desconhecido	9	90
Situação Socioeconómica dependente de terceiros²		
Sim	1	10
Desconhecido	1	10

3.1.2. – Consumo de medicação e de substâncias aditivas antes do parricídio

Relativamente ao consumo de medicação e de substâncias aditivas por parte da amostra em estudo, importa referir o elevado número de informação desconhecida, que em alguns casos chega a ser igual ou superior a metade dos casos. Dentro da informação disponível, foi possível verificar que a maioria dos indivíduos não realizava medicação de forma regular, não consumia álcool, mas consumia estupefacientes, destacando-se os canabinóides como o tipo de estupefacientes encontrados. Na tabela 2 procede-se à caracterização do consumo de medicação e de substâncias aditivas nos parricidas.

Tabela 2 – Caracterização do consumo de medicação e de substâncias aditivas dos parricidas (N=10)

	n	%
Realização de medicação de forma regular		
Sim	1	10
Não	4	40
Desconhecido	5	50

¹ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

² Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

Tabela 2 – Caracterização do consumo de medicação e de substâncias aditivas dos parricidas (N=10) (cont.)

	n	%
Tipo de medicação³		
Desconhecido	1	10
Consumo de Álcool		
Sim	2	20
Não	1	10
Desconhecido	7	70
Consumo de Estupefacientes		
Sim	5	50
Não	1	10
Desconhecido	4	40
Tipo de Estupefacientes⁴		
Canabinóides	2	20
Desconhecido	3	30

3.1.3. – Apoio psicológico e psiquiátrico antes do parricídio

Em relação ao apoio psicológico não foi possível encontrar qualquer tipo de informação. No entanto, relativamente ao apoio psiquiátrico verificou-se que maioria dos indivíduos agressores já tinha consultado anteriormente um psiquiatra, sendo que na maior parte dos casos não se sabe os motivos para tais consultas.

Em 7 casos, foram diagnosticadas doenças do foro mental, sendo que a esquizofrenia é a mais comum (5), seguindo-se o atraso mental e a psicopatia (1). Em 70% dos indivíduos que consultaram um psiquiatra foi receitada medicação. Contudo, a maioria não a estava a tomar de forma regular. Em 10% dos casos a última consulta com o psiquiatra foi alguns meses antes do parricídio, em todos os outros casos não foi possível saber quando a mesma tinha ocorrido. No entanto, convém realçar que mais de metade (60%) dos indivíduos já tinham estado internados em psiquiatria. Na tabela 3 apresenta-se informação relativamente ao apoio psicológico e psiquiátrico existente antes do cometimento do parricídio.

³ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

⁴ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

Tabela 3 – Caracterização do apoio psicológico e psiquiátrico anterior ao parricídio (N=10)

	n	%
Consultou um psicólogo antes do parricídio		
Desconhecido	10	100
Consultou um psiquiatra antes do parricídio		
Sim	9	90
Não	1	10
Motivo porque consultou o psiquiatra⁵		
Crises Psicóticas	1	10
Desconhecido	8	80
Diagnóstico de Doença do Foro Mental⁶		
Sim	7	70
Desconhecido	2	20
Tipo de Doença do Foro Mental⁷		
Esquizofrenia	5	50
Atraso Mental e Psicopatia	1	10
Desconhecido	1	10
Receitada Medicação⁸		
Sim	7	70
Desconhecido	2	20
Tomava a Medicação receitada de forma regular⁹		
Não	5	50
Desconhecido	2	20
Quanto tempo antes do Parricídio foi a uma consulta com o Psiquiatra¹⁰		
Meses	1	10
Desconhecido	8	80
Internamento na Psiquiatria¹¹		
Sim	6	60
Desconhecido	3	30

⁵ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

⁶ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

⁷ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

⁸ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

⁹ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

¹⁰ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

¹¹ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

3.1.4. – Antecedentes criminais dos parricidas

A maioria dos indivíduos não apresenta antecedentes criminais. Nos 2 casos em que existiam antecedentes criminais, os crimes cometidos foram num dos casos Homicídio Qualificado na forma tentada, Detenção de Arma Proibida, Ofensas Corporais, Dano Agravado e Injúrias e no outro Homicídio, Introdução em Casa Alheia, Furto e Detenção de Arma Proibida. No entanto, não estava disponível a informação sobre o primeiro crime cometido e a idade com que o parricida cometeu o mesmo. Um destes indivíduos cumpriu anteriormente pena de prisão quando tinha 22 anos e o outro cumpriu anteriormente uma medida de segurança com 36 anos. Na tabela 4, apresenta-se uma caracterização dos antecedentes criminais dos parricidas.

Tabela 4 – Caracterização dos antecedentes criminais dos parricidas (N=10)

	n	%
Antecedentes Criminais		
Sim	2	20
Não	8	80
Crimes Cometidos¹²		
Homicídio Qualificado na forma tentada, Detenção de Arma Proibida, Ofensas Corporais, Dano Agravado e Injúrias	1	10
Homicídio, Introdução em Casa Alheia, Furto e Detenção de Arma Proibida	1	10
Primeiro Crime Cometido¹³		
Desconhecido	2	20
Idade com que Cometeu o Primeiro Crime¹⁴		
Desconhecido	2	20
Cumpriu Pena de Prisão Anteriormente¹⁵		
Sim	1	10
Não	1	10

¹² Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

¹³ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

¹⁴ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

¹⁵ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

Tabela 4 – Caracterização dos antecedentes criminais dos parricidas (N=10) (cont.)

	n	%
Cumpriu Medida de Segurança Anteriormente¹⁶		
Sim	1	10
Não	1	10

3.1.5. – Amostra das vítimas

A amostra de vítimas é constituída por 11 indivíduos, sendo 10 do sexo feminino (mães) e 1 do sexo masculino (pai), a etnia das vítimas é desconhecida. O número de vítimas variou entre uma e duas, sendo que em apenas um dos parricídios se verificaram 2 vítimas. A idade das vítimas varia entre os 60 e os 79 anos (M=72,50; DP=8,583). No entanto, na maioria dos casos a idade da vítima era desconhecida. Na tabela 5 apresenta-se a caracterização da idade da primeira vítima aquando do parricídio.

Tabela 5 – Caracterização da idade da primeira vítima aquando do parricídio (N=10)

	Média	Desvio-Padrão	Amplitude
Idade da Primeira Vítima aquando do Parricídio	72,50	8,583	60-79

A relação entre o agressor e a primeira vítima era na maior parte dos casos, complicada/conflituosa. Verificou-se ainda que a relação entre o agressor e a segunda vítima também era complicada/conflituosa e que não existia historial de violência doméstica entre ambos.

Verificou-se ainda que existia historial de violência doméstica entre o agressor e a primeira vítima em metade dos casos. Em 20% dos casos esta violência era mútua e noutros 20% era só por parte do agressor. O tipo de violência doméstica infligida era maioritariamente física mas também se observou a existência de violência psicológica. Apenas em 20% dos casos se apurou existirem abusos ou maus tratos por parte das vítimas ou de outro familiar sobre o agressor sendo estes físicos e sexuais. Não foi possível saber se alguma das vítimas estava sob o efeito de álcool e/ou estupefacientes ou se apresentavam doenças do foro mental quando ocorreu o parricídio. Na tabela 6 apresenta-se a caraterização das vítimas.

¹⁶ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

Tabela 6 – Caracterização das vítimas (N=11)

	n	%
Número de Vítimas		
1	9	90
2	1	10
Idade da Primeira Vítima aquando do Parricídio		
60	1	10
74	1	10
77	1	10
79	1	10
Desconhecido	6	60
Idade da Segunda Vítima aquando do Parricídio¹⁷		
Desconhecido	1	10
Sexo da Primeira Vítima		
Masculino	1	10
Feminino	9	90
Sexo da Segunda Vítima¹⁸		
Feminino	1	10
Etnia da Primeira Vítima		
Desconhecido	10	100
Etnia da Segunda Vítima¹⁹		
Desconhecido	1	10
Relação entre o Agressor e a Primeira Vítima		
Complicada/Conflituosa	7	70
Desconhecido	3	30
Relação entre o Agressor e a Segunda Vítima²⁰		
Complicada/Conflituosa	1	10

¹⁷ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

¹⁸ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

¹⁹ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

²⁰ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

Tabela 6 – Caracterização das vítimas (N=11) (cont.)

	n	%
Historial de Violência Doméstica entre o Agressor e a Primeira Vítima		
Sim	5	50
Desconhecido	5	50
Historial de Violência Doméstica entre o Agressor e a Segunda Vítima²¹		
Não	1	10
Violência Doméstica era mútua entre o Agressor e a Primeira Vítima²²		
Sim	2	20
Só por parte do agressor	2	20
Desconhecido	1	10
Tipo de Violência Doméstica infligida entre o Agressor e a Primeira Vítima²³		
Física	3	30
Psicológica	1	10
Desconhecido	1	10
Abusos ou Maus Tratos por parte da(s) Vítima(s) ou de outro Familiar sobre o Agressor		
Sim	2	20
Desconhecido	8	80
Tipos de Abusos ou Maus Tratos por parte da(s) Vítima(s) ou de outro Familiar sobre o Agressor²⁴		
Abusos Físicos	1	10
Abusos Sexuais	1	10

²¹ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

²² Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

²³ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

²⁴ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

Tabela 6 – Caracterização das vítimas (N=11) (cont.)

	n	%
Primeira Vítima estava sob o efeito de álcool aquando do ato criminoso		
Desconhecido	10	100
Segunda Vítima estava sob o efeito de álcool aquando do ato criminoso²⁵		
Desconhecido	1	10
Primeira Vítima estava sob o efeito de estupefacientes aquando do ato criminoso		
Desconhecido	10	100
Segunda Vítima estava sob o efeito de estupefacientes aquando do ato criminoso²⁶		
Desconhecido	1	10
Primeira Vítima apresentava Doença do foro Mental aquando do ato criminoso		
Desconhecido	10	100
Segunda Vítima apresentava Doença do foro Mental aquando do ato criminoso²⁷		
Desconhecido	1	10

3.1.6. – Amostra dos parricidas no que se refere ao ato criminoso

A idade dos indivíduos quando cometeram parricídio varia entre os 22 e os 56 anos (M=35,30; DP=10,700). Na tabela 7 apresenta-se a caracterização da idade com que o agressor cometeu parricídio.

²⁵ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

²⁶ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

²⁷ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

Tabela 7 – Caracterização da idade com que o agressor cometeu parricídio (N=10)

	Média	Desvio Padrão	Amplitude
Idade com que o Agressor cometeu Parricídio	35,50	10,700	22-56

Relativamente ao tipo de parricídio cometido verificou-se que em 7 casos ocorreu parricídio consumado e em 3 parricídio na forma tentada. Foram aplicados 2 tipos de medidas de coação, nomeadamente prisão preventiva (em 4 casos) e internamento preventivo (em 2 casos). Assim sendo verifica-se que a prisão preventiva foi a medida de coação mais aplicada. Nos restantes 4 casos esta informação era desconhecida. Na tabela 8, apresenta-se a caracterização do ato criminoso relativo ao tipo de parricídio e à medida de coação.

Tabela 8 – Caracterização do ato criminoso (Parricídio) (N=10)

	n	%
Tipo de Parricídio		
Parricídio Consumado	7	70
Parricídio na Forma Tentada	3	30
Medida de Coação aplicada		
Prisão Preventiva	4	40
Internamento Preventivo	2	20
Desconhecido	4	40

O tipo legal de crime pelo qual os agressores foram condenados divide-se em 4: Homicídio Qualificado (n=5), Homicídio (n=2), Homicídio Qualificado na Forma Tentada (n=2) e Homicídio na Forma Tentada (n=1). Constata-se que o tipo legal de crime que mais se verificou foi o Homicídio Qualificado no caso dos parricídios consumados e o Homicídio Qualificada na Forma Tentada no caso dos parricídios na forma tentada. Para além da condenação pelo tipo legal de crime supramencionado, em 40% dos casos. Na tabela 8, apresenta-se a caracterização do ato criminoso relativo a(os) tipo(s) legal(is) de crime pelo qual o agressor foi condenado.

Tabela 8 – Caracterização do ato criminoso (Parricídio) (N=10) (cont.)

Tipo Legal de Crime pelo qual o Agressor foi condenado		
Homicídio	2	20
Homicídio Qualificado	5	50
Homicídio na Forma Tentada	1	10
Homicídio Qualificado na Forma Tentada	2	20
Agressor foi Condenado por Outros Tipos Legais de Crime		
Sim	4	40
Não	6	60

Os parricidas foram condenados pelos seguintes outros tipos legais de crime: Sequestro Agravado (1), Homicídio (1), Ofensa à Integridade Física Simples, Resistência e Coação sobre Funcionário e Injúria Agravada (1) e Homicídio Qualificado na Forma Tentada, Incêndio na Forma Tentada e Desobediência (1). Na tabela 8, apresenta-se a caracterização do ato criminoso relativo aos outros tipos legais de crime pelo qual o agressor foi condenado.

Tabela 8 – Caracterização do ato criminoso (Parricídio) (N=10) (cont.)

	n	%
Outros Tipos Legais de Crimes²⁸		
Sequestro Agravado	1	10
Homicídio	1	10
Ofensa à Integridade Física Simples, Resistência e Coação sobre Funcionário e Injúria Agravada	1	10
Sequestro Agravado	1	10
Homicídio	1	10
Ofensa à Integridade Física Simples, Resistência e Coação sobre Funcionário e Injúria Agravada	1	10
Homicídio Qualificado na Forma Tentada, Incêndio na Forma Tentada e Desobediência	1	10

Em 90% dos casos o agressor foi considerado inimputável e como tal a estes foi aplicada uma medida de segurança. Ao agressor imputável foi aplicada uma pena de prisão com a duração de 240 meses (20 anos). Na tabela 12, apresenta-se a informação referente a esta parte do estudo do ato criminoso praticado pelos parricidas. Na tabela 8, apresenta-se a caracterização do ato criminoso, mais especificamente, a inimputabilidade do agressor e a aplicação de pena de prisão ou medida de segurança.

²⁸ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

Tabela 8 – Caracterização do ato criminoso (Parricídio) (N=10) (cont.)

	n	%
Inimputabilidade do Agressor		
Sim	9	90
Não	1	10
Aplicação de Pena de Prisão ou Medida de Segurança		
Pena de Prisão	1	10
Medida de Segurança	9	90

As medidas de segurança aplicadas têm um limite mínimo que varia entre os 36 meses (3 anos) e os 216 meses (18 anos) sendo a média de 66,67 meses (cerca de 5 anos e meio) com um desvio padrão de 62,386 (cerca de 5 anos e 2 meses) e um limite máximo que varia entre os 112 meses (9 anos e 4 meses) e os 300 meses (25 anos) sendo a média de 220,44 (cerca de 18 anos) com um desvio padrão de 70,582 (cerca de 5 anos e 10 meses). A idade com que o agressor começou a cumprir a pena de prisão ou a medida de segurança varia entre os 22 e os 57 anos (M=36,10; DP= 10,806). Na tabela 9, está presente a caracterização dos limites das medidas de segurança e idade com que o agressor começou a cumprir a pena de prisão/medida de segurança.

Tabela 9 – Caracterização dos limites das medidas de segurança e idade com que o agressor começou a cumprir a pena de prisão/medida de segurança (N=10)

	Média	Desvio Padrão	Amplitude
Limite Mínimo da Medida de Segurança aplicada (em Meses)	66,67	62,386	36-216
Limite Máximo da Medida de Segurança aplicada (em Meses)	220,44	70,582	112-300
Idade com que o Agressor começou a cumprir Pena de Prisão/Medida de Segurança	36,10	10,806	22-57

Para a análise dos anos que os parricidas estão a cumprir pena de prisão ou medida de segurança foram criados grupos para maior confidencialidade e comodidade na leitura dos dados. Verificou-se que o parricida que está a cumprir pena de prisão está preso entre 0–5 anos, e os que estão a cumprir medida de segurança estão divididos em diversos grupos, designadamente: 0–5 (30%), 6–10 (20%), 11–15 (10%), 26–30 (30%). Pode-se afirmar que a maioria dos parricidas está a cumprir medida de segurança entre 0 a 5 anos e entre 26 a 30 anos.

Em 70% dos casos o agressor e as vítimas coabitavam, mas apenas 10% destes viviam sozinhos. Na tabela 10, apresenta-se a informação referente ao parricídio incluindo há quantos anos os agressores estão a cumprir pena de prisão/medida de segurança, coabitação com a vítima e se esta e o agressor viviam sozinhos.

Tabela 10 – Caracterização do parricídio (N=10)

	N	%
Há quantos anos está a cumprir Pena de Prisão²⁹		
0-5	1	10
Há quantos anos está a cumprir Medida de Segurança³⁰		
0-5	3	30
6-10	2	20
11-15	1	10
26-30	3	30
Coabitação entre o Agressor e as Vítima(s)		
Sim	7	70
Não	2	20
Desconhecido	1	10
Agressor e a(s) Vítima(s) viviam sozinhos³¹		
Sim	1	10
Não	4	40
Desconhecido	2	20

²⁹ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

³⁰ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

³¹ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

Em metade dos casos o parricídio teve lugar na casa das vítimas e do agressor, seguindo-se, divididos de igual forma (10%), os seguintes locais: casa das vítimas, local público, estabelecimento público, casa de um familiar e num caso não é conhecido o local. No que concerne aos parricídios que aconteceram numa habitação (70%) verificou-se que estes ocorreram essencialmente na cozinha (30%) e na sala (20%) sendo que num caso ocorreu na cozinha ou sala e noutra esta informação não estava disponível. Os factos sucederam-se principalmente durante a tarde (50%), embora também existam diversos casos durante a noite/madrugada (30%). Apenas se verificou uma ocorrência durante a manhã e outra em que não foi possível especificar a altura do dia em que ocorreu. Na tabela 10, apresenta-se a informação referente ao parricídio incluindo local do crime.

Tabela 10 – Caracterização do parricídio (N=10) (cont.)

	N	%
Local de ocorrência do Parricídio		
Casa da(s) Vítima(s)	1	10
Casa da(s) Vítima(s) e do Agressor	5	50
Local Público	1	10
Estabelecimento Público	1	10
Casa de um Familiar	1	10
Desconhecido	1	10
Local da Habitação onde ocorreu o Parricídio ³²		
Cozinha	3	30
Sala	2	20
Cozinha ou Sala	1	10
Desconhecido	1	10

Só se verificaram ataques a mães e pais. Como foi referido em cima só num dos parricídios existiu mais do que uma vítima (2). Neste caso a primeira vítima foi o pai e a segunda a mãe, aqui ocorreu uma tentativa de duplo parricídio. Nos restantes casos a

³² Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

vítima foi sempre a mãe, aqui ocorrendo assim matricídios e tentativas de matricídios. Para além destas vítimas, em 30% dos casos existiram mais vítimas. Na tabela 10, apresenta-se a informação referente ao parricídio incluindo altura do dia em que ocorreu, identificação das vítimas e existência de outras vítimas.

Tabela 10 – Caracterização do parricídio (N=10) (cont.)

	n	%
Altura do Dia em que ocorreu o Parricídio		
Manhã	1	10
Tarde	5	50
Noite/Madrugada	3	30
Não Especificada	1	10
Identificação da Primeira Vítima		
Mãe	9	90
Pai	1	10
Identificação da Segunda Vítima³³		
Mãe	1	10
Existência de Outras Vítimas		
Sim	3	30
Não	7	70

Sendo que o número de outras vítimas vítima entre 1 e 3 (M=1,67; DP=1,155). Estas vítimas na sua maioria eram familiares do agressor e da vítima. Na tabela 11, está presente a caracterização do número de outras vítimas.

Tabela 11 – Caracterização do número de outras vítimas (N=3)

	Média	Desvio Padrão	Amplitude
Número de Outras Vítimas	1,67	1,155	1-3

Relativamente às armas ou métodos utilizados para ferir a primeira vítima verificou-se uma grande diversidade mas é de destacar a utilização de facas (40%), seguindo-se o martelo (20%), arma de fogo (10%), ácido sulfúrico (10%), machado (10%) e a navalha (10%). Os motivos encontrados para tais escolhas foram ser a arma mais acessível (40%)

³³ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

ou o método adequado (20%). Todavia, não se pode deixar de referir que em 40% dos casos não é conhecido o motivo. Consultar tabela 12, onde se pode verificar a caracterização do ato parricida.

Tabela 12 – Caraterização do ato parricida (N=10)

	n	%
Outras Vítimas eram Familiares³⁴		
Sim	2	20
Não	1	10
Arma(s) ou Método(s) utilizados para ferir a Primeira Vítima		
Arma de Fogo	1	10
Faca	4	40
Ácido Sulfúrico	1	10
Machado	1	10
Martelo	2	20
Navalha	1	10
Motivo pelo qual o Agressor escolheu determinada arma ou método para ferir a Primeira Vítima		
Método Adequado	2	20
Arma mais Acessível	4	40
Desconhecido	4	40

Relativamente à segunda vítima verificou-se que a utilização de um martelo foi considerado como o método mais adequado para realizar o parricídio. Englobando todas as vítimas, confirma-se que as facas foram as armas mais utilizadas seguindo-se os martelos. O motivo para a escolha das armas foi ser a arma mais acessível seguindo-se o método adequado. Na tabela 12, está presente a caracterização do ato parricida.

³⁴ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

Tabela 12 – Caracterização do ato parricida (N=10) (cont.)

	n	%
Arma(s) ou Método(s) utilizados para ferir a Segunda Vítima³⁵		
Martelo	1	10
Motivo pelo qual o Agressor escolheu determinada arma ou método para ferir a Segunda Vítima³⁶		
Método Adequado	1	10

Por sua vez, as zonas do corpo atingidas na primeira vítima foram essencialmente a cabeça (40%) seguindo-se o pescoço (10%) e o tronco (10%). Nos restantes casos verificou-se que existe um conjunto de zonas atingidas, destacando-se a cabeça, tronco e membros superiores (20%), tronco e membros superiores (10%) e ainda a cabeça, pescoço, tronco, membros superiores e membros inferiores (10%). Na segunda vítima verificou-se que a zona atingida foi a cabeça.

Englobando todas as vítimas, dá para compreender que em 45% dos casos a cabeça foi a única zona atingida, por isso a zona mais frequentemente atingida. Analisando as zonas do corpo de forma individual, verifica-se que a cabeça foi a zona mais atacada (73%), seguindo-se o tronco (45%), os membros superiores (36%), o pescoço (18%) e os membros inferiores (9%).

Dentro dos parricídios consumados (7 casos), isto é, os casos em que as vítimas morreram, apenas em 2 casos se verificou uso de excesso de violência na perpetração da morte da vítima. Contudo, convém referir que noutros 2 casos não se verificou e nos restantes 3 casos não existia informação sobre este tópico. Destas 7 vítimas mortais, 5 morreram no local onde ocorreu o parricídio. Na tabela 12, está presente a caracterização do ato parricida.

³⁵ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

³⁶ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

Tabela 12 – Caracterização do ato parricida (N=10) (cont.)

	n	%
Zonas do Corpo Atingidas da Primeira Vítima		
Cabeça	4	40
Pescoço	1	10
Tronco	1	10
Cabeça, Tronco e Membros Superiores	2	20
Tronco e Membros Superiores	1	10
Cabeça, Pescoço, Tronco, Membros Superiores e Membros Inferiores	1	10
Zonas do Corpo Atingidas da Segunda Vítima³⁷		
Cabeça	1	10
Excesso de Violência na Morte da Primeira Vítima³⁸		
Sim	2	20
Não	2	20
Desconhecido	3	30
Primeira Vítima Morreu no Local onde ocorreu o Parricídio³⁹		
Sim	5	50
Não	2	20

Verificou-se, de igual modo, a existência de premeditação do ataque à primeira vítima em 50% dos casos assim como no único ataque em que houve uma segunda vítima.

No que toca às motivações para o cometimento do parricídio a mais comum foi a presença de doença do foro mental no agressor (50%), seguindo-se os abusos sofridos (10%) e a relação conflituosa entre a vítima e o agressor (10%). No entanto, em 30% dos casos a motivação é desconhecida. Na maioria dos parricídios (70%) não existiu testemunhas,

³⁷ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

³⁸ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

³⁹ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

contudo, nos 2 casos em que existiram, verificou-se que num deles eram pessoas conhecidas do agressor e nos restantes 10% dos casos não havia informação sobre a existência de testemunhas. Na tabela 12, está presente a caracterização do ato parricida.

Tabela 12 – Caracterização do ato parricida (N=10) (cont.)

	N	%
Premeditação relativamente à Primeira Vítima		
Sim	5	50
Não	1	10
Desconhecido	4	40
Premeditação relativamente à Segunda Vítima⁴⁰		
Sim	1	10
Motivação para o Parricídio		
Abusos	1	10
Presença de Doença do Foro Mental no Agressor	5	50
Relação Conflituosa entre a(s) Vítima(s) e o Agressor	1	10
Desconhecido	3	30
Testemunhas		
Sim	2	20
Não	7	70
Desconhecido	1	10
Testemunhas eram pessoas conhecidas do agressor⁴¹		
Sim	1	10
Desconhecido	1	10

Em nenhum caso observado existe informação sobre o facto de os agressores estarem sob o efeito do álcool ou estupefacientes quando cometeram os atos criminosos.

⁴⁰ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

⁴¹ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

Porém, foi possível verificar que 70% dos agressores apresentavam doenças do foro mental quando ocorreu o parricídio, sendo que 60% sofriam de esquizofrenia e 10% de atraso mental e psicopatia. Na tabela 12, está presente a caracterização do ato parricida.

Tabela 12 – Caracterização do ato parricida (N=10) (cont.)

	n	%
Agressor estava sob o efeito de Álcool quando cometeu os atos criminosos		
Desconhecido	10	100
Agressor estava sob o efeito de Estupefacientes quando cometeu os atos criminosos		
Desconhecido	10	100
Presença de Doença do Foro Mental no Agressor quando cometeu o Parricídio		
Sim	7	70
Não	1	10
Desconhecido	2	20
Tipo de Doença do Foro Mental ⁴²		
Esquizofrenia	6	60
Atraso Mental e Psicopatia	1	10

Apenas em 10% dos agressores foi possível averiguar que existiram delírios quando cometeram parricídio porém não é conhecido o tipo de delírios presentes.

Por último, no que se refere ao comportamento do agressor após o parricídio, verificou-se que em 40% dos casos permaneceram no local, 30% fugiram do local e, por fim, num caso o agressor escondeu a arma do crime, incendiou o corpo da vítima e ainda noutro não foi possível apurar o seu comportamento. Na tabela 12, está contemplada a caracterização do ato parricida.

⁴² Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

Tabela 12 – Caracterização do ato parricida (N=10) (cont.)

	n	%
Presença de Delírios no Agressor quando cometeu Parricídio		
Sim	1	10
Desconhecido	9	90
Tipo de Delírios⁴³		
Desconhecido	1	10
Comportamento do Agressor após o Parricídio		
Fugir do Local	3	30
Permanecer no Local	4	40
Esconder a Arma do Crime	1	10
Incendiar o Corpo da Vítima	1	10
Desconhecido	1	10

⁴³ Amostra reduzida pois não se aplica a todos os casos

3.2. – Comparação dos parricídios consumados com os parricídios na forma tentada

Apesar de não ser consensual na literatura, em geral na mesma é referido que os parricídios consumados e os parricídios na forma tentada podem ser estudados conjuntamente, uma vez que são idênticos e que apresentam poucas diferenças. No entanto, é importante comparar estes dois tipos de parricídio relativamente às variáveis que a literatura indica apresentar diferenças. Todavia, no nosso estudo nem todas as variáveis estão presentes, por isso, aqui só serão analisadas as diferenças, possíveis, no que toca à existência de violência no seio familiar, ao historial psiquiátrico do agressor e à presença de testemunhas no local do crime.

3.2.1. – Associação entre a existência de violência no seio familiar e o tipo de parricídio cometido

Para a análise da existência de violência no seio familiar, a variável utilizada neste estudo foi “Abusos ou Maus Tratos por parte da(s) vítima(s) ou de outro familiar sobre o Agressor”. No entanto, não foi possível aplicar o Teste do Qui-quadrado nem o Teste de Fisher pois a variável referida é uma constante. Como tal, de seguida, apresenta-se uma análise descritiva desta variável para os parricídios consumados e para os parricídios na forma tentada. Verificou-se que apenas existiu um caso em cada dos tipos de parricídio. Contudo, o número de casos de cada um destes grupos (tipo de parricídio) é muito diferente e por isso os valores variam muito, nos parricídios consumados apenas 14,3% dos agressores sofreram de abusos ou maus tratos por parte da vítima ou de outro familiar comparativamente com os 33,3% que se verificam nos parricídios na forma tentada. Assim sendo, nos casos dos parricídios na forma tentada os agressores parecem sofrer mais vezes de abusos ou maus tratos por parte das vítimas ou de outros familiares. O Quadro 1 apresenta a caracterização da variável “Abusos ou Maus Tratos por parte da(s) vítima(s) ou de outro familiar sobre o Agressor” para os parricídios consumados e os parricídios na forma tentada.

Quadro 1 – Caracterização da variável “Abusos ou Maus Tratos por parte da(s) vítima(s) ou de outro familiar sobre o Agressor” para os Parricídios Consumados e os Parricídios na Forma Tentada (N=7)

	Parricídios Consumados		Parricídios na Forma Tentada	
	n	%	n	%
Abusos ou Maus Tratos por parte da(s) Vítima(s) ou de outro Familiar sobre o Agressor				
Sim	1	14,3	1	33,3
Desconhecido	6	85,7	2	66,7

3.2.2. – Associação entre a existência de historial psiquiátrico e o tipo de parricídio cometido

Para avaliar a associação existente entre o historial psiquiátrico do agressor e o tipo de parricídio inicialmente foi feita um quadro (Quadro 2). Para o estudo desta associação, não foi possível utilizar o Teste do Qui-quadrado pois o número de casos é inferior a 20. Por esse motivo, foi utilizado o Teste de Fisher (Quadro 3). Tendo em conta o quadro e o Teste de Fisher verifica-se que não existe uma diferença estatisticamente significativa entre o historial psiquiátrico (presença de doença do foro mental) no agressor e o tipo de parricídio cometido (Fisher $p=1.000$, $p>0.05$; $N=8$), pelo que não se pode afirmar que os parricidas que cometeram parricídio na forma tentada apresentam mais vezes historial psiquiátrico.

Quadro 2 – Presença de Doença do Foro Mental no Agressor – Tipo de Parricídio (N=8)

		Tipo de Parricídio		Total
		Parricídio Consumado	Parricídio na Forma Tentada	
Presença de Doença do Foro Mental no Agressor	Sim	4	3	7
	Não	1	0	1
Total		5	3	8

Quadro 3 – Teste de Fisher

	Valor	Sig exacta (2 lados)
Teste de Fisher		1.000
Nº de casos válidos	8	

3.2.3. – Associação entre a existência de testemunhas e o tipo de parricídio cometido

Para avaliar a associação existente entre as testemunhas e o tipo de parricídio inicialmente também foi feita um quadro (Quadro 4). Para o estudo desta associação, não foi possível utilizar o Teste do Qui-quadrado pois o número de casos é inferior a 20. Por esse motivo, foi utilizado o Teste de Fisher (Quadro 5).

Tendo em conta o quadro e o Teste de Fisher verifica-se que não existe uma diferença estatisticamente significativa entre a existência de testemunhas e o tipo de parricídio cometido (Fisher $p = 0.417$, $p > 0.05$; $N=9$), pelo que não se pode afirmar que nos parricídios na forma tentada existam mais vezes testemunhas presentes no local do crime.

Quadro 4 – Testemunhas – Tipo de Parricídio (N=9)

		Tipo de Parricídio		Total
		Parricídio Consumado	Parricídio na Forma Tentada	
Testemunhas	Sim	1	1	2
	Não	6	1	7
Total		7	2	9

Quadro 5 – Teste de Fisher

	Valor	Sig exacta (2 lados)
Teste de Fisher		0.417
Nº de casos válidos	9	

3.3. – Análise das entrevistas

3.3.1. – Entrevista realizada à reclusa parricida

No mês de junho de 2017 realizamos uma entrevista à única reclusa presa no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo pelo cometimento de parricídio. A entrevista começou com questões relativas à caracterização

sociodemográfica e económica da entrevistada. A quem atribuímos um nome fictício, e prosseguiu com a abordagem de um conjunto de temas cruciais para a compreensão do crime e das motivações subjetivas da reclusa para o seu cometimento. No anexo G encontra-se a Sinopse da Entrevista realizada à Reclusa Parricida.

“Só queria matar, matar, matar, eu só queria matar, isso é um delírio”

(Simone)

Simone tem 26 anos, é portuguesa e natural do distrito de Leiria. É solteira, tem um filho e possuía o 7º ano de escolaridade quando foi detida, mas atualmente a frequentar o 9º ano de escolaridade. Teve várias atividades profissionais mas que quando cometeu o crime estava desempregada. A sua situação socioeconómica era precária, pois dependia da ajuda de amigos: *“Eu tinha a ajuda de amigos...tinha para aí 50 euros por dia, no máximo”*.

Atualmente faz medicação para induzir o sono e combater a ansiedade, mas também *“(...) para dormir e para o corpo estabilizar”*. Antes de se encontrar a cumprir pena consumia álcool de forma ocasional e estupefacientes, tipo *“ganza”*. Refere que teve apoio psicológico e psiquiátrico antes de ter cometido o crime, o qual começou muito cedo: *“Eu tinha 12 quando fui vítima de abuso sexual por parte da minha mãe [que consentiu que o padrasto a molestasse]. E até aqui, fui crescendo sempre com aquilo, com o trauma”*. Aos 17 anos foi vítima de abuso sexual por outros homens. Antes do homicídio da mãe, Simone esteve internada no Hospital de Santa Maria, o qual se deveu à vivência de abusos sexuais e não tanto ao diagnóstico de qualquer doença do foro mental. Apesar de referir que foi abusada sexualmente por vários homens, é à mãe que Simone atribui a responsabilidade deste tipo de vitimização: *“Foi com a raiva, com os nervos, por não conseguir outra vida que eu acabei por cometer o crime”*.

Todavia, Simone já tinha antecedentes criminais, nomeadamente tinha cometido *“roubo, tráfico de droga e de armas”*, o que começou cedo na sua vida: *“Primeiro crime aos 13 anos. Roubo”*, acabando detida em França o que levou à sua expulsão deste país.

No que concerne à relação com a vítima, refere que tinha uma relação muito má com a mãe não conseguindo comunicar com ela: *“Era péssima, era horrível, era desagradável. Eu ainda tentei dar a volta por cima, tentei falar com ela o porquê, queria saber, o porquê que ela me tinha feito o que me fez. Mas ela dava sempre a volta por cima, sempre dava, não quero falar nisso, ou demonstrava pouca importância”*. Simone esteve muito tempo

sem falar com a mãe, voltando a fazê-lo devido ao nascimento do filho: *“Não tínhamos uma boa relação mas de vez em quando eu tentava, porque eu tenho o meu menino e eu comecei a falar com ela aos 17 anos outra vez. E para ela se adaptar ao menino e eu dar-lhe uma oportunidade e também para dar uma oportunidade a mim... só que a coisa não correu bem”*. Embora admitisse que tinha agredido a mãe uma vez, considera que tal não configurava uma situação de violência doméstica: *“Bati-lhe uma vez. Mas não havia”*. Refere ainda que a violência era recíproca, na medida em que também se considera vítima de abuso psicológico e verbal. Contudo, quando ocorreu o homicídio Simone não vivia com a mãe.

Simone cometeu o crime aos 22 anos, tendo sido condenada pelo crime de Homicídio Agravado a uma pena de prisão de 20 anos. Começou a cumprir esta pena ainda com mesma idade. No que se refere ao homicídio em si, refere que seguiu as recomendações de um amigo: *“Ele disse-me que a forma de matar mais fácil era com uma seringa com ácido sulfúrico injetável, só que eu não fui capaz de fazer isso, então comprei um garrafão de ácido sulfúrico e despejei. Aquilo deve ter sido horrível, só que eu não estive lá para ver”*. O crime ocorreu em Peniche e lamenta não ter havido mais vítimas: *“Eu agora digo felizmente foi só uma, mas na altura era para ter sido 7,8,9 pessoas”*. Refere ainda que deviam ter sido igualmente vítimas outras pessoas que tinham abusado sexualmente dela: *“As que abusaram de mim através dela, são dois que trabalham num restaurante, um está preso agora por assassinato, um veio de Itália por homicídio também, veio para cá e abusaram de mim. Pessoas traficantes, pessoas só desse nível, de tráfico”*. Admite que o crime foi um ato premeditado mas também impulsivo, pois já tinha pensado em matar a mãe mas que no momento foi um ato impulsivo: *“É assim, eu já queria fazer isto só que quando fiz foi num ato impulsivo, estava muito chateada por ter ido presa em França, por não ter conseguido trabalho em França, por roubar em França e por vir para cá, para Portugal, por expulsão e foi basicamente os meus motivos”*.

Reconhece que na altura do cometimento do crime estava sob a influência de álcool e de estupefacientes, mas que não sabe se a vítima se encontrava sob a influência de álcool ou estupefacientes. Refere que não padecia de nenhuma doença do foro mental, mas que a vítima devia ter: *“Não sei, mas devia ter [doença mental]. Agora vejo que sim, só pessoas doentes é que fazem isso”*. Considera que devia estar a ter delírios aquando do homicídio: *“Possivelmente [tinha delírios], porque eu agora não me vejo a fazer isso”*. (...) *“A única pessoa que via era ela [mãe] a fazer-me mal. Devia ser delírio”*. No local

do crime estavam presentes muitas pessoas que testemunharam o crime, mas diz que não eram suas conhecidas: *“Muitas, só que aquilo foi num entroncamento e depois havia uma multidão e eu fugi pelo lado das pessoas”*.

Após o crime fugiu: *“Eu fugi logo, fui para a noite, fui beber. Depois cheguei a casa eram 4 da manhã e tive um amigo meu que me avisou. E eu ok, tá bem. Eles vêm cá amanhã e eu tá bem, deixa-os vir. E esperei até que eles viessem buscar-me”*. Durante 2 dias andou fugida à polícia: *“Eles andaram à minha procura mas não me encontraram, eu só ia a casa bebedeira, casa bebedeira, casa bebedeira”*.

3.3.2. – Comparação entre a informação que consta no processo e a que foi apurada através da entrevista

Não se verificam grandes diferenças quando se compara a informação proveniente no processo e a que foi recolhida através da entrevista. Contudo, verifica-se que na entrevista, como era expectável, existe informação que no processo é desconhecida.

Partindo de uma análise por categoria, no que concerne à caracterização sociodemográfica e económica, não se verifica informação contraditória mas através da entrevista foi possível compreender que a situação socioeconómica da entrevistada era precária e que dependia financeiramente da ajuda de amigos.

No que diz respeito ao consumo de medicação e de substâncias aditivas, através da entrevista passamos a conhecer que a entrevistada atualmente faz medicação para induzir o sono e combater a ansiedade e que antes do crime para além de estupefacientes, como indicado no processo, também consumia álcool de forma ocasional.

Quanto ao apoio psicológico/psiquiátrico antes do matricídio, há muita informação nova presente na entrevista, o qual começou a partir dos 12 anos de idade devido ao facto de ter sido vítima de abuso sexual por parte do padrasto e mais tarde, aos 17 anos, por outros homens. O seu internamento em psiquiatria deveu-se à vivência de abusos sexuais, não existiu um diagnóstico de doença do foro mental.

No caso dos antecedentes criminais, a informação já é contraditória, uma vez que no processo não está presente a indicação que a entrevistada tem antecedentes criminais, entretanto ela relatou que já tinha cometido roubo, tráfico de drogas e de armas, tendo sido o primeiro crime cometido quando tinha 13 anos. Para além disso, mencionou que já esteve detida em França chegando mesmo a ser expulsa desse país. A partir da entrevista

obtivemos igualmente informação detalhada da relação da entrevistada com a vítima, que era altamente problemática.

No processo está indicado que a existência de violência doméstica de tipo psicológico e que a mesma era mútua. Por seu turno, a entrevistada acrescenta que já tinha agredido a mãe uma vez, mas não considera que existisse violência doméstica. Contudo considera que existia violência recíproca e que, por isso, também era uma vítima de abuso psicológico e verbal.

Relativamente à coabitação com a vítima, a informação constante no processo e na entrevista é coincidente, sendo que a entrevistada e a mãe não viviam juntas quando ocorreu o crime.

Quanto ao tipo de crime e pena aplicada, no processo está indicado que o tipo de crime cometido foi Homicídio Qualificado enquanto a entrevistada refere que foi condenada pelo crime de Homicídio Agravado. Contudo no nosso Código Penal não está elencado o tipo legal de crime “Homicídio Agravado”. A descrição do homicídio no processo só refere o método utilizado, mas o motivo para a escolha deste método é desconhecido. Na entrevista, a reclusa dá mais detalhes sobre as razões da escolha do ácido sulfúrico para matar a mãe.

A informação sobre o local do crime, motivos para a sua ocorrência e vítimas do mesmo é corroborada pela entrevista. A única informação nova é a de que a entrevistada tinha pensado em matar mais pessoas, nomeadamente as que abusaram sexualmente dela. Apesar de a premeditação do crime constar; no processo e na entrevista, todavia, a entrevistada acrescentou que também acabou por ser um ato impulsivo.

No processo não existe nenhuma informação sob a influência de álcool e/ou de estupefacientes na altura do crime, todavia a entrevistada relatou que quando praticou o crime se encontrava sob a influência daquelas substâncias. Naquele, também não consta informação relativa à presença de doença do foro mental na altura do cometimento do crime. No entanto, a entrevistada refere que devia estar a ter delírios quando cometeu o homicídio.

Nas duas fontes usadas – processo e entrevista – consta a referência à existência de testemunhas. Porém, a entrevistada acrescenta que não conhecia as pessoas presentes no local do crime. Vimos também a informação sobre o comportamento após o crime, mais uma vez é concordante nos dois documentos. A entrevistada apenas acrescentado que depois de fugir do local, foi consumir álcool e que andou fugida da polícia durante 2 dias.

Desta síntese comparativa pode-se concluir que a entrevistada corroborou globalmente a informação presente no seu processo, apesar da distância temporal entre os dois momentos em que foi produzido o processo e a entrevista.

3.4. – Análise das entrevistas aos profissionais dos Estabelecimentos Prisionais

Foram realizadas duas entrevistas a uma profissional do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo à qual será o nome fictício de Ana e outra a uma profissional do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo a quem será dado o nome fictício de Patrícia. A entrevista realizada à Ana decorreu no mês de julho e a entrevista realizada à Patrícia foi realizada no mês de agosto de 2017.

No anexo H encontram-se as Sinopses das Entrevistas realizadas.

“Enquanto reclusos durante a execução da pena os parricidas são exemplares, cumpridores das regras, das normas, obedientes, educados” (Patrícia).

“São reclusos que têm normalmente um comportamento exemplar e que em regra não reincidem” (Ana).

Ambas as entrevistadas possuem o Ensino Superior e já têm alguns anos de experiência profissional neste tipo de Estabelecimentos Prisionais. Também ambas lidaram com poucos casos de parricídio: *“Não são muitos, porque felizmente não há muitos cá, não há muitos parricidas no sistema prisional”* (Patrícia). Referem algum desconhecimento sobre as razões que estão na origem do parricídio, contudo Ana considera que *“são situações e vivências do exterior que podiam nunca ter dado isto mas deram”*. Mas Patrícia tem *“noção de que a maior parte dos parricídios são cometidos por pessoas com alguma perturbação mental, com algum tipo de patologia nessa área. É a percepção que eu tenho”*. No que concerne às características que os parricidas apresentam e se estas estão na origem destes indivíduos serem maioritariamente considerados inimputáveis, Ana refere que *“não sabe”* até porque não é da área da Psicologia. Já Patrícia diz que *“são pessoas muito reservadas, introvertidas, por vezes até antissociais”* e que normalmente *“associado aos parricídios estará uma perturbação mental, uma patologia até”*, todavia

não sabe se estas características pessoais *“poderão estar diretamente ligadas à inimputabilidade mas provavelmente estarão”*.

Ambas referem desconhecer se existem de diferenças de género no cometimento do parricídio, no entanto, Patrícia *“tem a impressão de que haverá uma maior prevalência no género masculino”*. Relativamente à forma como os estabelecimentos prisionais lidam com os reclusos que cometeram parricídio e o tipo de respostas que estes estabelecimentos apresentam, Ana refere que não sabe o que acontece nos outros estabelecimentos mas que não é necessário ter muitos cuidados com este tipo de população em relação à outra população reclusa. *“Nós aqui como somos o único, no Norte, feminino, temos de tudo, preventivos e condenados e qualquer tipo de crime. Normalmente as pessoas que estão por homicídio, nós estamos a falar no homicídio independentemente da pessoa, da vítima, não é? Nunca são tratados e trabalhados de forma diferente desde da entrada e no acompanhamento”*. Por seu turno, Patrícia refere que no Estabelecimento Prisional em que trabalha lida muito bem com os parricidas pois *“são reclusos exemplares no decurso da execução da pena”*, não havendo um tipo de resposta específico para estes reclusos. No que toca ao relacionamento dos outros reclusos com os parricidas, Ana afirma que a população reclusa não vê os parricidas de uma forma diferente, mas o mesmo já não sucede noutro tipo de crimes: *“Quando são crimes de abuso sexual a menores, aí sim, temos que ter algum cuidado. Às vezes há uma agressividade perante a outra população, porque pronto mexe com elas, têm filhos e mexe mais esse tipo de crime do que o homicídio, seja na pessoa da mãe, do pai, do marido”*. Patrícia corrobora esta opinião: *“Os que estão condenados pela prática de crimes de cariz sexual, esses pronto, por vezes temos necessidade de intervir para os proteger, porque às vezes são alvo de um tratamento um bocadinho ofensivo por parte dos demais”*.

Quanto ao comportamento dos homicidas e em específico dos parricidas nos estabelecimentos prisionais, Ana relatou que os homicidas que apenas estão presos devido ao cometimento deste tipo de crime geralmente apresentam um comportamento exemplar no estabelecimento prisional e não costumam reincidir. Por seu turno, Patrícia evidenciou reforça esta opinião: *“Enquanto reclusos durante a execução da pena são reclusos exemplares, cumpridores das regras, das normas, obedientes, educados, é a ideia que eu tenho deles”*. Acrescenta ainda que os reclusos parricidas não costumam estar envolvidos em incidentes disciplinares ou em qualquer tipo de alteração e *“portanto são indivíduos que passam muitíssimo bem no sistema prisional sem dar problemas”*.

Capítulo 4 – Discussão dos Resultados

Neste capítulo serão discutidos os resultados encontrados, tendo em conta os objetivos específicos anteriormente referidos.

4.1. – Caraterizar socio demográfica e economicamente os parricidas

A caracterização sociodemográfica e económica da amostra dos parricidas revelou que estes são maioritariamente do sexo masculino, solteiros, sem ou com apenas um descendente, de etnia caucasiana e de nacionalidade portuguesa. O Porto é o distrito mais representado no que toca à naturalidade dos agressores. No que concerne às habilitações literárias, os parricidas têm geralmente o 1º, 2º ou 3º ciclo do ensino básico, isto é, têm até ao 4º, 6º ou 9º ano de escolaridade. Relativamente à ocupação profissional anterior ao crime verificou-se que os parricidas ou estavam empregados ou desempregos, embora houvesse dois que estavam reformados. A situação socioeconómica dos parricidas, na maioria dos casos, não foi possível de apurar. Apenas num caso se sabe que esta era satisfatória e noutro que é dependente de terceiros.

Estes dados são em geral convergentes com o estudo existente sobre o panorama nacional, que indica que os parricidas são todos caucasianos (Dantas et al., 2014), sendo que na nossa amostra se encontram 2 casos em que não são. Relativamente às outras informações recolhidas não se encontram dados no outro estudo português para se poder comparar. A literatura internacional apresenta mais informações sobre os parricidas, começando por referir que os homens são mais propensos a cometer parricídio (Bourget et al., 2007; Buyuk et al., 2010; Heide, 1993a; Heide and Petee, 2007a; Hillbrand et al., 1999; Hillbrand and Cipriano, 2007; Marleau et al., 2006; Marleau et al., 2003; Menezes, 2010; Millaud et al., 1996; Raymond et al., 2015; Sahin et al., 2016; Shon and Roberts, 2010; Walsh et al., 2008; Weisman et al., 2002), são geralmente solteiros (Marleau et al., 2003; Millaud et al., 1996; Raymond et al., 2015; Sahin et al., 2016; Weisman et al., 2002), não têm descendentes (Raymond et al., 2015) e são de etnia caucasiana (Bourget et al., 2007; Heide, 1993a; 1995; Heide and Petee, 2007a; Palermo, 2010; Walsh et al., 2008; Weisman et al., 2002). Refere também que apenas poucos possuem o ensino médio como habilitação literária (Raymond et al., 2015) e que não têm emprego (Marleau et al., 2003; Millaud et al., 1996; Raymond et al., 2015; Sahin et al., 2016) ou empregos estáveis (Weisman et al., 2002). Relativamente ao estatuto socioeconómico, os parricidas geralmente pertencem ao estatuto socioeconómico médio (Dakhlaoui et al., 2009; Heide,

1993a; Hillbrand et al., 1999; Raymond et al., 2015). Relativamente aos descendentes, Raymond et al. (2015) referem que geralmente os parricidas não têm filhos, contudo na presente investigação, o número de parricidas sem filhos ou com apenas um representam a maioria. Esta diferença na realidade pode não existir, pois é necessária mais investigação sobre o tema desta variável.

As habilitações literárias são outro assunto em que os dados não são totalmente convergentes, uma vez que no presente estudo estas variam entre o 1º e o 3º ciclo e no estudo indicado anteriormente é raro os parricidas possuírem o ensino médio. Esta diferença pode estar relacionada com a idade dos agressores e com as habilitações literárias mais frequentes na população em estudo. Por último, os estudos anteriores referem que os parricidas geralmente não tem emprego ou têm empregos que não são estáveis. No presente estudo a maioria dos agressores estavam desempregados ou empregados, no entanto, não se sabe se os empregos eram ou não estáveis.

4.2. - Caracterizar o consumo de medicação e de substâncias aditivas dos parricidas

Os nossos dados revelaram que os parricidas geralmente não realizavam medicação de forma regular, não consumiam álcool mas consumiam estupefacientes antes do cometimento do crime. Na literatura nacional não existe informação sobre este tema, pelo que não é possível haver lugar à comparação. Seguindo-se a análise da literatura estrangeira, não existe informação acerca da realização de medicação, contudo existe sobre o consumo de álcool e estupefacientes. Neste caso, os estudos anteriores referem que estes variam entre cerca de menos de um terço (Dakhlaoui et al., 2009) e quase metade dos parricidas (Millaud et al., 1996; Raymond et al., 2015). No presente estudo, como já foi referido não se verifica o mesmo, pois não existe consumo de álcool, porém verifica-se o consumo de estupefacientes. É importante, contudo, lembrar que os estudos anteriores juntaram o consumo de álcool com o consumo de estupefacientes, o que faz com que a comparação seja sempre mais difícil de realizar.

4.3. - Caraterizar o apoio psicológico e/ou psiquiátrico anterior ao parricídio

Neste ponto, constatou-se que a maioria dos indivíduos já tinha consultado anteriormente um psiquiatra, apurando-se que em 7 casos foram diagnosticadas doenças do foro mental, sendo a esquizofrenia a mais comum, seguindo-se o atraso mental e a psicopatia. A maioria dos parricidas tinham medicação prescrita, no entanto, não a tomava de forma regular. Porém, foi possível averiguar que a maioria dos agressores já tinham estado

internados na psiquiatria. No estudo realizado em Portugal anteriormente, apenas em 43% dos parricidas é que se verificou a presença de doença do foro mental (Dantas et al., 2014), o que não se apurou no presente estudo, pois a maioria dos agressores apresentavam doença do foro mental. Esta diferença pode ser justificada pela escolha dos estabelecimentos prisionais onde se realizou a investigação neste estudo, uma vez que um deles é o local onde estão todos os reclusos inimputáveis considerados perigosos. Por seu turno, na literatura estrangeira, é referido que muitos agressores sofrem de uma doença mental considerada grave (Raymond et al., 2015) sendo que a perturbação mental mais frequente nos agressores é a esquizofrenia (Bourget et al., 2007; Diem and Pizarro, 2010; Millaud et al., 1996; Raymond et al., 2015), a qual, segundo Baxter et al. (2001) e Marleau et al. (2003) está presente em mais de metade dos indivíduos com doença mental que cometem este tipo de crime. Estes últimos dados sobre o tipo de doença do foro mental mais comum são coerentes com a informação encontrada no presente estudo. Sobre a restante informação não existe material disponível na literatura, por isso, não é possível realizar a comparação.

4.4. – Caraterizar os antecedentes criminais dos parricidas

Nesta investigação verificou-se que a maioria dos parricidas não apresentam antecedentes criminais, porém, convém realçar que nos 2 casos existentes os agressores já tinham cometido o crime de homicídio. As idades com que um parricida cumpriu anteriormente pena de prisão e medida de segurança foram 22 e 36 anos, respetivamente. Os dados fornecidos pela literatura estrangeira (Dakhlaoui et al., 2009; Heide, 1993a; Hillbrand et al., 1999; Raymond et al., 2015) corroboram o facto de os parricidas geralmente não possuírem um histórico criminal.

4.5.– Caraterizar a relação entre os parricidas e as suas vítimas incluindo a existência de violência doméstica

Neste estudo verificou-se que o número de vítimas variou entre 1 e 2, sendo que apenas num caso existiram 2 vítimas (mãe e pai). Em todos os outros casos a única vítima foi a mãe do agressor, existindo portanto 11 vítimas. A idade das vítimas variou entre os 60 e os 79 anos de idade sendo a idade média de 72,50. A relação entre o agressor e as vítimas era maioritariamente complicada/conflituosa verificando-se a existência de violência doméstica em metade dos casos, dentro destes 20% era violência mútua e noutros 20%

era só por parte do agressor. Também em apenas 20% dos casos se encontrou a presença de abusos ou maus tratos por parte das vítimas ou de outro familiar sobre o agressor sendo estes abusos físicos e sexuais. No estudo realizado em Portugal (Dantas et al., 2014), também foram encontrados casos de violência doméstica em cerca de 43% da amostra. De igual modo, noutros estudos é frequente existir historial violento nos agressores (Raymond et al., 2015), com a presença de ameaças às vítimas (Raymond et al., 2015; Weisman et al., 2002) e agressões (Weisman et al., 2002). A disparidade de valores entre esta investigação e o outro estudo português ainda é considerável, contudo não se encontra uma justificação para tal. Outros estudos referem que as vítimas costumam ter geralmente entre os 50 e os 60 anos de idade (Bourget et al., 2007; Heide and Petee, 2007a; Menezes, 2010; Raymond et al., 2015), isto é, serem de meia-idade (Fegadel and Heide, 2017). Estes dados não são corroborados pelo presente estudo mas tal facto pode dever-se ao elevado número de idades de vítimas que não são conhecidas o que pode estar a influenciar os resultados obtidos. Convém lembrar que em cerca de 64% dos casos não se sabia a idade das vítimas.

4.6. – Caraterizar o ato criminoso, isto é, o parricídio

Os indivíduos cometeram parricídio entre os 22 e os 56 anos, sendo a média de 35,30 anos, dados que são parecidos aos apontados por Dantas et al. (2014), embora a média seja um pouco mais baixa (29 anos). Por seu turno, noutros estudos está indicado que a idade média é entre os 20 e os 35 anos idade (Bourget et al., 2007; Heide, 1993a; Heide and Petee, 2007a; Palermo, 2010; Raymond et al., 2015; Sahin et al., 2016), o que mais uma vez corrobora os dados encontrados.

Verificaram-se 7 casos de parricídio consumado e 3 casos de parricídio na forma tentada. Aos parricidas foi aplicada principalmente a prisão preventiva como medida de coação, mas também se verificou a aplicação do internamento preventivo como medida de coação. O tipo legal de crime mais frequente foi o Homicídio Qualificado nos casos dos parricídios consumados e o Homicídio Qualificado na forma tentada no caso dos parricídios na forma tentada. Importa ainda referir que em 40% dos casos, os agressores foram condenados por mais tipos legais de crime sendo que se verificam 2 casos de homicídios, um na forma consumada e no outro na forma tentada. Os agressores foram considerados maioritariamente como sendo inimputáveis e como tal foi-lhes aplicada uma medida de segurança. Verificou-se que as medidas de segurança tinham um limite mínimo

entre os 3 e os 18 anos, sendo a média de cerca de 5 anos e 6 meses. Por outro lado, o limite máximo variou entre os 9 anos e 4 meses e os 25 anos, sendo a média de cerca de 5 anos e 10 meses. No caso em que foi aplicada a pena de prisão verificou-se uma pena de 20 anos, estando esta reclusa a cumprir a pena num intervalo entre 0 a 5 anos. Relativamente aos reclusos que estão a cumprir medidas de segurança, verificou-se que a maioria está a cumprir a mesma entre 0 a 5 anos ou 26 a 30 anos. Embora o limite máximo aplicado tenha sido de 25 anos, como se verificou em cima existem reclusos a cumprir medidas de segurança há mais anos, isto acontece pois como está descrito no artigo 92º do CP, o internamento só termina quando o tribunal verificar que já não existe o estado de perigosidade criminal que deu origem ao mesmo. Está referido ainda que se o crime for punível com uma pena superior a oito anos e o perigo do cometimento de novos factos do mesmo género for de tal modo grave que seja desaconselhável a libertação do inimputável, o internamento do mesmo pode ser prorrogado por períodos sucessivos de dois anos até que o estado de perigosidade criminal referido anteriormente cesse.

A maioria dos agressores e as vítimas viviam juntos, dado este corroborado em vários estudos (Bourget et al., 2007; Dantas et al., 2014; Marleau et al., 2003; Millaud et al., 1996; Raymond et al., 2015). Raramente viviam sozinhos. O local onde mais vezes ocorreram os parricídios foi na casa da vítima e do agressor, dados corroborados noutros estudos (Baxter et al., 2001; Dantas et al., 2014; Raymond et al., 2015). A cozinha e a sala foram os locais mais comuns para a ocorrência do facto ilícito, sendo que os factos se desenrolaram principalmente durante a tarde. Em 30% dos casos existiram mais vítimas do parricídio para além da mãe e do pai, designadamente o número de vítimas variou entre uma e três, as quais eram habitualmente familiares do agressor e da vítima. As facas foram a arma mais utilizada para o cometimento dos parricídios seguindo-se os martelos, sendo que o motivo escolhido para o uso de determinada arma/método foi na maioria dos casos o facto de esta ser a arma mais acessível. Diversos estudos indicam que as armas do crime mais utilizadas nos parricídios são armas de fogo (Myers and Vo, 2012; Shon, 2010; Shon and Targonski, 2003; Walsh et al., 2008; Weisman et al., 2002), contudo existe outro que refere a utilização de facas (Sahin et al., 2016). No entanto, existe um motivo para se verificar um baixo uso de armas de fogo, que é a presença de doença mental no agressor, o que limita o seu acesso às armas (Sahin et al., 2016). Assim sendo, esta pode ser uma possível explicação para não se verificar a utilização de armas de fogo, mas sim de outras armas ou métodos.

As zonas do corpo mais atingidas foram a cabeça seguindo-se do tronco, membros superiores, pescoço e membros inferiores. Também Dantas et al. (2014) mencionam que a cabeça é um dos locais mais comuns onde ocorreram lesões fatais. Nos parricídios consumados verificou-se existir excesso de violência só em 2 casos (20%). Esta informação é corroborada por outros autores que relatam que, por vezes, é usada mais violência do que a necessária para matar a vítima (Dogan et al., 2010; Schug, 2011). Contudo num estudo mais recente, Adinkrah (2017) mencionou o excesso de violência estava sempre presente. Das 7 vítimas mortais, 5 morreram no local do crime. Constatou-se, existir premeditação na maioria dos casos.

As motivações encontradas para o cometimento do crime foram essencialmente a presença de doença do foro mental no agressor, informação esta que é confirmada por outros autores que referem que aquela é um fator de risco de elevada importância (Dien and Pizarro, 2010; Heide and Boots, 2007; Marleau et al., 2006). Na maioria dos casos não houve testemunhas, este dado é corroborado por Bourget et al. (2007). Porém, verifica-se exatamente o contrário no estudo de Dantas et al. (2014). Esta diferença pode estar relacionada com o número de casos estudados em cada um dos trabalhos mencionados. Constatou-se que 70% dos agressores apresentavam doenças do foro mental quando cometeram o facto ilícito, sendo a esquizofrenia a doença mais comum. Contudo, quase não se verificaram delírios no agressor. Para finalizar, os parricidas após o crime geralmente permaneceram no local, porém também se atesta que em muitos casos (30%) fugiram sendo de realçar um caso em que o agressor incendiou o corpo da vítima.

4.7.– Comparar a amostra dos parricídios consumados com a amostra dos parricídios na forma tentada relativamente à existência de abusos ou maus tratos no seio familiar do agressor, historial psiquiátrico do agressor e a existência de testemunhas no local do crime.

Os dados recolhidos no presente estudo, parecem indicar que os agressores que cometeram parricídio na forma tentada sofrem mais vezes abusos ou maus tratos por parte das vítimas ou de outros familiares do que os agressores que cometeram parricídio consumado. No entanto, devido à elevada diferença de casos é preciso ter muito cuidado na leitura dos dados obtidos. A literatura corrobora os resultados verificados (Marleau et al., 2003).

Por outro lado, no que concerne à presença de historial psiquiátrico no agressor e à existência de testemunhas no local do crime não se verificou uma diferença estatisticamente significativa entre estas e o tipo de parricídio cometido. Por seu turno, estes dados não estão de acordo com o que se encontra na literatura, uma vez que Weisman and Sharma (1997) constataram haver com mais frequência a presença de uma doença do foro mental no agressor e ainda que era comum existirem testemunhas no local do crime nos parricídios na forma tentada. Estas diferenças encontradas podem ser explicadas pelo número reduzido da amostra e ainda pelos níveis elevados de informação desconhecida no presente estudo.

4.8.– Analisar a entrevista dada pela reclusa parricida do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo e comparação desta informação com a presente no processo da mesma.

Como se verificou anteriormente na apresentação dos resultados, a maioria da informação constante no processo e na entrevista da reclusa é coincidente. Porém, a entrevista foi útil para o acréscimo de mais dados sobre a parricida e o ato criminoso em si.

4.9.– Analisar as entrevistas dadas por duas responsáveis/profissionais de dois Estabelecimentos Prisionais (Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo e Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo) sobre os parricidas e como o sistema prisional lida com este tipo de reclusos

Através destas entrevistas foi possível compreender que ambas as profissionais possuem habilitações superiores e que têm uma forte experiência profissional nos serviços prisionais. Apesar desta vasta experiência ambas revelaram não ter tido muito contacto com casos de parricídios. Curiosamente o seu discurso é muito similar: ambas consideram que os parricidas são sobretudo pessoas com doenças do foro mental e com um comportamento exemplar ao longo do cumprimento da pena, não existindo necessidade de o sistema prisional gerar respostas específicas para esta população. A análise conjunta das duas entrevistas consegue não apresenta grandes discrepâncias, pode-se até afirmar-se que se complementam.

Capítulo 5 - Conclusão

A presente investigação teve como objetivo principal elaborar um perfil das pessoas que estão a cumprir pena de prisão ou medida de segurança pela prática de parricídio, para tal o estudo foi realizado no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo e no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo.

A amostra é constituída por 10 parricidas, sendo que a maioria são homens, solteiros, com idades compreendidas entre os 22 e os 56 anos de idade, de etnia caucasiana e de nacionalidade portuguesa, sem descendentes ou com apenas um. Os agressores têm habilitações literárias que habitualmente variam entre o 1º e o 3º ciclos e geralmente ou estavam desempregados ou empregados embora não se saiba se estes empregos eram ou não estáveis. Os parricidas não realizavam habitualmente medicação de forma regular, não consumiam álcool, mas consumiam estupefacientes. Usualmente os parricidas tinham sido diagnosticados com uma doença do foro mental, sendo a esquizofrenia a mais comum. Não estavam a tomar a medicação prescrita de forma regular e já tinham estado internados em psiquiatria. A maioria dos parricidas não apresentava antecedentes criminais.

Por outro lado, as vítimas do parricídio foram só mulheres, sendo que apenas num caso se verificou existirem 2 vítimas (a mãe e o pai), com idades compreendidas entre os 60 e os 79 anos de idade. A relação entre as vítimas e os agressores era geralmente complicada/conflituosa sendo frequente a existência de violência doméstica principalmente de violência física. Verificou-se ainda que não era usual existirem abusos ou maus tratos por parte da vítima ou de outro familiar sobre o agressor.

Os parricídios estudados dividem-se em 2 grupos: os parricídios consumados (7) e os parricídios na forma tentada (3). A medida de coação mais vezes aplicada foi a prisão preventiva. O tipo legal de crime pelo qual os agressores foram condenados divide-se em quatro: Homicídio Qualificado (5), Homicídio (2), Homicídio Qualificado na Forma Tentada (2) e Homicídio na Forma Tentada (1). Os parricidas foram, em 40% dos casos, condenados por mais algum tipo legal de crime, sendo que a maioria dos agressores foi considerado como sendo inimputável com medidas de segurança que podiam chegar aos 25 anos. Contudo constatou-se que alguns já estavam presos há mais tempo pois não estavam reunidas as condições necessárias para a sua libertação. A única parricida participante no estudo está a cumprir uma pena de prisão de 22 anos.

No que concerne às circunstâncias do crime, é possível compreender que geralmente os parricidas coabitavam com as vítimas, o parricídio tem lugar na habitação de ambos e ocorreu na cozinha ou na sala durante a tarde. A maioria dos parricídios não teve mais vítimas para além da mãe e/ou do pai. As facas seguindo-se dos martelos foram as armas mais utilizadas para praticar os factos ilícitos, os agressores optaram usualmente por determinada arma/método por esta ser a arma mais acessível. As zonas mais atingidas foram a cabeça e o tronco, constatando-se não ter existido habitualmente excesso de violência na perpetração da morte da vítima. Importa referir que na maioria dos casos existiu premeditação e que as vítimas morreram no local onde ocorreu o ato criminoso. A motivação para o cometimento do parricídio mais comum foi a presença de doença do foro mental, contudo quase não se verificou a presença de delírios. Após o crime, os comportamentos mais comuns dos parricidas foram permanecer ou fugir do local do crime, porém convém aludir ao facto de num dos casos o agressor ter incendiado o corpo da sua mãe.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas no que se refere à associação entre a presença de doença do foro mental no agressor e o tipo de parricídio assim como uma associação entre a presença de testemunhas e o tipo de parricídio. No entanto, parece haver uma associação entre a presença de abusos ou maus tratos por parte da vítima ou de outro familiar, isto é, da presença de violência no seio familiar, e o cometimento de parricídios na forma tentada. Contudo, como foi referido anteriormente, é necessário ter cuidado ao ler estes dados devido à dimensão reduzida da amostra.

Importa ainda referir que embora 90% da amostra seja relativa a matricídios, consideramos que não se devia comparar os dados obtidos no estudo com a informação presente na literatura somente sobre este tipo de parricídio, uma vez que estava presente um caso (10% da amostra) relativo a um duplo parricídio.

Relativamente à entrevista realizada à reclusa que está a cumprir pena de prisão no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo foi possível averiguar que a mesma foi muito útil e até essencial para uma melhor compreensão das dinâmicas abordadas e para realizar uma comparação com a informação presente no processo. As informações encontradas foram em geral muito semelhantes contudo a partir da entrevista foi possível acrescentar mais conhecimento sobre a parricida e o parricídio: a sua situação económica era precária e dependente de terceiros; consumia álcool; teve apoio psicológico a partir dos 12 anos devido aos abusos sexuais sofridos; já tinha praticado crimes sendo o primeiro aos 13 anos; agrediu anteriormente a mãe uma vez; escolheu o

ácido sulfúrico como método para matar a mãe, método que lhe foi indicado por um amigo; tinha pensado em matar também as pessoas que abusaram sexualmente dela; considera que o crime foi um ato premeditado mas também de certa forma impulsivo; encontrava-se sob a influência de álcool e estupefacientes e não apresentava doença do foro mental quando ocorreu o facto ilícito embora considere que estava a ter delírios e por fim, indicou que realiza atualmente medicação para induzir o sono e combater a ansiedade.

Por fim, no que concerne às entrevistas realizadas às profissionais dos dois Estabelecimentos Prisionais onde decorreu o estudo, deve sublinhar-se que lidaram ao longo dos anos com poucos casos de parricídio, que as razões apresentadas para este tipo de crimes acontecerem são as motivações pessoais dos agressores e a presença de doenças do foro mental nos mesmos. Sendo que os parricidas geralmente são pessoas muito reservadas, e que a questão de estes serem tantas vezes dados como inimputáveis deve ter haver com as suas características e por padecerem de doenças mentais. Destaca-se ainda o facto de considerarem que é o género masculino apresenta uma maior prevalência no cometimento deste crime e que os parricidas costumam ter um comportamento exemplar no decurso da pena, mantendo uma relação normal com os outros reclusos e como tal os estabelecimentos prisionais não necessitam de ter um tipo de resposta específica para este tipo de reclusos.

No presente estudo, foram feitas inúmeras inovações, incluindo a introdução de várias variáveis que já tinham sido estudadas noutros países mas não no nosso e ainda a realização da entrevista à reclusa que não foi realizada a todos os reclusos, porque os reclusos inimputáveis não podem dar o seu consentimento informado, o qual é indispensável para a sua realização. A realização das entrevistas às duas profissionais dos Estabelecimentos Prisionais contribuiu para uma melhor compreensão deste fenómeno principalmente em relação ao comportamento dos parricidas enquanto estão presos ou a cumprir medidas de segurança. Portanto, fica a sugestão de que este estudo seja replicado ao nível do território nacional para um melhor diagnóstico e perceção do fenómeno no nosso país.

Porém, considera-se que estes dados devem ser lidos com prudência, pois a investigação apresenta algumas limitações. Desde logo, o facto de a dimensão da amostra ser muito reduzida e de se tratar de uma amostra de conveniência e por isso não ter sido constituída de forma aleatória. Deve ter-se em conta ainda que em muitos casos existia muita informação desconhecida até em questões simples como a idade da vítima e a sua etnia.

Fica aqui a sugestão de que doravante, pelo menos as informações básicas sobre o parricida, a vítima e as circunstâncias do crime, estejam sempre presentes nos processos para que haja mais informação e assim seja possível realizar estudos mais aprofundados sobre o tema, o que resultaria num maior conhecimento sobre o fenómeno.

Apesar das limitações apresentadas e da natureza exploratória deste estudo, considera-se que ele poderá contribuir para uma melhor compreensão do parricídio como existe nos Estabelecimentos Prisionais estudados, poderá ser utilizado para identificar pistas de análise e sugerir domínios de atuação com vista à prevenção de futuras ocorrências.

6 - Referências Bibliográficas⁴⁴

- (2016a) Código de Processo Penal, Almedina, Coimbra.
- (2016b) Código Penal, Almedina, Coimbra.
- Adinkrah M (2017) Matricide in Ghana: Victims, Offenders, and Offense Characteristics. *Int J Offender Ther Comp Criminol*:306624x17706891.
- Ahn BH, Kim JH, Oh S, Choi SS, Ahn SH and Kim SB (2012) Clinical features of parricide in patients with schizophrenia. *The Australian and New Zealand journal of psychiatry* **46**:621-629.
- Baxter H, Duggan C, Larkin E, Cordess C and Page K (2001) Mentally disordered parricide and stranger killers admitted to high-security care. 1: A descriptive comparison. *The Journal of Forensic Psychiatry* **12**:287-299.
- Boots DP and Heide KM (2006) Parricides in the Media: A Contest Analysis of Available Reports Across Cultures *International Journal of Offender Therapy and comparative Criminology* **50**:418-445.
- Bourget D, Gagné P and Labelle ME (2007) Parricide: A comparative study of matricide versus patricide. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law* **35**:306-312.
- Bourget D, Labelle A, Gagné P and Tessier P (2004) First-Episode Psychosis and Homicide: A Diagnostic Challenge. *CPA Bulletin* **36**:6-9.
- Bourget D and Whitehurst L (2004) Capgras syndrome: a review of the neurophysiological correlates and presenting clinical features in cases involving physical violence. *Canadian journal of psychiatry Revue canadienne de psychiatrie* **49**:719-725.
- Buyuk Y, Kurnaz G, Eke SM, Ankarali HC and Oral G (2010) Medico-Legal Evaluation of Adolescent Parricide Offenders: Thirty Nine Cases from Turkey. *Journal of Family Violence* **26**:1-7.
- Campobasso CP, Laviola D, Grattagliano I, Strada L and Dell'Erba AS (2015) Undetected patricide: Inaccuracy of cause of death determination without an autopsy. *J Forensic Leg Med* **34**:67-72.
- Dakhlaoui O, Khemiri O, Gaha N, Ridha R and Haffani F (2009) [Psychotic parricide: clinical and analytic study of 16 cases]. *La Tunisie medicale* **87**:824-828.
- Dantas S, Santos A, Dias I, Dinis-Oliveira RJ and Magalhães T (2014) Parricide: A forensic approach. *Journal of Forensic and Legal Medicine* **22**:1-6.
- Diem C and Pizarro JM (2010) Social Structure and Family Homicides. *Journal of Family Violence* **25**:521-532.
- Dogan KH, Demirci S, Deniz I and Erkol Z (2010) Decapitation and dismemberment of the corpse: a matricide case. *J Forensic Sci* **55**:542-545.
- Fegadel AR and Heide KM (2015) Double Parricide: An In-Depth Look at Two Victim Homicides Involving Parents as Victims. *Behavioral sciences & the law* **33**:723-739.
- Fegadel AR and Heide KM (2017) Offspring-Perpetrated Familicide: Examining Family Homicides Involving Parents as Victims. *Int J Offender Ther Comp Criminol* **61**:6-24.
- Gillies H (1965) Murder in the west of Scotland. *The British journal of psychiatry : the journal of mental science* **111**:1087-1094.
- Hart JL and Helms JL (2003) Factors of parricide: Allowance of the use of battered child syndrome as a defense. *Aggression and Violent Behavior* **8**:671-683.
- Heide KM (1993a) Parents Who Get Killed and the Children Who Kill Them. *Journal of Interpersonal Violence* **8**:531-544.
- Heide KM (1993b) Weapons used by juveniles and adults to kill parents. *Behavioral sciences & the law* **11**:397-405.
- Heide KM (1995) *Why Kids Kill Parents: Child Abuse and Adolescent Homicide*, Sage Publications, California.
- Heide KM (2013a) Matricide and stepmatricide victims and offenders: an empirical analysis of U.S. arrest data. *Behavioral sciences & the law* **31**:203-214.

⁴⁴ As referências estão segundo o modelo do Pharmacological Reviews

- Heide KM (2013b) *Understanding Parricide: When Sons and Daughters Kill Parents*, Oxford University Press, New York.
- Heide KM (2014) Patricide and steppatricide victims and offenders: an empirical analysis of U.S. arrest data. *Int J Offender Ther Comp Criminol* **58**:1261-1278.
- Heide KM and Boots DP (2007) A Comparative Analysis of Media Reports of U.S. Parricide Cases With Officially Reported National Crime Data and the Psychiatric and Psychological Literature. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology* **51**:646-675.
- Heide KM and Frei A (2010) Matricide: a critique of the literature. *Trauma, violence & abuse* **11**:3-17.
- Heide KM and Petee TA (2007a) Parricide: An Empirical Analysis of 24 Years of U.S. Data *Journal of Interpersonal Violence* **22**:1382-1399.
- Heide KM and Petee TA (2007b) Weapons Used by Juveniles and Adult Offenders in U.S. Parricide Cases. *Journal of Interpersonal Violence* **22**:1400-1414.
- Hillbrand M, Alexandre JW, Young JL and Spitz RT (1999) Parricides: Characteristics of offenders and victims, legal factors, and treatment issues. *Aggression and Violent Behavior* **4**:179-190.
- Hillbrand M and Cipriano T (2007) Commentary: Parricides - Unanswered questions, methodological obstacles, and legal considerations. *Journal of American Academy of Psychiatry and the Law* **35**:313-316.
- Holcomb WR (2000) Matricide: primal aggression in search of self-affirmation. *Psychiatry* **63**:264-287.
- Liettu A, Mikkola L, Säävälä H, Räsänen P, Joukamaa M and Hakko H (2010) Mortality rates of males who commit parricide or other violent offense against a parent. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law* **38**:212-220.
- Liettu A, Saavala H, Hakko H, Joukamaa M and Rasanen P (2012) Weapons used in serious violence against a parent: retrospective comparative register study. *Scandinavian journal of public health* **40**:563-570.
- Liettu A, Saavala H, Hakko H, Rasanen P and Joukamaa M (2009) Mental disorders of male parricidal offenders: a study of offenders in forensic psychiatric examination in Finland during 1973-2004. *Social psychiatry and psychiatric epidemiology* **44**:96-103.
- Malmquist CP (2010) Adolescent parricide as a clinical and legal problem. *The journal of the American Academy of Psychiatry and the Law* **38**:73-79.
- Marleau JD, Auclair N and Millaud F (2006) Comparison of Factors Associated with Parricide in Adults and Adolescents. *Journal of Family Violence* **21**:321-325.
- Marleau JD, Millaud F and Auclair N (2003) A comparison of parricide and attempted parricide: a study of 39 psychotic adults. *International Journal of Law and Psychiatry* **26**:269-279.
- Menezes SB (2010) Parricides by mentally disordered offenders in Zimbabwe. *Medicine, Science and the Law* **50**:126-130.
- Millaud F, Auclair N and Meunier D (1996) Parricide and mental illness: A study of 12 cases. *International Journal of Law and Psychiatry* **19**:173-182.
- Myers WC and Vo EJ (2012) Adolescent Parricide and Psychopathy. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology* **56**:715-729.
- Myres WC and Vo EJ (2012) Adolescent Parricide and Psychopathy. *International Journal of Offender Therapy and comparative Criminology* **56**:715-729.
- Newhill CE (1991) Parricide. *Journal of Family Violence* **6**:375-394.
- Palermo GB (2010) Parricide: a crime against nature. *International Journal Offender Therapy and Comparative Criminology* **54**:3-5.
- Raymond S, Leger AS and Lachaux B (2015) A descriptive and follow-up study of 40 parricidal patients hospitalized in a French secure unit over a 15-year period. *Int J Law Psychiatry* **41**:43-49.

- Sahin E, Sahin MF, Tavasli A, Gul MC, Seyhan OF, Demirbuga S and Aliustaoglu FS (2016) Parricide cases of adult offenders from Turkey: A descriptive study. *J Forensic Leg Med* **39**:151-155.
- Schug RA (2011) Schizophrenia and Matricide: An Integrative Review. *Journal of Contemporary Criminal Justice* **27**:204-229.
- Shon PC (2010) Weapon usage in attempted and completed parricides in nineteenth-century America: an archival exploration of the physical strength hypothesis. *J Forensic Sci* **55**:232-236.
- Shon PC and Lee J (2016) Double parricides in South Korea: Family structure, offender behavior, and sequences of attack. *Journal of Family History* **41**:336-351.
- Shon PC and Roberts MA (2010) An Archival Exploration of Homicide—Suicide and Mass Murder in the Context of 19th-Century American Parricides. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology* **54**:43-60.
- Shon PCH and Targonski JR (2003) Declining trends in U.S. parricides, 1976–1998: testing the Freudian assumptions. *International Journal of Law and Psychiatry* **26**:387-402.
- Singhal S and Dutta A (1992) Who Commits Matricide? *Medicine, Science and the Law* **32**:213-217.
- Todd J, Dewhurst K and Wallis G (1981) The syndrome of Capgras. *The British journal of psychiatry : the journal of mental science* **139**:319-327.
- Walsh JA, Krienert JL and Crowder D (2008) Innocence Lost: A Gender-Based Study of Parricide Offender, Victim, and Incident Characteristics in a National Sample, 1976-2003. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma* **16**:202-227.
- Weisman AM, Ehrenclou MG and Sharma KK (2002) Double parricide: forensic analysis and psycholegal implications. *J Forensic Sci* **47**:313-317.
- Weisman AM and Sharma KK (1997) Forensic analysis and psycholegal implications of parricide and attempted parricide. *Journal of Forensic Sciences* **42**:1107-1113.
- Wick R, Mitchell E, Gilbert JD and Byard RW (2008) Matricides in South Australia - a 20-year retrospective review. *J Forensic Leg Med* **15**:168-171.
- Yoon JH, Kim JH, Choi SS, Lyu MK, Kwon JH, Jang YI and Park GT (2012) Homicide and bipolar I disorder: a 22-year study. *Forensic science international* **217**:113-118.

Anexos

Anexo A

Código Penal

Artigo 19.º - Inimputabilidade em razão da idade

Os menores de 16 anos são inimputáveis.

Artigo 20.º - Inimputabilidade em razão de anomalia psíquica

1 - É inimputável quem, por força de uma anomalia psíquica, for incapaz, no momento da prática do facto, de avaliar a ilicitude deste ou de se determinar de acordo com essa avaliação.

2 - Pode ser declarado inimputável quem, por força de uma anomalia psíquica grave, não accidental e cujos efeitos não domina, sem que por isso possa ser censurado, tiver, no momento da prática do facto, a capacidade para avaliar a ilicitude deste ou para se determinar de acordo com essa avaliação sensivelmente diminuída.

3 - A comprovada incapacidade do agente para ser influenciado pelas penas pode constituir índice da situação prevista no número anterior.

4 - A inimputabilidade não é excluída quando a anomalia psíquica tiver sido provocada pelo agente com intenção de praticar o facto.

Artigo 31.º - Exclusão da ilicitude

1 - O facto não é punível quando a sua ilicitude for excluída pela ordem jurídica considerada na sua totalidade.

2 - Nomeadamente, não é ilícito o facto praticado:

a) Em legítima defesa;

b) No exercício de um direito;

c) No cumprimento de um dever imposto por lei ou por ordem legítima da autoridade; ou

d) Com o consentimento do titular do interesse jurídico lesado.

Artigo 32.º - Legítima defesa

Constitui legítima defesa o facto praticado como meio necessário para repelir a agressão actual e ilícita de interesses juridicamente protegidos do agente ou de terceiro.

Artigo 91.º - Pressupostos e duração mínima

1 - Quem tiver praticado um facto ilícito típico e for considerado inimputável, nos termos do artigo 20.º, é mandado internar pelo tribunal em estabelecimento de cura, tratamento ou segurança, sempre que, por virtude da anomalia psíquica e da gravidade do facto praticado, houver fundado receio de que venha a cometer outros factos da mesma espécie.

2 - Quando o facto praticado pelo inimputável corresponder a crime contra as pessoas ou a crime de perigo comum puníveis com pena de prisão superior a cinco anos, o internamento tem a duração mínima de três anos, salvo se a libertação se revelar compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social.

Artigo 92.º - Cessação e prorrogação do internamento

1 - Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo anterior, o internamento finda quando o tribunal verificar que cessou o estado de perigosidade criminal que lhe deu origem.

2 - O internamento não pode exceder o limite máximo da pena correspondente ao tipo do crime cometido pelo inimputável.

3 - Se o facto praticado pelo inimputável corresponder a crime punível com pena superior a 8 anos e o perigo de novos factos da mesma espécie for de tal modo grave que desaconselhe a libertação, o internamento pode ser prorrogado por períodos sucessivos de 2 anos até se verificar a situação prevista no n.º 1.

Artigo 131.º - Homicídio

Quem matar outra pessoa é punido com pena de prisão de 8 a 16 anos.

Artigo 132.º - Homicídio qualificado

1 - Se a morte for produzida em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade, o agente é punido com pena de prisão de doze a vinte e cinco anos.

2 - É susceptível de revelar a especial censurabilidade ou perversidade a que se refere o número anterior, entre outras, a circunstância de o agente:

- a) Ser descendente ou ascendente, adoptado ou adoptante, da vítima;
- b) Praticar o facto contra cônjuge, ex-cônjuge, pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação, ou contra progenitor de descendente comum em 1.º grau;

- c) Praticar o facto contra pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez;
- d) Empregar tortura ou acto de crueldade para aumentar o sofrimento da vítima;
- e) Ser determinado por avidez, pelo prazer de matar ou de causar sofrimento, para excitação ou para satisfação do instinto sexual ou por qualquer motivo torpe ou fútil;
- f) Ser determinado por ódio racial, religioso, político ou gerado pela cor, origem étnica ou nacional, pelo sexo, pela orientação sexual ou pela identidade de género da vítima;
- g) Ter em vista preparar, facilitar, executar ou encobrir um outro crime, facilitar a fuga ou assegurar a impunidade do agente de um crime;
- h) Praticar o facto juntamente com, pelo menos, mais duas pessoas ou utilizar meio particularmente perigoso ou que se traduza na prática de crime de perigo comum;
- i) Utilizar veneno ou qualquer outro meio insidioso;
- j) Agir com frieza de ânimo, com reflexão sobre os meios empregados ou ter persistido na intenção de matar por mais de vinte e quatro horas;
- l) Praticar o facto contra membro de órgão de soberania, do Conselho de Estado, Representante da República, magistrado, membro de órgão do governo próprio das regiões autónomas, Provedor de Justiça, membro de órgão das autarquias locais ou de serviço ou organismo que exerça autoridade pública, comandante de força pública, jurado, testemunha, advogado, solicitador, agente de execução, administrador judicial, todos os que exerçam funções no âmbito de procedimentos de resolução extrajudicial de conflitos, agente das forças ou serviços de segurança, funcionário público, civil ou militar, agente de força pública ou cidadão encarregado de serviço público, docente, examinador ou membro de comunidade escolar, ou ministro de culto religioso, juiz ou árbitro desportivo sob a jurisdição das federações desportivas, no exercício das suas funções ou por causa delas;
- m) Ser funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.

Artigo 152.º - Violência doméstica

- 1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:
- a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;
- b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;

c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou
d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;
é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 - No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de dois a cinco anos.

3 - Se dos factos previstos no n.º 1 resultar:

a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;

b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

4 - Nos casos previstos nos números anteriores, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.

5 - A pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

6 - Quem for condenado por crime previsto neste artigo pode, atenta a concreta gravidade do facto e a sua conexão com a função exercida pelo agente, ser inibido do exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de um a dez anos.

Código de Processo Penal

Artigo 196.º - Termo de identidade e residência

1 - A autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal sujeitam a termo de identidade e residência lavrado no processo todo aquele que for constituído arguido, ainda que já tenha sido identificado nos termos do artigo 250.º

2 - Para o efeito de ser notificado mediante via postal simples, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 113.º, o arguido indica a sua residência, o local de trabalho ou outro domicílio à sua escolha.

3 - Do termo deve constar que àquele foi dado conhecimento:

- a) Da obrigação de comparecer perante a autoridade competente ou de se manter à disposição dela sempre que a lei o obrigar ou para tal for devidamente notificado;
 - b) Da obrigação de não mudar de residência nem dela se ausentar por mais de cinco dias sem comunicar a nova residência ou o lugar onde possa ser encontrado;
 - c) De que as posteriores notificações serão feitas por via postal simples para a morada indicada no n.º 2, excepto se o arguido comunicar uma outra, através de requerimento entregue ou remetido por via postal registada à secretaria onde os autos se encontrem a correr nesse momento;
 - d) De que o incumprimento do disposto nas alíneas anteriores legitima a sua representação por defensor em todos os actos processuais nos quais tenha o direito ou o dever de estar presente e bem assim a realização da audiência na sua ausência, nos termos do artigo 333.º
 - e) De que, em caso de condenação, o termo de identidade e residência só se extinguirá com a extinção da pena.
- 4 - A aplicação da medida referida neste artigo é sempre cumulável com qualquer outra das previstas no presente livro.

Artigo 197.º - Caução

- 1 - Se o crime imputado for punível com pena de prisão, o juiz pode impor ao arguido a obrigação de prestar caução.
- 2 - Se o arguido estiver impossibilitado de prestar caução ou tiver graves dificuldades ou inconvenientes em prestá-la, pode o juiz, oficiosamente ou a requerimento, substituí-la por qualquer ou quaisquer outras medidas de coacção, à excepção da prisão preventiva ou de obrigação de permanência na habitação, legalmente cabidas ao caso, as quais acrescerão a outras que já tenham sido impostas.
- 3 - Na fixação do montante da caução tomam-se em conta os fins de natureza cautelar a que se destina, a gravidade do crime imputado, o dano por este causado e a condição sócio-económica do arguido.

Artigo 198.º - Obrigação de apresentação periódica

- 1 - Se o crime imputado for punível com pena de prisão de máximo superior a 6 meses, o juiz pode impor ao arguido a obrigação de se apresentar a uma entidade judiciária ou a um certo órgão de polícia criminal em dias e horas preestabelecidos, tomando em conta as exigências profissionais do arguido e o local em que habita.

2 - A obrigação de apresentação periódica pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção, com a excepção da obrigação de permanência na habitação e da prisão preventiva.

Artigo 199.º - Suspensão do exercício de profissão, de função, de actividade e de direitos

1 - Se o crime imputado for punível com pena de prisão de máximo superior a 2 anos, o juiz pode impor ao arguido, cumulativamente, se disso for caso, com qualquer outra medida de coacção, a suspensão do exercício:

- a) De profissão, função ou actividade, públicas ou privadas;
- b) Do poder paternal, da tutela, da curatela, da administração de bens ou da emissão de títulos de crédito;

sempre que a interdição do respectivo exercício possa vir a ser decretada como efeito do crime imputado.

2 - Quando se referir a função pública, a profissão ou actividade cujo exercício dependa de um título público ou de uma autorização ou homologação da autoridade pública, ou ao exercício dos direitos previstos na alínea b) do número anterior, a suspensão é comunicada à autoridade administrativa, civil ou judiciária normalmente competente para decretar a suspensão ou a interdição respectivas.

Artigo 200.º - Proibição e imposição de condutas

1 - Se houver fortes indícios de prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos, o juiz pode impor ao arguido, cumulativa ou separadamente, as obrigações de:

- a) Não permanecer, ou não permanecer sem autorização, na área de uma determinada povoação, freguesia ou concelho ou na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habitem os ofendidos, seus familiares ou outras pessoas sobre as quais possam ser cometidos novos crimes;

- b) Não se ausentar para o estrangeiro, ou não se ausentar sem autorização;

- c) Não se ausentar da povoação, freguesia ou concelho do seu domicílio, ou não se ausentar sem autorização, salvo para lugares predeterminados, nomeadamente para o lugar do trabalho;

- d) Não contactar, por qualquer meio, com determinadas pessoas ou não frequentar certos lugares ou certos meios;

- e) Não adquirir, não usar ou, no prazo que lhe for fixado, entregar armas ou outros objectos e utensílios que detiver, capazes de facilitar a prática de outro crime;
- f) Se sujeitar, mediante prévio consentimento, a tratamento de dependência de que padeça e haja favorecido a prática do crime, em instituição adequada.
- 2 - As autorizações referidas no número anterior podem, em caso de urgência, ser requeridas e concedidas verbalmente, lavrando-se cota no processo.
- 3 - A proibição de o arguido se ausentar para o estrangeiro implica a entrega à guarda do tribunal do passaporte que possuir e a comunicação às autoridades competentes, com vista à não concessão ou não renovação de passaporte e ao controlo das fronteiras.
- 4 - A aplicação de obrigação ou obrigações que impliquem a restrição de contacto entre progenitores são imediatamente comunicadas ao representante do Ministério Público que exerce funções no tribunal competente, para efeitos de instauração, com carácter de urgência, do respetivo processo de regulação ou alteração da regulação do exercício das responsabilidades parentais.

Artigo 201.º - Obrigação de permanência na habitação

- 1 - Se considerar inadequadas ou insuficientes, no caso, as medidas referidas nos artigos anteriores, o juiz pode impor ao arguido a obrigação de não se ausentar, ou de não se ausentar sem autorização, da habitação própria ou de outra em que de momento resida ou, nomeadamente, quando tal se justifique, em instituição adequada a prestar-lhe apoio social e de saúde, se houver fortes indícios de prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos.
- 2 - A obrigação de permanência na habitação é cumulável com a obrigação de não contactar, por qualquer meio, com determinadas pessoas.
- 3 - Para fiscalização do cumprimento das obrigações referidas nos números anteriores podem ser utilizados meios técnicos de controlo à distância, nos termos previstos na lei.

Artigo 202.º - Prisão preventiva

- 1 - Se considerar inadequadas ou insuficientes, no caso, as medidas referidas nos artigos anteriores, o juiz pode impor ao arguido a prisão preventiva quando:
- a) Houver fortes indícios de prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a 5 anos;
- b) Houver fortes indícios de prática de crime doloso que corresponda a criminalidade violenta;

c) Houver fortes indícios de prática de crime doloso de terrorismo ou que corresponda a criminalidade altamente organizada punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos;

d) Houver fortes indícios de prática de crime doloso de ofensa à integridade física qualificada, furto qualificado, dano qualificado, burla informática e nas comunicações, receptação, falsificação ou contrafacção de documento, atentado à segurança de transporte rodoviário, puníveis com pena de prisão de máximo superior a 3 anos;

e) Houver fortes indícios da prática de crime doloso de detenção de arma proibida, detenção de armas e outros dispositivos, produtos ou substâncias em locais proibidos ou crime cometido com arma, nos termos do regime jurídico das armas e suas munições, puníveis com pena de prisão de máximo superior a 3 anos;

f) Se tratar de pessoa que tiver penetrado ou permaneça irregularmente em território nacional, ou contra a qual estiver em curso processo de extradição ou de expulsão.

2 - Mostrando-se que o arguido a sujeitar a prisão preventiva sofre de anomalia psíquica, o juiz pode impor, ouvido o defensor e, sempre que possível, um familiar, que, enquanto a anomalia persistir, em vez da prisão tenha lugar internamento preventivo em hospital psiquiátrico ou outro estabelecimento análogo adequado, adoptando as cautelas necessárias para prevenir os perigos de fuga e de cometimento de novos crimes.

Anexo B



Declaração de consentimento informado

Eu, _____
declaro que aceito participar de livre vontade no estudo intitulado “Parricídio: Um estudo exploratório” da autoria de Maria João Santos Lage que está a ser realizado para efeitos de elaboração de uma dissertação no Mestrado de Ciências Forenses da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Este estudo é conduzido sob a orientação da Professora Doutora Maria Isabel Correia Dias, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Foi-me explicado que a minha participação neste estudo consiste na participação em entrevista(s) que serão gravadas em áudio, onde serão abordados os seguintes temas: fatores referentes à vida do entrevistado antes do cometimento do homicídio, tipo de relação com a vítima e fatores relacionados com o homicídio pelo qual está a cumprir pena de prisão ou medida de segurança.

Compreendo ainda que a minha participação é voluntária e que me foi garantido que toda a informação recolhida através deste estudo será estritamente confidencial sendo que a minha identidade nunca será revelada em qualquer circunstância ou publicação.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: __/__/____

Anexo C

FICHA DE RECOLHA DE DADOS

Código _____ Data da recolha ____/____/____

Local de Recolha: _____

Parricidas

1. Número de recluso/reclusa: _____

2. Número mecanográfico: _____

3. Data de nascimento: ____/____/____

4. Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

5. Etnia: Caucasiana ☐ Negra ☐ Outra ☐ , qual? _____

99. Desconhecido ☐

6. Naturalidade: Aveiro ☐ Beja ☐ Braga ☐ Bragança ☐

Castelo Branco ☐ Coimbra ☐ Évora ☐ Faro ☐ Guarda ☐

Leiria ☐ Lisboa ☐ Portalegre ☐ Porto ☐ Santarém ☐ Setúbal ☐

Viana do Castelo ☐ Vila Real ☐ Viseu ☐ Açores ☐ Madeira ☐

Sem nacionalidade Portuguesa ☐ 99. Desconhecido ☐

7. Nacionalidade: Portuguesa ☐ Outra ☐ , qual? _____

8. Estado Civil: Solteiro ☐ Casado/União de facto ☐ Divorciado/Separado ☐

Viúvo ☐ 99. Desconhecido ☐

9. Número de filhos: 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ + de 4 ☐

99. Desconhecido ☐

10. Habilitações Literárias: Não tem ☐ 1º Ciclo ☐ 2º Ciclo ☐ 3º Ciclo ☐

Ensino secundário ☐ Ensino Superior ☐ 99. Desconhecido ☐

11. **Ocupação Profissional anterior:** Desempregado ☐ Empregado ☐
Reformado ☐ 99. Desconhecido ☐
12. **Se estava empregado, o emprego era estável:** Sim ☐ Não ☐
99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐
13. **Situação socioeconômica:** Insatisfatória ☐ Satisfatória ☐ Boa/Muito boa ☐
99. Desconhecido ☐
14. **A situação socioeconômica é dependente de terceiros:** Sim ☐ Não ☐
99. Desconhecido ☐
15. **Realização de medicação de forma regular:** Sim ☐ Não ☐
99. Desconhecido ☐
16. **Tipo de medicação:** _____
99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐
17. **Consumo de álcool:** Sim ☐ Não ☐ 99. Desconhecido ☐
18. **Consumo de estupefacientes:** Sim ☐ Não ☐ 99. Desconhecido ☐
19. **Tipo de estupefacientes:** _____
99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐
20. **Consultou um psicólogo antes do parricídio:** Sim ☐ Não ☐
99. Desconhecido ☐
21. **Motivo porque consultou o psicólogo:** _____

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐
22. **Quanto tempo antes do crime:** Dias ☐ Meses ☐ Anos ☐
99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

23. Consultou um psiquiatra antes do parricídio: Sim ☐ Não ☐

99. Desconhecido ☐

24. Motivo porque consultou o

psiquiatra: _____

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

25. Diagnóstico de doença do foro mental: 1. Sim ☐ 2. Não ☐

99. Desconhecido ☐

Se sim, tipo de doença: _____

26. Foi prescrita medicação: Sim ☐ Não ☐ 99. Desconhecido ☐

27. No caso de ter sido prescrita medicação, estava a tomar a mesma de forma

regular: Sim ☐ Não ☐ 99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

28. Quanto tempo antes do ato criminoso: Dias ☐ Meses ☐ Anos ☐

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

29. Internamento na psiquiatria: Sim ☐ Não ☐ 99. Desconhecido ☐

30. Antecedentes Criminais: Sim ☐ Não ☐ 99. Desconhecido ☐

31. Tipo de crime(s) cometido(s): _____

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

32. Idade com que cometeu o primeiro crime: _____

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

33. Primeiro crime cometido: _____

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

34. Já cumpriu anteriormente pena de prisão: Sim ☐ Não ☐

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

35. Idade com que esteve preso a primeira vez: _____

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

36. Cumpriu anteriormente medida de segurança: Sim ☐ Não ☐

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

37. Idade com que esteve a cumprir medida de segurança a primeira vez: _____

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

38. Vítimas

39. Nº de Vítimas de parricídio: _____

40. Data(s) de Nascimento: __/__/____ __/__/____

41. Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐ Ambos ☐

42. Etnia: Caucasiana ☐ Negra ☐ Outra ☐ , qual? _____

99. Desconhecido ☐

43. Idade(s) à data dos factos: _____ 99. Desconhecido ☐

44. Relação entre a(s) vítima(s) e o agressor: Complicada/ Conflituosa ☐

Boa/Muito Boa ☐ 99. Desconhecido ☐

45. Historial de violência doméstica entre a(s) vítima(s) e o agressor: Sim ☐

Não ☐ 99. Desconhecido ☐

46. A violência doméstica era mútua: Sim ☐ Só por parte da(s) vítima(s) ☐

Só por parte do agressor ☐ 99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

47. Tipo de violência doméstica infligida: Física ☐ Psicológica ☐ Sexual ☐

Económica ☐ Vários tipos de abusos ☐ 99. Desconhecido ☐

88. Não se aplica ☐

Se vários tipos, quais: _____

48. Existência de abusos ou maus tratos por parte da(s) vítima(s) ou de outro

familiar sobre o agressor: Sim ☐ Não ☐ 99. Desconhecido ☐

49. Tipos de abusos ou maus tratos infligidos sobre o agressor: Físicos ☐

Psicológicos ☐ Sexuais ☐ Económicos ☐ Vários tipos de abusos ☐

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

Se vários tipos, quais: _____

50. A(s) vítima(s) aquando do ato criminoso estava(m) sob o efeito de álcool: Sim ☐

Não ☐ 99. Desconhecido ☐

51. A(s) vítima(s) aquando do ato criminoso estava(m) sob o efeito de

estupefacientes: Sim ☐ Não ☐ 99. Desconhecido ☐

52. Tipo de estupefacientes: Canabinóides ☐ Opiáceos ☐

Cocaína e metabolitos ☐ Anfetaminas e derivados ☐

Outro ☐, qual: _____

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

53. A(s) vítima(s) aquando do ato criminoso sofria(m) de alguma doença do foro

mental: Sim ☐ Não ☐ 99. Desconhecido ☐

Se sim, qual: _____

54. Factos relativos ao parricídio

55. Parricídio consumado ou na forma tentada: Parricídio consumado ☐

Parricídio na forma tentada ☐

56. Idade com que o agressor cometeu parricídio: _____

57. Medida de coação aplicada: Termo de identidade e residência ☐ Caução ☐

Obrigação de apresentação periódica ☐

Suspensão de exercício de profissão, de função, de atividade e de direitos ☐

Proibição e imposição de condutas ☐ Obrigação de permanência na habitação ☐

Prisão Preventiva ☐ Internamento Preventivo ☐ 99. Desconhecido ☐

58. Tipo legal de crime pelo qual foi condenado: Homicídio ☐

Homicídio Qualificado ☐ Homicídio na forma tentada ☐

Homicídio Qualificado na forma tentada ☐

59. O agressor foi condenado por mais algum tipo legal de crime: Sim ☐ Não ☐

99. Desconhecido ☐

60. Outros tipos legais de crime que o agressor foi condenado:

88. Não se aplica ☐

61. Inimputabilidade do agressor: Sim ☐ Não ☐ 99. Desconhecido ☐

62. Aplicação de pena de prisão ou medida de segurança: Pena de Prisão ☐

Medida de Segurança ☐

63. Duração da pena de prisão aplicada: _____

88. Não se aplica ☐

64. Tipo de medida de segurança aplicada: _____

88. Não se aplica ☐

65. Limite mínimo aplicado no que se refere à medida de segurança: _____

88. Não se aplica ☐

66. Limite máximo aplicado no que se refere à medida de segurança: _____

88. Não se aplica ☐

67. Há quantos anos está a cumprir pena de prisão: 0-5 ☐ 6-10 ☐ 11-15 ☐
16-20 ☐ 21-25 ☐ 26-30 ☐ 88. Não se aplica ☐

68. Há quantos anos está a cumprir medida de segurança: 0-5 ☐ 6-10 ☐
11-15 ☐ 16-20 ☐ 21-25 ☐ 26-30 ☐ 88. Não se aplica ☐

69. Idade o agressor começou a cumprir a pena de prisão/medida de segurança: ____

70. Descrição geral do homicídio/tentativa de homicídio: _____

71. O agressor e a(s) vítima(s) viviam juntos quando ocorreu o ato criminoso: Sim ☐
Não ☐ 99. Desconhecido ☐

72. No caso de a(s) vítima(s) e o agressor viverem juntos, viviam sozinhos: Sim ☐
Não ☐ 99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

73. Local de ocorrência do ato criminoso: Casa da(s) vítima(s) ☐
Casa do agressor ☐ Casa da(s) vítima(s) e do agressor ☐ Local público ☐
Estabelecimento Público ☐ Outro ☐ , qual? _____

74. Local da habitação em que ocorreu o parricídio: Cozinha ☐ Sala ☐
Quarto ☐ Outro ☐ , qual? _____
99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

75. Altura do dia em ocorreu o ato criminoso: Manhã ☐ Tarde ☐
Noite/Madrugada ☐ 99. Desconhecido ☐

76. Identificação da(s) vítima(s): _____

77. Existência de outras vítimas para além das anteriormente identificadas: Sim ☐

Não ☐ 99. Desconhecido ☐

78. Em caso afirmativo, número de vítimas para além do parricídio: _____

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

79. As outras vítimas eram elementos da família: Sim ☐ Não ☐

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

80. Tipo de a(s) arma(s) ou método(s) utilizados para cometer parricídio:

Arma de fogo ☐ Faca ☐ Agressões repetidas ☐ Estrangulamento ☐

Envenenamento ☐ Outro ☐ , qual: _____

Conjunto de várias armas e/ou métodos ☐ , quais: _____

81. Motivo pelo qual o agressor escolheu este tipo(s) de arma(s) ou

método(s): _____

82. Zonas do corpo da(s) vítima(s) que foram atingidas: Cabeça ☐ Pescoço ☐

Tronco ☐ Membros superiores ☐ Membros inferiores ☐

Várias zonas do Corpo ☐ , quais: _____

99. Desconhecido ☐

83. Excesso de violência na prática do homicídio: Sim ☐ Não ☐

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

84. A(s) vítima(s) morreu/morreram no local onde ocorreu o facto ilícito/crime:

Sim ☐ Não ☐ 99. Desconhecido ☐

85. O ato criminoso foi um ato premeditado: Sim ☐ Não ☐

99. Desconhecido ☐

86. Motivos para o cometimento do ato criminoso: Abusos ☐

Presença de doença mental no agressor ☐

Relação conflituosa entre vítima(s) e agressor ☐ Motivos económicos ☐

Outro ☐, qual? _____

99. Desconhecido ☐

87. Existência de testemunhas do ato criminoso: Sim ☐ Não ☐

99. Desconhecido ☐

88. As testemunhas eram pessoas conhecidas do agressor: Sim ☐ Não ☐

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

89. O agressor estava sob o efeito de álcool: Sim ☐ Não ☐

99. Desconhecido ☐

90. O agressor estava sob o efeito de estupefacientes: Sim ☐ Não ☐

99. Desconhecido ☐

91. Tipo de estupefacientes: Canabinóides ☐ Opiáceos ☐

Cocaína e metabolitos ☐ Anfetaminas e derivados ☐

Outro ☐, qual: _____

99. Desconhecido ☐ 88. Não se aplica ☐

92. O agressor sofria de alguma doença do foro mental: Sim ☐ Não ☐

99. Desconhecido ☐ Se sim, qual: _____

93. O agressor apresentava delírios: Sim ☐ Não ☐ 99. Desconhecido ☐

94. Tipos de delírios que o agressor apresentava: Persecutórios ☐ De referência ☐

De grandeza ☐ Erotomaníacos ☐ De controle ☐ 99. Desconhecido ☐

88. Não se aplica ☐

95. O comportamento do agressor após o parricídio: Fugir do local ☐

Permanecer no local ☐ Prestar auxílio à vítima ☐

Solicitar auxílio para a vítima ☐ Outro ☐ , qual: _____

99. Desconhecido ☐

96. Observações: _____

Anexo D

Os Parricidas presos ou a cumprir medida de segurança no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo e no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo

Guião de entrevista

1 – Qual é a sua idade atual?

2 – Qual é a sua nacionalidade? E a naturalidade?

3 – Qual é o seu estado civil? Era o mesmo aquando do homicídio?

4 – Tem filhos?

5 – Quais são as suas habilitações literárias?

6 – Qual era a sua ocupação profissional?

Se estava empregado, esse emprego era estável?

7 – Como descreveria a sua situação socioeconómica anterior ao cumprimento desta pena de prisão/medida de segurança?

8 – Fazia ou faz algum tipo de medicação com carácter regular? Se sim, que tipo de medicação toma?

9 – Antes do crime costumava consumir álcool?

10 – E estupefacientes? Se sim, quais?

11 – Alguma vez consultou um psicólogo antes da morte da sua mãe/pai/madrasta/padrasto?

11.1. – Se sim, por que motivo?

11.2. – Esta(s) ida(s) foi(ram) quanto tempo antes do homicídio?

12 – Alguma vez consultou algum psiquiatra antes da morte da sua mãe/pai/madrasta/padrasto?

12.1. – Se sim, por que motivo?

12.2. – Foi-lhe diagnosticada alguma doença do foro psiquiátrico?

12.3. – Foi-lhe prescrita alguma medicação? Na altura do homicídio estava a tomar a mesma de forma regular?

12.4. – Esta(s) ida(s) ao psiquiatra foi(ram) quanto tempo antes do homicídio?

13 – Já tinha praticado anteriormente algum crime?

Se sim, qual?

14 – Com que idade cometeu o primeiro crime? Qual foi?

15 – Já tinha estado preso ou cumpriu uma medida de segurança anteriormente?

16 – Como descreveria a sua relação com a vítima?

17 – Existia violência doméstica entre si e a vítima antes do homicídio?

18 – Alguma vez existiram abusos ou maus tratos por parte da vítima ou de outro familiar sobre si?

19 – Vivia com a vítima quando ocorreu o homicídio?

20 – Que idade tinha aquando o cometimento do crime pelo qual atualmente está a cumprir pena de prisão/medida de segurança?

21 – Foi condenado por que tipo legal de crime?

22 – Que pena/medida de segurança lhe foi aplicada? Com que idade começou a cumprir a mesma?

23 – Como descreveria o homicídio da sua mãe/pai/madrasta/padrasto?

24 – Onde ocorreu o mesmo? Porque razão ou razões isso aconteceu?

25 – Quem foram as vítimas? Foi mais do que uma?

26 – Qual/quais foi/foram as armas ou métodos utilizados para o cometimento do homicídio?

27 – Por que motivo optou por utilizar estas armas/métodos?

28 – O crime/facto ilícito foi um ato impulsivo ou premeditado?

29 – Na altura do homicídio encontrava-se sob influência de álcool e/ou de estupefacientes?

30 – Sabe se a vítima estava sob influência de álcool e/ou de estupefacientes no momento da morte?

31 – Padecia de alguma doença do foro psiquiátrico na altura do cometimento do homicídio? E a vítima?

Se sim, qual?

32 – Estavam presentes delírios na altura do homicídio?

Se sim, quais?

33 – Estavam presentes testemunhas no local do crime?

Se sim, quem?

34 – O que fez depois do cometimento do crime?

35 – Há alguma questão que gostaria de abordar nesta entrevista ou alguma coisa que queira acrescentar?

Obrigada pela sua colaboração.

Anexo E
Guião de Entrevista aos profissionais dos
Estabelecimentos Prisionais

- 1 – Qual é a sua escolaridade?
- 2 – Há quantos anos trabalha neste Estabelecimento Prisional?
- 3 – Há quantos anos está a exercer este cargo no Estabelecimento Prisional?
- 4 – Ao longo da sua experiência profissional tem lidado com muitos casos de parricídio?
- 5 – Na sua opinião, quais são as razões que estão na origem deste tipo de crime?
- 6 – Genericamente, quais são as características que os parricidas apresentam?
- 7 – Acha que essas características estão na origem destes indivíduos serem maioritariamente considerados inimputáveis?
- 8 – Existem diferenças de género no cometimento deste tipo de crimes?
- 9 – Como é que o Estabelecimento Prisional lida com estes reclusos? Que tipo de respostas é que tem?
- 10 – Como é que os outros reclusos se relacionam com os parricidas?
- 11 – Existe mais alguma questão que gostaria de abordar nesta entrevista?

Muito obrigada pela sua colaboração.

Anexo F



Declaração de consentimento informado

Eu, _____
declaro que aceito participar de livre vontade no estudo intitulado “Parricídio: Um estudo exploratório” da autoria de Maria João Santos Lage que está a ser realizado para efeitos de elaboração de uma dissertação no Mestrado de Ciências Forenses da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Este estudo é conduzido sob a orientação da Professora Doutora Maria Isabel Correia Dias, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Foi-me explicado que a minha colaboração neste estudo consiste na participação na(s) entrevista(s) que serão gravadas em áudio, onde serão abordados os seguintes temas: perceção das razões que estão na origem do parricídio, características dos parricidas e forma dos Estabelecimentos Prisionais lidarem com este tipo de reclusos.

Compreendo ainda que a minha participação é voluntária e que me foi garantido que toda a informação recolhida através deste estudo será estritamente confidencial sendo que a minha identidade nunca será revelada em qualquer circunstância ou publicação.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: __/__/____

Anexo G

Tabela 13 – Sinopse da Entrevista realizada à Reclusa Parricida

Categorias	Sinopse	Excertos da Entrevista
Caracterização sociodemográfica e económica	A entrevistada tem 26 anos, é de nacionalidade portuguesa e natural do distrito de Leiria. É solteira, tem um filho, tinha o 7.º ano de escolaridade quando foi detida e atualmente está a frequentar o 9.º ano de escolaridade. Teve várias atividades profissionais, desde técnica de luz, operária fabril, restauração e quando cometeu o crime estava desempregada. A sua situação económica era precária, pois dependia da ajuda de amigos.	“Eu tinha a ajuda de amigos...tinha para aí 50 euros por dia, no máximo.”
Consumo de medicação e de substâncias aditivas	A entrevistada refere que atualmente faz medicação para induzir o sono e combater a ansiedade. Refere que consumia álcool de forma ocasional e estupefacientes.	“Faço, tipo para a ansiedade, para dormir e para o corpo, para estabilizar.” “Sim, ganza.”

Tabela 13 – Sinopse da Entrevista realizada à Reclusa Parricida (cont.)

Apoio psicológico /psiquiátrico antes do matricídio	<p>Afirma que teve apoio psicológico e psiquiátrico antes de ter cometido o crime. Refere que este apoio começou aos 12 anos em virtude de ter sido vítima de abuso sexual por parte do padrasto e mais tarde, aos 17 anos, por outros homens.</p> <p>Antes do homicídio da mãe esteve internada no Hospital de Santa Maria. A razão continua ligada à vivência de abusos sexuais e não ao diagnóstico de qualquer doença do foro mental.</p> <p>É importante salientar que apesar de a entrevistada ter referido que foi abusada sexualmente por vários homens, é à mãe que ela atribui a responsabilidade deste tipo de vitimização.</p>	<p>“Eu tinha 12 quando fui vítima de abuso sexual por parte da minha mãe [figura da mãe conspiratória]. E até aqui, fui crescendo sempre com aquilo, com o trauma. Digamos que fui vítima de abuso sexual aos 17 anos também por homens e basicamente foi por causa disso. Foi com a raiva, com os nervos, por não conseguir outra vida que eu acabei por cometer o crime.”</p>
Antecedentes criminais	<p>A entrevistada tem antecedentes criminais, nomeadamente já tinha cometido roubo, tráfico de droga e de armas.</p> <p>Cometeu o primeiro tipo de crime aos 13 anos.</p> <p>Refere que esteve detida em França tendo sido expulsa deste país.</p>	<p>“Roubo, tráfico de droga, armas.”</p> <p>“Primeiro crime aos 13 anos. Roubo.”</p>

Tabela 13 – Sinopse da Entrevista realizada à Reclusa Parricida (cont.)

Categorias	Sinopse	Excertos da Entrevista
Relação com a vítima	Refere que tinha uma relação muito má com a mãe a nível emocional, não conseguindo comunicar com ela. Esteve muito tempo sem falar com a mãe, voltando a fazê-lo devido ao nascimento do filho.	“Ai...Era péssima, era horrível, era desagradável. Eu ainda tentei fazer, tentei dar a volta por cima, tentei falar com ela o porquê, queria saber, o porquê é que ela me tinha feito o que me fez. Mas ela sempre dava a volta por cima, sempre dava, não quero falar nisso, ou não, demonstrava pouca importância. Nós, não tínhamos uma boa relação mas de vez em quando eu tentava, porque eu tenho o meu menino e eu comecei a falar com ela aos 17 anos outra vez. E para ela se adaptar ao menino e eu dar-lhe uma oportunidade também e dar uma oportunidade a mim, só que a coisa não correu bem.”
Existência de Violência doméstica	Apesar de ter reconhecido que tinha agredido a mãe uma vez, considera que não existia violência doméstica. Refere ainda que a violência era recíproca, na medida em que também se considera vítima de abuso psicológico e verbal.	“Existiu, bati-lhe uma vez. Mas não havia.”
Coabitação com a vítima	A entrevistada afirma que aquando o homicídio, não vivia com a sua mãe.	
Tipo de crime e pena aplicada	A entrevistada cometeu o crime quando tinha 22 anos, tendo sido condenada pelo crime de Homicídio Agravado a uma pena de prisão de 20 anos. Começou a cumprir a pena de prisão ainda com 22 anos.	

Tabela 13 – Sinopse da Entrevista realizada à Reclusa Parricida (cont.)

Categorias	Sinopse	Excertos da Entrevista
Descrição do homicídio incluindo o método utilizado para o cometimento do mesmo e o motivo pelo qual optou por este	Refere que foi um amigo que lhe disse que a forma mais fácil de matar era com uma seringa e com ácido sulfúrico, contudo não teve coragem e que por isso acabou por despejar o ácido. Afirma ainda que optou por este método para o cometimento do crime pois foi o que lhe indicaram.	“Bem, é assim um amigo meu disse-me que a forma de matar mais fácil era com uma seringa e com ácido sulfúrico injetável, só que eu não fui capaz de fazer isso então comprei um garrafão de ácido sulfúrico e despejei. Não te vou dizer como é que, aquilo deve ter sido horrível, deve ter sido, só que eu não estive lá para ver.” “Porque foi o método que me disseram.”
Local do crime, motivos para a sua ocorrência e vítimas do mesmo	Afirma que o crime ocorreu em Peniche, devido a abusos sexuais. Diz que apenas houve uma vítima mas que era para terem sido mais. Refere ainda que as outras pessoas que eram para terem sido vítimas eram pessoas que tinham abusado sexualmente de si.	“Eu agora digo felizmente foi só uma, mas na altura era para ter sido 7,8,9 pessoas.” “As que abusaram de mim através dela, são dois que trabalham num restaurante, um está preso agora por assassinato, um veio de Itália por homicídio também, está cá fugiu, veio para cá que abusaram de mim. É assim, pessoas traficantes, pessoas só desse nível, de tráfico.”
Premeditação do crime	Considera que o crime foi um ato premeditado mas também impulsivo, pois já tinha pensado em matar a mãe mas que no momento foi um ato impulsivo.	“É assim, das duas, das duas. Porque é assim, eu já queria fazer isto só que quando fiz foi num ato impulsivo, estava muito chateada por ter ido presa em França, por não ter conseguido trabalho em França, por roubar em França e por vir para cá, para Portugal, por expulsão e foi basicamente os meus motivos.”

Tabela 13 – Sinopse da Entrevista realizada à Reclusa Parricida (cont.)

Categorias	Sinopse	Excertos da Entrevista
Influência de álcool e/ou de estupefacientes na altura do crime	Afirma que na altura do cometimento do crime estava sob a influência de álcool e de estupefacientes. Refere que não sabe se a vítima se encontrava sob a influência de álcool ou estupefacientes.	“Sim, das duas coisas [álcool e estupefacientes].”
Presença de doença do foro mental na altura do cometimento do crime	A entrevistada refere que não padecia de nenhuma doença do foro mental mas que a vítima devia ter, pois considera que só uma pessoa doente é que podia fazer o que fez. Afirma ainda que devia estar a ter delírios aquando do homicídio e que só queria matar. Refere ainda que só via a mãe a fazer-lhe mal.	“Não sei, mas devia ter [doença mental]. Agora vejo que sim, são pessoas doentes é que fazem isso.” “Possivelmente [tinha delírios], porque eu agora não me vejo a fazer isso.” “Só queria matar, matar, matar, eu só queria matar, isso é um delírio.” “A única pessoa que via era ela [mãe] a fazer-me mal. Devia ser delírio.”
Testemunhas	Relata que no local do crime estavam presentes muitas pessoas que testemunharam o crime e que não as conhecia.	“Muitas [pessoas]. Sim, só que aquilo foi num entroncamento, e depois havia uma multidão aqui deste lado e eu fugi pelo lado das pessoas e vi uma multidão.”

Tabela 13 – Sinopse da Entrevista realizada à Reclusa Parricida (cont.)

Categorias	Sinopse	Excertos da Entrevista
Comportamento após o crime	A entrevistada afirma que após o crime fugiu, tendo ido depois beber. Durante 2 dias andou fugida à polícia, passando o tempo entre casa e a consumir álcool.	“Eu fugi logo.” “Depois do crime, fui para a noite, fui beber. Depois cheguei a casa eram 4 da manhã e tive um amigo meu que me avisou. E eu ok, tá bem. Eles vêm cá amanhã e eu tá bem, deixa-os vir. E esperei até que eles viessem buscar-me.” “Fugi passado dois dias do crime, eles andaram à minha procura mas não me encontraram, eu só ia a casa bebedeira, casa bebedeira, casa bebedeira.”

Anexo H

Tabela 14 – Sinopse da Entrevista realizada à profissional Ana

Categorias	Sinopse	Excertos da Entrevista
Escolaridade	A entrevistada refere que é licenciada.	
Trabalho em estabelecimentos prisionais	Afirma que trabalha neste Estabelecimento Prisional desde 2008 mas que só está a exercer este cargo desde do ano passado. No entanto, indica que trabalha nos Serviços Prisionais desde 2004.	<p>“Neste [estabelecimento prisional]? Trabalho desde 2008.”</p> <p>“O atual [cargo]? Desde 2016. Muito pouco tempo.”</p> <p>“Eu trabalho nos serviços prisionais desde 2004. Já trabalhei em Paços de Ferreira e no E.P. Porto mais conhecido pelo E.P. de Custóias. Mas não foi sempre nestas funções, trabalhei na área jurídica, no gabinete jurídico.”</p>
Casos de parricídio	A entrevistada refere que tem lidado com poucos casos de parricídio ao longo da sua experiência profissional.	“Muito poucos, muito poucos [casos de parricídio].
Razões que estão na origem do parricídio	A entrevistada indica que não sabe quais são as razões pois ainda não tem experiência suficiente.	<p>“Ai...sei lá. Ainda não tenho essa experiência para lhe dizer em concreto. Não vou estar a dizer de cor, de livros porque não sei. A vivência que eu tenho aqui mais prática da nossa reclusa são situações e vivências do exterior que podiam nunca ter dado isto mas deram.”</p>

Tabela 14 – Sinopse da Entrevista realizada à profissional Ana (cont.)

Categorias	Sinopse	Excertos da Entrevista
Caraterísticas que os parricidas apresentam e se estas estão na origem destes serem maioritariamente considerados inimputáveis	Refere que não sabe as caraterísticas que os parricidas apresentam pois não é da Psicologia e nunca estudou o assunto. Em relação às caraterísticas dos parricidas estarem na origem do facto destes serem maioritariamente considerados inimputáveis indica que talvez seja uma relação causa efeito.	<p>“Não sei [as caraterísticas dos parricidas]. E depois não sou da Psicologia, também nunca estudei essas áreas.”</p> <p>“Se calhar causa efeito poderá e se calhar com a sua amostra, até quase que pode dizer que sim não é? Porque a sua amostra, ainda agora me disse isso não é? Porque nós temos cá infelizmente, muitas senhoras presas por homicídio mas não parricídio. Portanto se calhar o que acabou de dizer, se calhar o seu estudo vai de encontro com essa situação...digo eu.”</p>
Diferenças de género no cometimento do parricídio	A entrevista reporta não saber se existem diferenças de género no cometimento do parricídio.	“Não sei [se existem diferenças de género no cometimento do parricídio].”

Tabela 14 – Sinopse da Entrevista realizada à profissional Ana (cont.)

Categorias	Sinopse	Excertos da Entrevista
Forma do estabelecimento prisional lidar com os reclusos que cometeram parricídio e o tipo de respostas que estes estabelecimentos apresentam.	A entrevistada refere que não sabe o que se pratica nos outros estabelecimentos prisionais mas que naquele não é necessário ter muitos cuidados com este tipo de população reclusa.	<p>“Em termos do tipo de crime? Aqui neste Estabelecimento, pronto não sei o que é que se pratica nos outros mas o homicídio em geral não é um crime que seja muito...que precisamos de ter muitos cuidados em relação à outra população reclusa. Pronto, nós aqui e nos E.P.'s em geral no nosso país, não há E.P.'s que só vão para lá aquele tipo de crime, não é? Portanto há E.P.'s que essencialmente têm condenados e há outros que têm preventivos e condenados. Nós aqui como somos o único no Norte feminino, temos de tudo, preventivos e condenados e qualquer tipo de crime.</p> <p>Normalmente as pessoas que estão por homicídio, nós estamos a falar no homicídio independentemente da pessoa, da vítima, não é? Nunca são tratados e trabalhados de forma diferente em termos desde da entrada e no acompanhamento.”</p>

Tabela 14 – Sinopse da Entrevista realizada à profissional Ana (cont.)

Categorias	Sinopse	Excertos da Entrevista
Relacionamento dos outros reclusos com os parricidas	Afirma que a população reclusa não vê os parricidas de uma forma diferente mas que no entanto isto acontece relativamente aos reclusos que presos pelo crime de abuso sexual de menores.	“Porque a população reclusa não os vê de forma diferente, muitas vezes há outros crimes, em que nós aí temos que ter algum cuidado quando são crimes de abuso sexual a menores, aí sim, temos que ter algum cuidado. Infelizmente temos cá senhoras com esse tipo de crime, que quando iniciam, elas quando entram ficam na admissão de acordo com a lei e depois quando são afetas à ala, às vezes precisamos de ter algum cuidado para saber se é aquela ala certa, porque às vezes há...quando sabem, às vezes há aí uma agressividade perante a outra população, porque pronto mexe com elas, têm filhos e mexe mais esse tipo de crime do que o homicídio, seja na pessoa da mãe, do pai, do marido.”

Tabela 14 – Sinopse da Entrevista realizada à profissional Ana (cont.)

Categorias	Sinopse	Excertos da Entrevista
Comportamento dos homicidas nos estabelecimentos prisionais	A entrevistada refere que os homicidas quando estão presos apenas por este tipo de crime normalmente têm um comportamento exemplar no estabelecimento prisional e não costumam reincidir.	“Regra, os homicidas quando estão presos só por homicídio só, por infelizmente há quem esteja por homicídio mas não só por homicídio, muitas vezes tráfico, roubos e depois também esse crime. Mas se for só homicídio são reclusos que têm normalmente um comportamento exemplar e que regra não reincidem, regra. Isto é, não é que eu tenha feito algum estudo, nunca fiz mas é daquilo que eu tenho observado ao longo deste tempo, porque realmente não há estudos que eu saiba sobre estas matérias, mas é engraçado sem graça não é? Não sei se é pela duração da pena mas acho que a maior parte das pessoas que estão presas por este tipo de crime, normalmente, normalmente não reincidem, quando é só esta.”

Tabela 15 – Sinopse da Entrevista realizada à profissional Patrícia

Categorias	Sinopse	Excertos da Entrevista
Escolaridade	A entrevistada refere que tem um mestrado.	
Trabalho em estabelecimentos prisionais	Afirma que trabalha neste Estabelecimento Prisional há 8 anos e que exerce este cargo desde essa altura. No entanto, indica que trabalha nos serviços prisionais há mais de 20 anos.	“Neste Estabelecimento? Há 8 anos.” “Neste cargo...exerço à 8 anos.” “Já trabalhei em vários [estabelecimentos prisionais]. Há 20, mais de 20 para ser mais precisa [que trabalha nos serviços prisionais].”
Casos de parricídio	A entrevistada refere que não tem lidado com muitos casos de parricídio ao longo da sua experiência profissional, pois existem poucos parricidas no sistema prisional.	“Não são muitos, não tenho lidado com muitos [casos de parricídio] porque felizmente não há muitos cá, não há muitos parricidas no...no sistema prisional.”
Razões que estão na origem do parricídio	A entrevistada indica que não sabe muito bem quais são as razões pois considera que as motivações são pessoais mas que tem noção de que a maior parte dos parricidas têm alguma perturbação mental.	“Ai...não sei muito bem dizer quais serão as razões, porque as motivações são pessoais de cada um mas tenho noção de que a maior parte dos parricídios são cometidos por pessoas com alguma perturbação mental, sinceramente...com algum tipo de patologia nessa área. É a perceção que eu tenho embora não seja 100% exata naturalmente mas é a perceção que eu tenho.”

Tabela 15 – Sinopse da Entrevista realizada à profissional Patrícia (cont.)

Categorias	Sinopse	Excertos da Entrevista
Caraterísticas que os parricidas apresentam e se estas estão na origem destes serem maioritariamente considerados inimputáveis	Refere que os parricidas costumam ser pessoas muito reservadas, introvertidas e por vezes até antissociais. Em relação às caraterísticas dos parricidas estarem na origem do facto destes serem maioritariamente considerados inimputáveis indica que acha que está associada por norma uma perturbação mental mas que não sabe se as caraterísticas pessoais poderão estar diretamente ligadas à inimputabilidade mas admite essa possibilidade e indica que provavelmente estarão relacionados.	“Olhe são pessoas...pela experiência que eu tenho e que eu conheço, são pessoas muito reservadas, introvertidas, por vezes até antissociais.” “Não sei, sinceramente não sei mas poderá ser. Não sei...como digo a ideia que eu tenho é que associado aos parricídios estará uma perturbação mental, uma patologia até, todavia não lhe sei dizer se estas caraterísticas pessoais poderão estar diretamente ligadas à inimputabilidade mas provavelmente estarão.”
Diferenças de género no cometimento do parricídio	A entrevista reporta não sabe mas que tem a impressão de que existe uma maior prevalência no género masculino.	“Não sei...não sei mas tenho também a impressão de que haverá uma maior prevalência no género masculino, sinceramente.”
Forma do estabelecimento prisional lidar com os reclusos que cometeram parricídio e o tipo de respostas que estes estabelecimentos apresentam.	A entrevistada refere que o estabelecimento prisional lida muito bem com os parricidas pois são reclusos exemplares no decurso da execução da pena. Indica ainda que o estabelecimento prisional não tem um tipo de resposta específico para este tipo de reclusos.	“Muito bem [forma como o estabelecimento prisional lida com os parricidas], como lhe disse são reclusos exemplares no decurso da execução da pena.”

Tabela 15 – Sinopse da Entrevista realizada à profissional Patrícia (cont.)

Categorias	Sinopse	Excertos da Entrevista
Relacionamento dos outros reclusos com os parricidas	Afirma que a população reclusa tem uma relação normal com os parricidas como com qualquer outro tipo de recluso à exceção dos reclusos condenados pela prática de crimes de cariz sexual.	“Normal [relação entre os parricidas e os outros reclusos] como qualquer outro tipo de recluso à exceção dos que estão condenados pela prática de crimes de cariz sexual, que esses pronto terão, por vezes temos necessidade de intervir para os proteger, porque são alvo às vezes de um tratamento um bocadinho ah ofensivo. Estes [parricidas] não tenho notícia de que sejam alvo de qualquer tipo de discriminação ou de um tratamento ofensivo por parte dos demais, portanto passam perfeitamente despercebidos como já lhe disse.”
Comportamento dos parricidas nos estabelecimentos prisionais	A entrevistada refere que os parricidas são geralmente reclusos exemplares, cumprem as regras e as normas, são obedientes e educados. E normalmente são muito cumpridores, respeitadores, corretos. Os parricidas não costumam estar envolvidos em incidentes disciplinares ou qualquer tipo de alteração, por isso não têm habitualmente problemas no sistema prisional.	“Enquanto reclusos durante a execução da pena são reclusos exemplares, cumpridores das regras, das normas, obedientes, educados, é a ideia que eu tenho deles.” “Normalmente não se dá por eles [os reclusos parricidas], são muito cumpridores, são respeitadores, são corretos, normalmente não tem quaisquer... não estão envolvidos em incidentes disciplinares ou de qualquer tipo de alteração à ordem e à disciplina e à segurança, portanto são indivíduos que passam muitíssimo bem no sistema prisional sem dar problemas.”